

Relatório de Gestão e Contas 2018



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2018

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

Índice	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	05
2. BREVE APRESENTAÇÃO	07
2.1. Área de Influência do CHLO	08
2.2. Especialidades e valências existentes	09
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
3.1. Regulamento Interno	11
3.2. Organograma	11
4. BOM GOVERNO DA SOCIEDADE	13
4.1. Governo da Sociedade	13
4.1.1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa	13
4.1.2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	14
4.1.3. Informação sobre as Transações relevantes com as Entidades relacionadas	14
4.1.4. Informação sobre outras transacções	15
4.1.5. Identificação do Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais	15
4.1.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	19
4.1.7. Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios Económico, Social e Ambiental	23
4.1.8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	30
4.1.9. Existência do Código de Ética	30
5. GRELHA VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2018	31
6. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2018	37
6.1. Taxa de Execução	37
6.2. Indicadores Globais por Linha de Atividade	37
6.2.1. Internamento	41
6.2.2. Bloco Operatório	42
6.2.3. Bloco de Partos	49

6.1.4. Consulta Externa	50
6.2.5. Urgência	54
6.2.6. Hospital de Dia	56
6.2.7. GDH's Médicos de Ambulatório	57
6.2.8. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	58
6.3. Desempenho Económico-Financeiro	59
6.3.1. Análise Económica	59
6.3.2. Análise Financeira	71
6.3.3. Execução Orçamental	74
6.3.4. Investimento	75
6.4. Recursos Humanos	76
6.4.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais	76
6.4.2. Mobilidade de Pessoal	78
6.4.3. Absentismo	79
6.4.4. Estrutura Etária	81
6.4.5. Formação	83
6.5. Sistemas e Tecnologias de Informação	85
6.6. Investigação Clínica	86
6.7. Comissão de Qualidade e Segurança	86
6.8. Comissão de Ética	87
6.9. Grupo de Coord. Local de Prevenção Controlo de Infecção e Resistências aos Antimicrobianos	88
6.10. Serviço Social	91
7. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2018	94
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	102
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	103
10.1. Balanço	104
10.2. Demonstração de Resultados por Natureza	106
10.3. Demonstração de Fluxos de caixa	107

10.4. Demonstração de Alterações no Património Líquido	108
11. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	110
12. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	148
13. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	153
14. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	154
15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	155

Siglas utilizadas:

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde

ACES- Agrupamento de Centros de Saúde

ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental

CES – Comissão de Ética para a Saúde

EPE – Entidade Pública Empresarial

GDH – Grupo de Diagnóstico Homogêneos

HSFX – Hospital de São Francisco Xavier

HEM – Hospital Egas Moniz

HOSA – Hospital de Sant’Ana

HSC – Hospital de Santa Cruz

MCD – Meios Complementares de Diagnóstico

MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

ORL – Otorrinolaringologia

POCMS – Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde

SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

TAC – Tomografia Axial Computorizada

UCI – Unidade de Cuidados Intensivos

UNILEO – Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As mudanças de paradigmas da Sociedade Portuguesa e a sua demografia aconteceram lentamente nas últimas décadas e com efeitos muito marcados. Quem diria a um dos nossos avós ou pais, cuja esperança média de vida à nascença era de 40 anos, que poderiam viver até 85? E o que isso implica se o número de nascimentos não aumentar significativamente? muito poucos terão antevisto a realidade de hoje, da pirâmide invertida da sociedade 4:2:1 (4 avós:2 pais:1 filho) em vez de 1:2:4 (1 avô:2 pais:4 filhos) como era antigamente...

A somar a esta realidade demográfica, outras alterações têm vindo a ocorrer - a globalização mais recentemente, o crescimento das cidades, a poluição, as mulheres no mercado de trabalho, o isolamento das pessoas e a incapacidade de tomar conta dos mais velhos, mais doentes e sem autonomia - na sociedade que não viu a tempo todas as implicações possíveis. Realidade demasiado silenciosa, que sempre que nos colocou novos problemas teve os profissionais de saúde, em grande parte, a resolvê-los com o seu engenho e arte, fosse para encontrar soluções terapêuticas para muitas das patologias que eram responsáveis pela mortalidade na metade do século passado e posteriormente. Até no CHLO, podemos orgulhar-nos pelo 1º transplante de coração e pela primeira angioplastia, em Portugal, pelo pioneirismo das equipas comunitárias multiprofissionais para a Saúde Mental, talvez antevendo o aumento da doença mental e os problemas demográficos já referidos. E, agora, pela inovação e pela forma como gostamos de investigar e publicar e estudar novas soluções para novos e velhos problemas...

É neste panorama, bem desafiador, que agora se vive nos Hospitais.

Simultaneamente continuamos a investir na inovação, sobretudo nas áreas da Oncologia, (que regista, cada vez mais, doentes muito jovens), da Cardiologia, das Neurociências, mas também na Medicina Interna, especialidade que tem a responsabilidade maior de olhar para cada doente como um todo, porque, efectivamente, são um todo e nos programas de atendimento conjunto com o ACES para doentes complexos, o Hospital de Dia de Medicina, a Hospitalização domiciliária que, seguramente, são e serão resposta para estes novos desafios.

Obviamente, o investimento em novas tecnologias de informação, de interface entre o cidadão e o SNS, de monitorização à distância, a manutenção na aposta de anos transactos na Qualidade - com mais

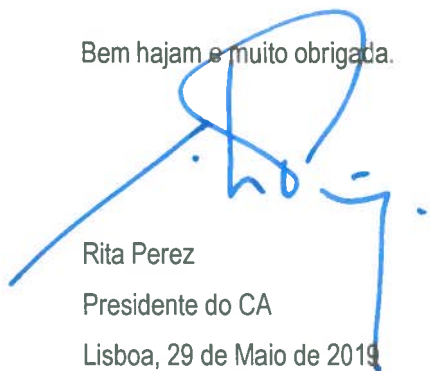
serviços acreditados - na diferenciação, nos Centros de Referência, têm contribuído para melhorar a abordagem a todos os doentes.

O investimento nos profissionais, apostando na tríade assistencial, investigação e inovação tem evidenciado bons resultados com destaque para o aumento do número de Doutorados, a ligação à Faculdade de Medicina da Universidade Nova de Lisboa (NMS), a contribuição dos nossos profissionais em Centros de Investigação e, mais recentemente, a possibilidade de vir a pertencer de pleno direito a um Centro Académico Clínico conjuntamente com a NMS e o Centro Hospitalar Lisboa Central - atual CMUL – que passará a ser denominado Centro Clínico Académico de Lisboa (CCAL). Contamos, então, vir a reclamar o Estatuto de Centro Hospitalar Universitário que possibilitará aos profissionais dedicarem parte dos seus horários à investigação, o que é, seguramente, uma mais-valia.

Este percurso foi acompanhado de um aumento do número de profissionais, médicos, enfermeiros, técnicos e assistentes operacionais de investimento, em melhoria das condições de internamentos e ambulatório, do aproveitamento de fundos comunitários para aquisição de equipamentos e de investimento em melhoria ambiental.

Todas estas reflexões e problemas têm tido a resposta necessária dos profissionais e por isso expresso o meu agradecimento a cada um que contribui com o seu capital mais precioso, a inteligência e o trabalho, para todos os dias procurar fazer melhor e ser melhor e com isso fazer do CHLO um Centro com capacidade para resolver os problemas de saúde aos doentes que o procuram e ganhar a sua confiança, e a dos seus familiares, no seu percurso de vida.

Bem hajam e muito obrigada.



Rita Perez
Presidente do CA
Lisboa, 29 de Maio de 2019

2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório de Gestão e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

2.1. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., constitui-se como um dos grandes centros hospitalares do país, sendo hospital de primeira linha para as freguesias de Ajuda, Alcântara, Belém e Campo de Ourique (Santo Condestável), do Concelho de Lisboa, para o total das freguesias do Concelho de Oeiras, e ainda para a freguesia de Alfragide do Concelho da Amadora, num total 243.369 habitantes (censos 2011).

ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

	área (ha)	habitantes
Concelho de Oeiras	4.600	172.120
Concelho de Lisboa:	1.463	61.345
Freguesia da Ajuda	280	15.584
Freguesia de Alcântara	507	13.943
Freguesia de Belém	573	16.561
Freguesia de Campo Ourique (Santo Condestável)	103	15.257
Concelho de Amadora:	251	9.904
Freguesia de Alfragide	251	9.904
Total linha directa	6.314	243.369
Concelho da Amadora	2.128	165.232
Concelho de Cascais	9.740	206.479
Concelho de Sintra	31.923	377.835
Total cuidados diferenciados	50.105	992.915

Abrange, ainda, outras prestações de cuidados de saúde diferenciados, tais como:

- Saúde Mental, para o concelho de Cascais;
- Cardiologia e Nefrologia, enquanto última linha de referência, não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional;
- Infecçiology, âmbito nacional;
- Neurocirurgia, enquanto referência directa para o hospital de Cascais e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora – Sintra);
- Urgência Geral, enquanto referência directa para as freguesias Brandoa, Alfoanelos, Alfragide, Falagueira, Venda Nova do Concelho da Amadora, num total de 51.134 habitantes.

2.2. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação no Internamento em 31 de Dezembro de 2018 atingiu 786 camas, diminuindo a lotação face a 2017 (814 camas).

Para além da lotação acima referida, o CHLO conta ainda com 28 berços.

As camas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

LOTAÇÃO 31 DE DEZEMBRO 2017/2018

Especialidades	2017	2018	Especialidades	2017	2018
Cardiologia	38	41	Neurologia	16	16
Cardiologia Pediátrica	8	8	Oftalmologia	2	2
Cirurgia Cardiotorácica	30	30	Unidade Oncológica	3	3
Cirurgia Geral	107	103	Ortopedia	43	43
Cirurgia Vascular	15	15	Otorrinolaringologia	10	10
Cirurgia Plástica	20	20	Pediatria	21	19
Endocrinologia e Nutrição	6	4	Pneumologia	18	18
Gastroenterologia	12	11	Reumatologia	4	3
Ginecologia/Obstetria	57	57	Urologia	18	18
Hematologia	13	10	ICD (Internamento curta duração)	20	10
Infecçiology	26	18	U.C.I.C	16	16
Medicina Interna	166	166	U.C.I.P	16	16
Nefrologia	33	33	Unid. Cuid. Intens. Cardiotorácicos	13	13
Neurocirurgia	25	25	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	14
Neurotraumatologia	19	19	Psiquiatria (Agudos)	25	25
TOTAL 2017			814		
TOTAL 2018			786		

A unidade de Oncologia do CHLO mantém ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais.

Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno-Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*
- *Urgência de Otorrinolaringologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas, a Urgência de Oftalmologia funciona até às 17 horas e a Urgência de Otorrinolaringologia até às 20 horas (encerram aos fins de semana e feriados). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.

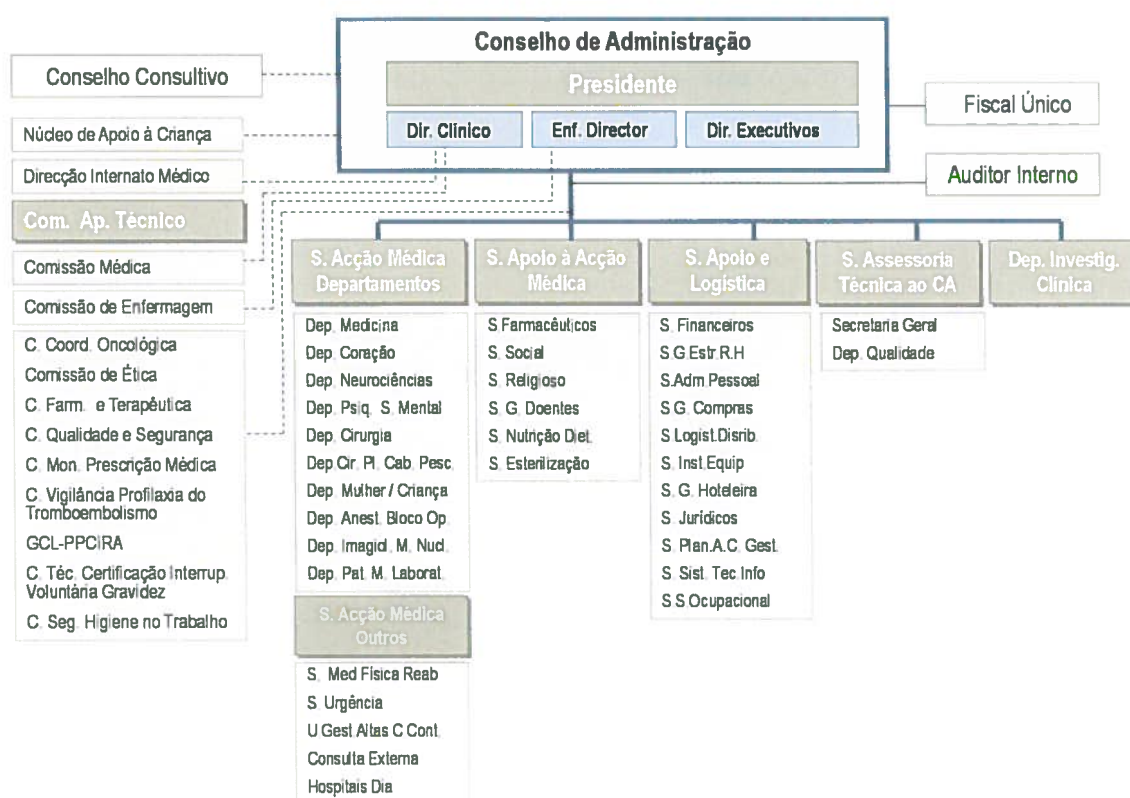
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex^a o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de junho de 2006, com a adaptação homologada por sua Ex^a o Sr. Ministro da Saúde, em 04 de março de 2016.

3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.º 22º do Decreto - Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao

Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo (Vogal do CA), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica) e um Enfermeiro Diretor (na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam, a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

4 BOM GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referência, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde.

Nestas suas atividades, o CHLO estabelece ligação e atividades partilhadas com outras instituições de Saúde e de Ensino, em ações de complementaridade e protocolos de articulação.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes **valores**:

- Humanização e não discriminar: respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;

- Competência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

4.1.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

O CHLO é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial.

O CHLO rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e seus anexos I e II, pelas normas em vigor para o SNS que os não contrariem e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde, agora em projecto de revisão face ao diploma legal acima referido. Para mais esclarecimentos sobre a legislação aplicável, consultar <http://www.chlo.min-saude.pt/index.php/centro-hospitalar/legislacao>.

4.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Nos termos do artigo 1.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 233/2005, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. é uma pessoa coletiva pública de natureza empresarial, cuja atividade, apesar de comungar de diversos traços de regime de Direito Público, é maioritariamente regida pelo Direito Privado (cfr. artigo 14.º do Novo Regime do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

Um dos traços mais marcantes do referido carácter jurídico-público é a sujeição da celebração de quaisquer contratos de aquisição de bens, obras e serviços, mas também concessões (de obras e serviços públicos), ao regime procedimental previsto na parte II do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. Dito de outro modo, todo e qualquer contrato que envolva prestações típicas daqueles contratos (e só destes; cfr. artigo 6.º, n.º 2, do CCP) que seja celebrado pelo Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. é sempre precedido por um dos procedimentos legalmente tipificados naquele diploma legal, sendo aferido caso a caso, de acordo com o critério geral de escolha do procedimento (artigos 17.º, 18.º e 20.º, todos do CPP) e com os critérios materiais (cfr. artigos 24.º e ss.), qual o procedimento em concreto aplicável.

Por sua vez, à celebração dos contratos que não envolvam prestações dos acima mencionados não é aplicável o CCP, sendo aos mesmos aplicáveis o direito privado, sem prejuízo do cumprimento, mesmo

nesses casos, das normas constantes do Código do Procedimento Administrativo que concretizam preceitos constitucionais e dos princípios gerais da atividade administrativa.

Finalmente, merece destaque, no caso específico da aquisição de medicamentos e de material de consumo clínico, as aquisições que são efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde, mediante convite à apresentação de proposta dirigido apenas aos operadores económicos que sejam partes naqueles CPA, mediante o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP. Merecem ainda destaque as aquisições centralizadas promovidas pela SPMS nos termos do Despacho n.º 1571-B/2016, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 21, 1 de fevereiro de 2016.

4.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE:

	(euros)
	2018
SUCH-SERV UTILIZ COMUM HOSPITAIS	7.339.145
HOSPITAL ORTOPEDICO DE SANTANA	2.374.474
SAFIRA FACILITY SERVICES,SA	2.349.385
IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL, UNIPessoal LDA	1.871.990
INSTITUTO PORTUGUÊS SANGUE E DA TRANSPLATAÇÃO, IP	1.669.470

4.1.5. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

Presidente

Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva

Vogais Executivos

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Dr. José Manuel Fernandes Correia (Diretor Clínico)

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora)

Conselho Fiscal:

Presidente

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

Vogais

Dr.^a Anabela Mendes Garcia Barata

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Suplente: Dr.^a Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

Conselho Consultivo:

Presidente

Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

MODELO DE GOVERNO

Cargo	Orgão Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2017 DR n.º 38 de 22/02/2017 (*)	2017-2019
Vogal (1)	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva		
Vogal (2)	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira		
Vogal (3)	Dr. José Manuel Fernandes Correia		
Vogal (4)	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa		
(*) Produz efeitos a partir de 01/01/2017			
Conselho Fiscal			
Presidente	Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	Despacho Finanças e Saúde de 23 e 28/11/2017	2017-2019
Vogal	Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata		
Vogal	Dr. Carlos António Lopes Pereira		
Vogal Suplente	Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro		
Conselho Consultivo			
Presidente	Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro	Despacho n.º 12491/2014	2014-2016

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e por quatro vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Saúde sendo um deles o Diretor Clínico e outro o Enfermeiro Diretor.

Para além das competências próprias do Conselho de Administração previstas no artigo 7.º dos estatutos dos hospitais E.P.E. anexos ao Decreto-Lei n.º 18/2017 de 10 de Fevereiro, das específicas do Presidente do Conselho de Administração previstas no artigo 8.º, do Diretor Clínico previstas no artigo 9.º e do

Enfermeiro Diretor previstas no artigo 10.º, a cada um dos membros do Conselho de Administração foram atribuídas as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

Conselho de Administração

Presidente

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva: Para além das competências próprias, este elemento coordenará a gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Departamento de Qualidade;
- Secretaria-geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Utente, Centro de Documentação e Biblioteca e Reprografia);
- Serviço Social;
- Serviço de Auditoria Interna.

Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Administração de Pessoal e Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Compras e Logística e Distribuição;
- Serviço Jurídico;
- Serviço Religioso;
- Serviço de Instalações e Equipamentos HEM.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HSFx e HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Financeiros;
- Serviço de Planeamento, Análise e Controlo de Gestão;
- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação;
- Serviço de Instalações e Equipamentos HSC.

Dr. José Manuel Fernandes Correia (Diretor Clínico): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Farmacêuticos;
- Departamento de Investigação Clínica.

Enf.^a Fernanda Maria da Rosa (Enf.^a Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços de Gestão Hoteleira;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Nutrição e Dietética;
- Serviço de Instalações e Equipamentos HSF.

Conselho Fiscal

Presidente

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

Vogais

Dr.^a Anabela Mendes Garcia Barata

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Suplente: Dr.^a Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho fiscal, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. (Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro).

Conselho Consultivo

Presidente do Conselho Consultivo: Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho consultivo, são os constantes dos artigos 21.º, 22.º e 23.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. (Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro)

4.1.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

Conselho de Administração

Presidente

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva

Remuneração base 5.027,56 euros, 9 meses no ano e 5.098,37 euros, 5 meses no ano (por aplicação do DLOE nº 114/2017 de 29 de Dezembro)

Despesas de representação de 1.663,60 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 400,00 euros, por ano.

Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Remuneração base 3.891,47 euros, 14 vezes por ano.

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 324,00 euros, por ano.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Remuneração base 3.891,47 euros, 14 vezes por ano.

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 400,00 euros, por ano.

Dr. José Manuel Fernandes Correia

Remuneração base 4.213,24 euros, 9 vezes no ano e 4.319,46 euros, 5 vezes no ano (por aplicação do DLOE nº 114/2017 de 29 de Dezembro)

Despesas de representação de 1.330,88 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 374,00 euros, por ano.

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa

Remuneração base 3.891,47 euros, 14 vezes por ano.

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 359,00 euros, por ano.

Conselho Fiscal

Presidente

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

Remuneração base de 1.362,02 euros, 14 vezes por ano

Vogais

Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata

Remuneração base 1.021,51 euros, 14 vezes por ano

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Remuneração base de 1.021,51 euros, 14 vezes por ano

4.1.6.1. REMUNERAÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Não foram atribuídos prémios de Gestão;
- Foram aplicadas as reduções remuneratórias vigentes em 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRL			N.º de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade	Pagadora (O/D)	
2017-2019	Presidente	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2017	12/01/2017		CHLO	O	1
	Vogal Executivo	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva				CHLO	D	4
	Vogal Executivo	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira				CHLO	D	3
	Vogal Executivo	Dr. José Manuel Fernandes Correia				CHLO	O	1
	Vogal Executivo	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa				CHLO	D	4

Nota: OPRL: Opção pela Remuneração Lugar de Origem; OD: Origem/Destino

(euros)

Nome	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)*	Remuneração mensal bruta	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	N	B	5.098,37	1.663,60
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. José Manuel Fernandes Correia	N	B	4.319,46	1.330,88
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	S	B	3.891,47	1.556,59

Nota: EGP: Estatuto do Gestor Público

*Classificação atribuída ao CHLO (RCM n.º 36/12 de 26 de Março)

(euros)

Nome	Remuneração Anual				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	85.998,14		85.998,14	3.972,12	82.026,02
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	69.346,06		69.346,06	3.268,80	66.077,26
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	69.346,06		69.346,06	3.268,80	66.077,26
Dr. José Manuel Fernandes Correia	71.574,20		71.574,20	3.262,80	68.311,40
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	69.346,06		69.346,06	3.268,80	66.077,26
Total			365.610,52	17.041,32	348.569,20

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

(euros)

Nome	Benefícios Sociais							
	Sub. Refeição		Regime de Protecção Social		Encargo Anual	Encargo Anual	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar	Valor
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	4,77	1.049,40	ADSE/CGA	11.700,47				
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	4,77	1.101,87	ADSE/CGA	8.775,34				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,77	1.125,72	Seg Social	7.628,04				
Dr. José Manuel Fernandes Correia	4,77	1.068,48	ADSE/CGA	9.834,68				
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	4,77	1.163,88	ADSE/CGA	8.809,92				
Total		5.509,35		46.748,45	0,00	0,00		0,00

(euros)

Nome	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	S		Aquisição	2003				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr. José Manuel Fernandes Correia	S	S		Aquisição	2003				
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	S	S		Leasing Financeiro	2004	2007			

(1) Aquisição ALD; Leasing ou Outra

(euros)

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajuda de custo	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr. José Manuel Fernandes Correia	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

Não se verificaram gastos associados a deslocações em serviço.

4.1.6.2. REMUNERAÇÃO CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL

(euros)

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal	N.º Mandatos
			Forma (1)	Data		
2017-2019	Presidente	Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	Despacho		1.362,02	
	Vogal	Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata	Finanças e		1.021,51	
	Vogal	Dr. Carlos António Lopes Pereira	Saúde de 23	28/11/2017	1.021,51	2
	Vogal Suplente	Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	e 28/11/2017			

(1) AG/DUE/despacho

(euros)

Nome	Remuneração Anual		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Bruto Final (3)= (1)-(2)
Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	19.068,28		19.068,28
Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata	14.301,14		14.301,14
Dr. Carlos António Lopes Pereira	14.301,14		14.301,14
Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	0,00		0,00
Total			47.670,56

4.1.6.3. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

- ♦ **Não utilização de cartões de crédito:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão usufrui de cartões de crédito ou outro instrumento de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa.
- ♦ **Não reembolso de despesas de representação pessoal:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão é reembolsado de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

(euros)

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	80,00	510,20	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	80,00	573,90	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	80,00	484,83	
Dr. José Manuel Fernandes Correia	80,00	80,84	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	80,00	361,16	
Total		2.010,93	

(euros)

Nome	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	486,43	329,78	34,80	364,58	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	389,15	1.629,75	590,20	2.219,95	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	389,15	1.558,45	1.161,90	2.720,35	
Dr. José Manuel Fernandes Correia	389,15	1.013,48	350,69	1.364,17	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	389,15	1.453,77	571,90	2.025,67	
Total				8.694,72	

4.1.6.4. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E DO ARTIGO 11.º DO EGP

Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

4.1.7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

As metas propostas para o triénio 2017 – 2019, garante das grandes opções do Plano Nacional de Saúde são:

- Promoção da Saúde, valorizando a Educação, a Literacia e os Autocuidados;
- Redução da desigualdade no acesso;
- Melhorar a gestão do Centro Hospitalar, nomeadamente naquilo que respeita à circulação de informação clínica e da articulação com outros níveis de cuidados e outros agentes do sector e à aplicação das tecnologias de informação à medicina, nomeadamente, a telemedicina e a telemonitorização;

- Aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos, promovendo a autonomia técnica e a participação dos profissionais e equipas;
- Melhorar a governação, aprofundando competências organizacionais e de controlo de gestão para a redução das ineficiências, incentivando a transparência e a cultura da prestação de contas;
- Melhorar a qualidade, explorando as tecnologias de informação e comunicação.

As medidas de carácter assistencial e de organização da produção/capacidade instalada, que foram discutidas e implementadas pelas ARSLVT e ACSS para o CHLO, alinhadas com as metas acima apresentadas, são:

- Melhorar o acesso aos cuidados de saúde;
- Melhorar a qualidade assistencial;
- Otimizar a gestão do medicamento;
- Internalizar os MCDT's no SNS;
- Melhorar a integração de cuidados (articulação com os Cuidados Primários);
- Garantir a sustentabilidade financeira.

No âmbito destas medidas, foi elaborado um plano de acções muito concreto e objectivo, que já estabelece uma ponte entre as diversas atividades desenvolvidas até ao momento e aquelas que se objectivam vir a desenvolver.

Plano de Ações Propostas e medidas correspondentes

1. Continuidade na adequação da oferta de cuidados de saúde às necessidades das populações / Acessibilidade

No último triénio, foi possível enquadrar a procura e a espera nos limiares do clinicamente aceitável na generalidade das especialidades existentes no CHLO, com uma acentuada redução no tempo médio de espera para cirurgia.

Para o triénio 2017-2019 procura-se manter uma estratégia de recuperação das listas de espera, em especial nas especialidades mais críticas (Ortopedia, Oftalmologia, Cirurgia Vascular, Dermatologia e Neurocirurgia), de modo a permitir o tratamento atempado dos doentes e a redução dos custos para o CHLO, referente ao envio de cirurgias para o exterior, potenciando e utilizando ainda a ambulatorização cirúrgica como instrumento de rentabilização da produção o que tem sido conseguido.

O alargamento dos horários das consultas, a sua marcação por hora (e o seu cumprimento), a adesão ao programa de "Consulta a tempo e horas" têm vindo a permitir reduzir o tempo de espera na área do ambulatório para um valor muito próximo do objectivo.

Paralelamente, tem-se procurado melhorar a eficácia e a eficiência na resposta às situações de urgência, reorientando a procura para os Cuidados primários, sempre que aconselhável.

2. Melhorar a qualidade assistencial e otimizar a Gestão do Medicamento

A Governação Clínica no CHLO tem como orientação principal garantir a eficácia clínica, com qualidade e segurança nos serviços prestados, numa perspectiva de melhoria contínua da qualidade dos cuidados de saúde.

Para o triénio de 2017 – 2019, o grande desafio foi e é otimizar a gestão do medicamento e dos dispositivos médicos, enquadrada nos princípios das boas práticas acima referidas, possibilitando uma eficiência económica sustentável e o acesso à inovação.

Os princípios para a boa governação clínica, traduzem-se nas seguintes medidas:

- Realização de auditorias clínicas, incluídas na contratualização interna com os serviços;
- Atualização de Protocolos e cumprimento das Normas de Orientação Clínica, de acordo com a medicina baseada na evidência e emanados pela DGS;
- Ensino e treino dos profissionais;
- Identificação de áreas de risco, com dinamização da atividade da Comissão de Gestão de Risco através de ações de formação/sensibilização junto dos profissionais e da utilização de programa informático de reporte anónimo de situações de risco;
- Escolha criteriosa, organização e reavaliação das atividades das equipas multidisciplinares ligadas à governação clínica;
- Cultura de informação regular de dados e de transparência junto dos serviços;
- Uniformização de Protocolos e procedimentos, com monitorização e responsabilização pelos resultados;
- Divulgação das orientações e prioridades da Governação Clínica;
- Envolvimento dos doentes e familiares através da análise sistemática das queixas, obrigatoriedade de consentimento informado escrito, e disponibilizar informação aos utentes sobre a atividade do CHLO;
- Incremento da utilização de genéricos e bio similares, com acompanhamento de fármaco-vigilância em áreas consideradas críticas.

3. Articulação com outras unidades do SNS, nomeadamente, com as redes de cuidados de saúde primários e cuidados continuados integrados

O CHLO tem vindo a potenciar e a melhorar a sua articulação com os Centros de Saúde e demais instituições do SNS.

Dando continuidade aos projetos já iniciados, foi reforçada a colaboração em parceria:

- Com os Centros de Saúde nas áreas de Patologia Clínica, Anatomia Patológica, Cardiologia, Dermatologia e Medicina Física e Reabilitação;
- Por outro lado, estão estabelecidos contatos regulares e agendadas reuniões com os serviços de especialidades do CHLO com a Direção Clínica do ACES de Oeiras;
- Com o CHLN e CHLC nas áreas de Centros de Referência, para os quais houve candidatura conjunta;
- Com o HFF, em diversas áreas clínicas e não clínicas;
- Com CHLC, HGO e CHLN para a Urgência para assistência a doentes com Aneurisma Vascular Cerebral;
- Com diversos hospitais e centros hospitalares com real incidência em especialidades carenciadas, através de consultas de telemedicina;
- Registo de melhoria significativa na articulação clínica através do recurso à PDS, com consequente benefício para a qualidade dos cuidados ao doente, e redução dos custos por doente tratado.

A internalização de Meios Complementares de Diagnóstico em unidades do SNS, tendente a uma rentabilização dos equipamentos dos hospitais públicos é, ainda, considerada prioritária, com vista à diminuição da despesa, com a contratação de prestação desses serviços junto de entidades privadas, ainda sem grande reflexo prático por indisponibilidade geral de recursos humanos e materiais.

4. Autonomia, Responsabilização e modernização na governação

Apesar de o CHLO procurar aplicar e aperfeiçoar os modelos de gestão previsto no Regulamento Interno, que potenciam a descentralização e responsabilização ao nível produtivo, possibilitando a existência de níveis intermédios de gestão de acordo com a complexidade global e sectorial, certo é que a autonomia, ao nível máximo da organização, se encontra limitada por imperativos da Tutela.

Não obstante, todos esses modelos, uns mais sofisticados que outros, aos quais os serviços têm obrigação de se adaptar, permitem um maior acompanhamento que integra:

- Informação em cascata para os profissionais, dos níveis de cumprimento dos objetivos individuais;
- Reafecção em tempo adequado de recursos existentes;
- Melhor conhecimento e participação dos profissionais na avaliação do seu desempenho com vista à informação necessária à gestão dos principais indicadores de nível de serviço e desempenho económico e financeiro para a correção atempada de desvios por parte da gestão de topo;

Esta atividade tem sido bastante enriquecida com a informação de benchmarking que a Tutela tem vindo a disponibilizar.

Continuamos a desenvolver todos os esforços no sentido de caminhar para a desmaterialização dos processos para um completo registo de saúde eletrónico, nos próximos anos.

5. Controlo do equilíbrio financeiro

O conceito de "boa governação" continuou a ser, em 2018, uma preocupação constante para que fossem salvaguardadas todas as realidades - assistencial, com segurança e qualidade, social e política - no cumprimento da lei, demais regulamentos e códigos, processos de decisão e de controlo interno com o objetivo de garantir a sustentabilidade económico-financeira.

Não obstante, o cenário geral revelou-se desfavorável pela enorme pressão sobre os custos e decréscimo das receitas: os primeiros registaram um acréscimo global de 2,3% e os segundos um decréscimo de 2,4%, face a 2017, justificação para o EBITDA ter atingido valores na ordem dos 28,9 milhões de euros negativos.

No acréscimo dos Gastos, destaque para um aumento significativo resultado da contratação de prestação de serviços externos associados a internamento e cirurgias e pela pressão nos Gastos de Pessoal que registaram acréscimo de despesa de 5,4% face ao ano anterior, decorrente da reversão salarial e reposição de número de profissionais.

		Unidade: M€					
Rubrica		2015	2016	2017	2018	Var % 18/17	Var % 18/15
Gastos							
Consumos		76,1	81,7	87,5	84,3	-3,7%	10,8%
Fornecimentos e Serviços Externos		26,8	25,6	28,1	31,4	12,0%	17,3%
Despesas com Pessoal		101,1	106,9	111,2	117,2	5,4%	16,0%
Outros Gastos		14,9	9,8	10,6	9,8	-7,6%	-34,3%
Total Gastos		218,8	224,0	237,4	242,8	2,3%	10,9%
Rendimentos							
Prestação de Serviços		179,3	178,8	175,0	182,3	4,1%	1,7%
Outros Rendimentos		26,7	48,0	36,5	24,3	-33,5%	-9,1%
Total Rendimentos		206,0	226,7	211,6	206,6	-2,4%	0,3%
EBITDA							
(Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento)		-6,0	9,4	-19,2	-28,9	-33,7%	-79,1%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento)		-12,8	2,7	-25,7	-36,1	-28,8%	-64,7%
Resultado Líquido do Período		-12,8	2,7	-25,8	-36,2	-28,8%	-64,7%
Produção							
N.º Consultas		462.107	461.690	458.142	463.129	1,1%	0,2%
N.º Cirurgias		23.743	22.850	23.410	24.335	4,0%	2,5%
Quadro de Pessoal							
N.º de Médicos		502	522	548	554	1,1%	10,4%
N.º de Enfermeiros		1.235	1.299	1.308	1.341	2,5%	8,6%
Total de Funcionários		3.807	3.914	3.951	4.052	2,6%	6,4%

Já no que se refere às receitas, e tendo em consideração a Adenda AM 2018, o grau de cumprimento do Contrato Programa situou-se na ordem de 99%, as principais linhas de produção e indicadores de desempenho assistencial apresentam uma grande consistência face a anos anteriores, ao nível do nº de Doentes Saídos, Consultas e Cirurgias efetuadas, respondendo de uma forma adequada às solicitações da área de influência. Foi ao nível das linhas verticais que se verificaram os maiores desvios, nomeadamente, na Linha VH/SIDA, resultado da diminuição do preço por doente tratado, com impacto negativo na ordem dos 8,2 milhões de euros.

O Conselho de Administração continuará a competir pelo equilíbrio pragmático. Tratando-se de um processo complexo, haverá que manter o envolvimento de toda a organização - os vários serviços clínicos e não clínicos - mas que em última análise depende, em larga medida, do nível do financiamento que a Tutela venha a prever para os próximos anos.

6. Reforço dos sistemas de informação e de comunicação

A transformação digital é uma aposta da Tutela para um sistema mais eficiente, mas também mais seguro para todos os *stakeholders*, bem patente na estratégia Nacional para o Ecosistema de Informação na Saúde (Resolução Conselho de Ministros nº 62/2016).

Reforçar o nível de gestão da informação e de processos do Centro Hospitalar, nomeadamente no que respeita à circulação de informação clínica e articulação com outros níveis de cuidados e outros agentes do sector, à aplicação das tecnologias de informação à medicina - a telemedicina e a telemonitorização – continuou, assim, a ser uma das grandes prioridades estratégicas do Conselho de Administração.

Na continuação do objectivo de o CHLO poder vir a ser considerado um Centro Hospitalar sem papel em 2020, não poderíamos deixar de destacar o trabalho que tem sido efectuado, em estreita ligação com a Comissão Local de Informatização Clínica (CLIC) e os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS),

Neste contexto, o CHLO está a posicionar-se como elemento de charneira, avançando na desmaterialização do processo clínico (sentido lato) com o objetivo de poder ser a primeira entidade do SNS a obter a certificação Nível 6 do HIMSS, Analytics EMRAM (Electronic Medical Records Adoption Model). Para a sua obtenção foram designados alvos de reengenharia e desmaterialização os processos dos Serviços de Medicina e Cirurgia I, do HSFx, e serviços suporte, Farmácia, Patologia Clínica e Radiologia, que servirão de piloto e exemplo para os demais serviços clínicos do CHLO, não deixando, contudo, de se atender a demais necessidades.

Devem destacar-se as medidas tomadas no âmbito da informatização clínica incluindo a prescrição electrónica, a desmaterialização da informação dos processos clínicos, certificação do óbito, bem como de outras medidas particulares de carácter mais limitado a serviços específicos, onde foram introduzidas novas aplicações/novas versões ao nível dos seus *softwares* para permitir melhores índices de operacionalidade/comunicação com terceiros. Referência, ainda, para a nova versão do sítio electrónico do CHLO, lançado em meados de 2016.

Durante o ano de 2018, foi efectuado um esforço na substituição de computadores pessoais de forma a permitir que os profissionais do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental usufruam de equipamentos com melhor capacidade de desempenho e que possibilitem um melhor atendimento aos utentes.

Também com o intuito na melhoria do atendimento aos utentes continuou-se a expansão a todo o Centro Hospitalar do sistema de atendimento automático a utentes, com quiosques e monitores que permitem a visualização de informação nas áreas de consultas externas.

A *app* MyCHLO - permite também a interacção directa do utente com o Centro Hospitalar, seja para a desmarcação de consultas e/ou na resposta a inquéritos de satisfação - assim como o simples envio de SMS's a informar os utentes das suas consultas/alterações para os utentes que não utilizam a referida aplicação continuam a registar um sucesso que supera o do ano de lançamento (2017).

Devido às necessidades de disponibilizarmos mais rapidamente relatórios de exames a utentes, nas áreas de Radiologia, foi implementado em fins de 2017 um sistema que permite a transcrição automática de voz dos relatórios para o processo clínico eletrónico do utente. Por outro lado, automatizou-se em larga escala a emissão de documentos eletrónicos, e respetiva assinatura também eletrónica, com o consequente abandono do documento físico, ao nível da emissão de Termos de Responsabilidade – assunção, por parte do CHLO de pagamento de prestação de serviços de radiologia, com a consequente redução dos tempos de espera.

No final de 2018, foi ainda iniciada a implementação da desmaterialização de documentos não clínicos por recurso à disponibilização da plataforma eDOCLink.

Continuámos a expandir a nossa rede *wireless* de maneira a permitir que os utilizadores de sistemas e tecnologias de informação possam trabalhar sem necessidade de ligação física à rede de dados.

Lançou-se em 2018 a plataforma de *service desk*. Esta plataforma permite que seja disponibilizado um melhor serviço de atendimento aos utilizadores de sistemas e tecnologias de informação, uma resposta mais eficiente e um controlo dos tempos de resposta. Permite, também, perceber o nível de satisfação dos utilizadores com a resposta dada aos seus pedidos e aos incidentes que reportam.

Não menos importante, uma última referência ao processo de desmaterialização em curso que, acreditamos terá a sua maior expressão em 2019, depois de terminado o DRP (*Disaster Ricover Plan*), em fase de implementação.

4.1.8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (RCM N.º 49/2077, DE 28 DE MARÇO)

O Centro Hospitalar tem cumprido com todos os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

4.1.9. EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental foi aprovado em 13 de dezembro de 2012 e corresponde, não só ao cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, designadamente a Resolução de Conselho de Ministro 49/2007, mas também a um instrumento que visa a realização dos objetivos e da missão da instituição.

Este Código estabelece um conjunto de princípios de orientação da atividade hospitalar e de regras de natureza ética e deontológica destinadas a orientar os colaboradores do CHLO no desempenho das suas funções, de modo a que as possam exercer com elevados padrões de qualidade e em linha com os objetivos e missão do CHLO na prestação de cuidados de saúde.

A Comissão de Ética zela pela observância de padrões de ética no exercício das ciências médicas, por forma a proteger e garantir a dignidade e integridade humanas, procedendo à análise e reflexão sobre temas da prática médica que envolvam questões de ética.

Neste sentido, conforme n.º 1 do Art.º 6º do Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de maio, compete à Comissão de Ética:

- a) Zelar, no âmbito do funcionamento da instituição ou serviço de saúde respetivo, pela salvaguarda da dignidade e integridade humanas;
- b) Emitir, por sua iniciativa ou por solicitação, pareceres sobre questões éticas no domínio das atividades da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- c) Pronunciar-se sobre os protocolos de investigação científica, nomeadamente os que se refiram a ensaios de diagnóstico ou terapêutica e técnicas experimentais que envolvem seres humanos e seus produtos biológicos, celebrados no âmbito da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- d) Pronunciar-se sobre os pedidos de autorização para a realização de ensaios clínicos da instituição ou serviço de saúde respetivo e fiscalizar a sua execução, em especial no que respeita aos aspetos éticos e à segurança e integridade dos sujeitos do ensaio clínico;
- e) Pronunciar-se sobre a suspensão ou revogação da autorização para a realização de ensaios clínicos na instituição ou serviço de saúde respetivo;
- f) Reconhecer a qualificação científica adequada para a realização de ensaios clínicos, relativamente aos médicos da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- g) Promover a divulgação dos princípios gerais da bioética pelos meios julgados adequados, designadamente através de estudos, pareceres ou outros documentos, no âmbito dos profissionais de saúde da instituição ou serviço de saúde respetivo.

No exercício das suas competências, a Comissão de Ética pondera, em particular, o estabelecido na lei, nos códigos deontológicos e nas declarações diretrizes internacionais existentes sobre as matérias a apreciar.

5

GRELHA DE VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2018

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Síntese (Sumário Executivo)	X		X		3	
II	Missão, Objetivos e Políticas	X		X		5	
1.	Missão, Visão e Valores.	X		X		5	
2.	Políticas e linhas de ação	X		X		6	
3.	Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.	X		X		13	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		14	
III	Estrutura de Capital	X		X		15	
1.	Estrutura de capital	X		X		15	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X		15	
3.	Acordos parassociais.	X		X		15	
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas	X		X		16	
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades	X		X		16	
2.	Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE	X		X		16	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º5 do artigo 447.º do CSC	X		X		16	
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade	X		X		16	
V	Órgãos Sociais e Comissões	X		X		17	
A.	Modelo de Governo					17	
1.	Identificação do modelo de governo adotado					17	
B.	Mesa da Assembleia Geral	X		X		18	
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		18	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		18	
C.	Administração e Supervisão	X		X		18	
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		18	
2.	Composição do Conselho de Administração Executivo.	X		X		18	
3.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.	X		X		19	
4.	Apresentação de elementos curriculares	X		X		19	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração						
5.	Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE)	X		X		26	Anexo
6.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.	X		X		26	
7.	Organograma	X		X		27	
8.	Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	X		X		30	
D.	Fiscalização	X		X		43	
1.	Identificação do órgão de fiscalização	X		X		43	
2.	Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC	X		X		43	
3.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.	X		X		44	
4.	Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras.	X		X		47	
E.	Revisor Oficial de Contas	X		X		47	
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		47	
2.	Indicação das limitações, legais	X		X		47	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência.	X		X		47	
4.	Descrição de outros serviços prestados	X		X		47	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC.						
F.	Auditor Externo	X		X		48	
1.	Identificação.	X		X		48	
2.	Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	X		X		48	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.	X		X		48	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede.	X		X		48	
VI.	Organização Interna	X		X		49	
A.	Estatutos e Comunicações	X		X		49	
1.	Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade	X		X		49	
2.	Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade	X		X		49	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		50	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	X		X		52	
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		52	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		53	
3.	Em caso de existência de Plano estratégico e de política de risco da entidade, deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas	X		X		54	
4.	Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.	X		X		55	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		55	
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos.	X		X		56	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		57	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		58	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
C.	Regulamentos e Códigos	X		X		59	
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada.	X		X		59	
2.	Código de Ética.	X		X		60	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC).	X		X		62	
D.	Deveres especiais de informação	X		X		62	
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita.	X		X		62	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita	X		X		64	
E.	Sítio de Internet	X		X		64	
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		64	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	X		X		65	
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		65	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público	X		X		66	
VII	Remunerações	X		X		70	
A.	Competência para a Determinação	X		X		70	
1.	Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.	X		X		70	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade.	X		X		70	
3.	Declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.	X		X		70	Anexo
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	X		X		70	
	Composição.	X		X		70	
C.	Estrutura das Remunerações	X		X		71	
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		71	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da entidade.	X		X		71	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		72	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		72	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X		X		72	
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		72	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
D.	Divulgação das Remunerações	X		X		72	
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		72	
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		74	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		74	
4.	Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos.	X		X		74	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		74	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		75	
VIII	Transações com partes Relacionadas e Outras	X		X		75	
1.	Mecanismos implementados pela entidade para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		75	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		76	
IX	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	X		X		78	
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		78	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		78	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres d) Princípio da Igualdade do Género e) Políticas de Valorização Profissional f) Responsabilidade Económica	X		X		79	
X	Avaliação do Governo Societário	X		X		87	
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		87	
2.	Outras informações	X		X		88	
XI	Anexos do RGS	X		X		89	
1.	Demonstração Não Financeira relativo ao exercício 2017	X		X		89	
2.	Ata ou Extrato de Ata da reunião do Órgão de Administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2017	X		X		90	
3.	Relatório do Órgão de Fiscalização a que se refere o n.º 2 do artº 54 do RJSPE	X		X		91	
4.	Declarações a que se refere o artº 52 do RJSPE	X		X		92	
5.	Ata da Reunião da Assembleia Geral, deliberação unanime por escrito ou despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função accionista dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016	X		X		93	

6 ACTIVIDADE GLOBAL EM 2018

6.1. TAXA DE EXECUÇÃO

Em termos globais, a actividade assistencial, no que diz respeito aos objetivos fixados para o ano 2018, apresentou nas principais linhas de produção do CHLO, tendo em consideração os ajustamentos efectuados entre linhas de Produção em conformidade com a Adenda ao AM 2018, uma produção que atingiu o previsto.

Os valores de ICM normalizados fixaram-se em 2018, a nível do Contrato Programa, quer para o Internamento Cirúrgico quer para o Internamento Médico, em 1,1513.

O Índice de *case-mix* global do CHLO é, substancialmente, influenciado pelo peso das valências da área Materno-Infantil e não de uma subespecialização no conjunto global da sua produção.

No âmbito do Contrato Programa 2018, a produção apresentou uma taxa de execução de 100,0%.

6.2. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ATIVIDADE

A atividade assistencial registou em 2018, face ao período homólogo, um aumento nas linhas de produção de GDH's Cirúrgicos de Ambulatório (8,7%), GDH's Médicos de Ambulatório (5,7%), Hospital de dia (3,3%), Urgência (5,7%), Internamento (0,9%) e Consulta Externa (1,1%).

MOVIMENTO ASSISTENCIAL

INTERNAMENTO

	2017	2018	Δ%
Lotação	814	786	-3,4%
N.º Camas sem Berçário	814	786	-3,4%
Berçário	28	28	0,0%
Doentes Saídos sem transf. Internas*	26.580	26.826	0,9%
Doentes Saídos sem Berçário	24.348	24.411	0,3%
Doentes Saídos Berçário	2.232	2.415	8,2%
Doentes Saídos com transf. Internas	34.486	35.042	1,6%
Doentes Saídos sem Berçário	32.192	32.549	1,1%
Doentes Saídos Berçário	2.294	2.493	8,7%
Demora média (dias)	9,7	9,4	-0,2
Taxa de Ocupação	80,0%	79,7%	-0,3pp
Doentes Saídos / Cama	29,9	31,1	1,1

* Não inclui doentes com recurso ao exterior

BLOCO OPERATÓRIO

	2017	2018	Δ%
Total de Intervenções	23.410	24.335	4,0%
Cirurgia Convencional	8.121	7.854	-3,3%
Cirurgia de Ambulatório	12.007	13.093	9,0%
Cirurgia Urgente	3.282	3.388	3,2%
Total de Doentes Intervencionados	19.348	19.725	1,9%
Cirurgia Convencional	6.782	6.472	-4,6%
Cirurgia de Ambulatório	9.639	10.175	5,6%
Cirurgia Urgente	2.927	3.078	5,2%

GDH AMBULATÓRIO

	2017*	2018**	Δ%
Cirúrgicos	8.214	8.928	8,7%
Médicos	10.304	10.891	5,7%

* N.º GDHs de 2017 atualizados

** Valor estimado.

CONSULTA EXTERNA

	2017	2018	Δ%
Consultas Realizadas	458.142	463.129	1,1%
N.º de Primeiras Consultas	114.387	114.595	0,2%
Primeiras Consultas / Total	25,0%	24,7%	-0,9%

URGÊNCIA

	2017	2018	Δ%
Doentes Entrados	150.105	158.621	5,7%
Urgência Geral	86.722	90.338	4,2%
Urgência Pediátrica	31.558	32.717	3,7%
Urgência Obstétrica	15.871	16.441	3,6%
Urgência Oftalmologia	6.026	8.327	38,2%
Urgência Otorrinolaringologia	9.928	10.798	8,8%

HOSPITAL DE DIA

	2017	2018	Δ%
Sessões (não inclui diálise e quimio)	21.331	22.045	3,3%
Psiquiatria	4.247	3.980	-6,3%
Pedopsiquiatria	2.102	2.190	4,2%
Imunohemoterapia	4.426	4.512	1,9%
Pediatria	191	237	24,1%
Pneumologia	238	230	-3,4%
Outras	9.904	10.684	7,9%
Infecçiology	223	212	-4,9%
Hemodiálise	8.765	8.719	-0,5%

Actividade Global - Var % 2018/2017



A – Doentes Sidos do Internamento sem Transferência Internas

A1 – Doentes Sidos do Internamento com Transferência Internas

B – Bloco Operatório - Doentes Intervencionados

C - GDH's Cirúrgicos de Ambulatório

D – GDH's Médicos Ambulatório

E – Consulta Externa

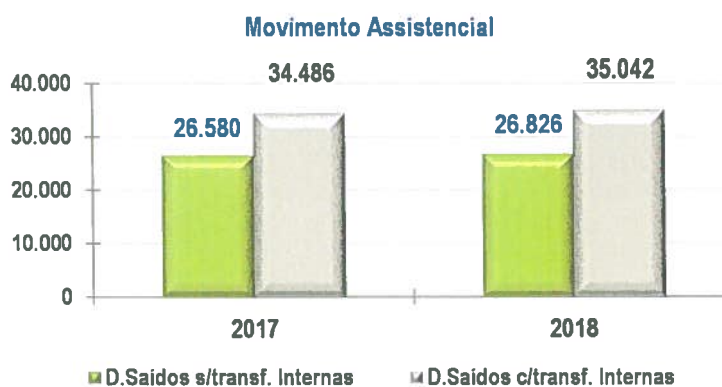
F – Urgência

G – Hospital de Dia

6.2.1. INTERNAMENTO

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

	2017	2018	Δ%
Lotação	814	786	-3,4%
N.º Camas sem Berçário	814	786	-3,4%
Berçário	28	28	0,0%
Total de Doentes Saídos sem transf. Internas	26.580	26.826	0,9%
Doentes saídos sem Berçário	24.348	24.411	0,3%
Doentes Saídos Berçário	2.232	2.415	8,2%
Total de Doentes Saídos com transf. Internas	34.486	35.042	1,6%
Doentes saídos sem Berçário	32.192	32.549	1,1%
Doentes Saídos Berçário	2.294	2.493	8,7%
Total Dias Internamento	241.650	237.628	-1,7%
Dias de Internam. sem Berçário	235.579	230.673	-2,1%
Dias Internam. Berçário	6.071	6.955	14,6%
<i>Demora média (dias)</i>	9,68	9,45	-0,23
<i>Taxa ocupação (%)</i>	80,0%	79,7%	-0,3pp
<i>Doentes Saídos / Cama</i>	29,9	31,1	1,1



O movimento assistencial do Internamento, em 2018, apresentou um aumento de 0,9% em relação ao ano anterior, passando de 26.580 em 2017 para 26.826 doentes saídos em 2018.

Salienta-se o Berçário com 2.415 altas, um acréscimo de 8,2% em relação a 2017.

LOTAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO 2018

Especialidades	2018	% Ocup.	Especialidades	2018	% Ocup.
Cardiologia	41	87,3%	Neurologia	16	82,7%
Cardiologia Pediátrica	8	69,4%	Oftalmologia	2	20,1%
Cirurgia Cardiorrástica	30	76,6%	Unidade Oncológica	3	53,0%
Cirurgia Geral	103	64,2%	Ortopedia	43	99,4%
Cirurgia Vascular	15	87,5%	Otorrinolaringologia	10	93,1%
Cirurgia Plástica	20	55,9%	Pediatria	19	54,4%
Endocrinologia e Nutrição	4	41,8%	Pneumologia	18	73,7%
Gastroenterologia	11	90,5%	Reumatologia	3	54,3%
Ginecologia/Obstetria	57	63,1%	Urologia	18	61,9%
Hematologia	10	75,0%	ICD (Internamento curta duração)	10	122,4%
Infeccologia	18	61,4%	U.C.I.C	16	81,0%
Medicina Interna	166	95,7%	U.C.I.P	16	75,4%
Nefrologia	33	81,7%	Unid. Cuid. Intens. Cardiorrásticos	13	79,4%
Neurocirurgia	25	94,4%	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	84,5%
Neurotraumatologia	19	92,4%	Psiquiatria (Agudos)	25	91,6%
TOTAL GERAL 2018	786				79,7%



No que diz respeito aos indicadores, a taxa de ocupação do CHLO manteve-se a um nível bastante favorável (79,7%), o número de doentes saídos por cama em cerca de 30 doentes e a Demora Média global registou uma redução de 0,3 dias.

6.2.2. BLOCO OPERATÓRIO

O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com quatro salas (convencional e ambulatoria), o Bloco II com sete salas (convencional) e o Bloco III com cinco salas operatórias

(convencional e ambulatória). O HSFX ainda dispõe de três salas operatórias de Ginecologia/Obstetrícia e sete salas de parto. No HEM, existem ainda mais seis salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA), duas que constituem o Bloco de Oftalmologia e duas salas de Bloco de Dermatologia. O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENÇIONADOS

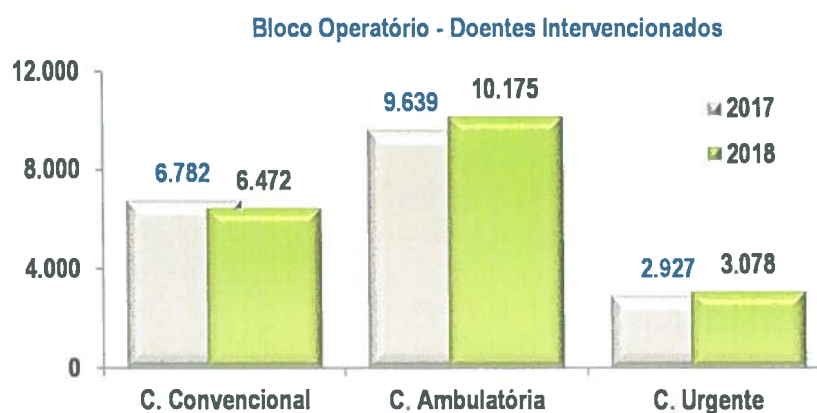
	2017	2018	Δ%
Total Geral	19.348	19.725	1,9%
Cirurgia Convencional	6.782	6.472	-4,6%
Cirurgia Ambulatória	9.639	10.175	5,6%
Cirurgia de Urgência	2.927	3.078	5,2%
% Cirurg Programada/Total	84,9%	84,4%	-0,5 pp
% Cirurg Ambulatório/Programada	58,7%	61,1%	2,4 pp

Nota: Cirurg. Programada = C. Convencional + C. Ambulatório

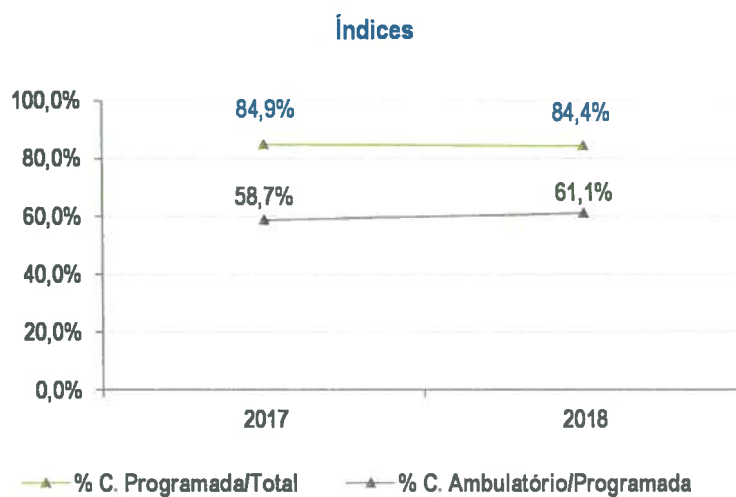
A atividade cirúrgica registou, em Dezembro de 2018, face ao período homólogo, um aumento de 1,9% no total de doentes intervencionados, passando de 19.348 doentes para 19.725.

A evolução favorável da actividade de bloco deveu-se, principalmente, à Cirurgia de Ambulatório. Esta actividade, incluindo a respetiva Produção Adicional, registou um acréscimo na ordem de 5,6% de doentes intervencionados. A Cirurgia Convencional registou um decréscimo 4,6% de doentes intervencionados, passando de 6.782 em 2017 para 6.472, em 2018.

A Cirurgia Urgente registou, face ao período homólogo, um aumento de 5,2%, passando de 2.927 para 3.078 doentes intervencionados.



A taxa de ambulatorização, em 2018, registou 61,1%, um aumento de 2,4 pp em relação a 2017 (58,7%).
A Cirurgia Programada, no ano 2018, constituiu 84,4% do movimento cirúrgico do CHLO.



MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

	N.º Doentes Intervencionados		
	2017	2018	Δ%
Especialidades	19.348	19.725	1,9%
Cirurgia Geral	3.668	3.649	-0,5%
Urgente	741	794	7,2%
Convencional	1.919	1.814	-5,5%
Ambulatório	1.008	1.041	3,3%
Cirurgia Vascular	504	505	0,2%
Urgente	37	46	24,3%
Convencional	330	307	-7,0%
Ambulatório	137	152	10,9%
Cirurgia Plástica	1.808	1.745	-3,5%
Urgente	137	168	22,6%
Convencional	473	438	-7,4%
Ambulatório	1.198	1.139	-4,9%
Cirurgia Cardiorácica	1.091	1.129	3,5%
Urgente	259	251	-3,1%
Convencional	821	857	4,4%
Ambulatório	11	21	90,9%
Dermatologia	677	608	-10,2%
Ambulatório	677	608	-10,2%
Estomatologia	265	271	2,3%
Ambulatório	265	271	2,3%
Ginecologia	610	741	21,5%
Urgente	44	49	11,4%
Convencional	281	338	20,3%
Ambulatório	285	354	24,2%
Obstetrícia	933	1.022	9,5%
Urgente	834	907	8,8%
Convencional	99	115	16,2%
Neurocirurgia	1.235	1.193	-3,4%
Urgente	420	418	-0,5%
Convencional	591	565	-4,4%
Ambulatório	224	210	-6,3%
Oftalmologia	5.079	5.559	9,5%
Urgente	2	3	50,0%
Convencional	36	20	-44,4%
Ambulatório	5.041	5.536	9,8%
Ortopedia	1.292	1.141	-11,7%
Urgente	190	198	4,2%
Convencional	801	683	-14,7%
Ambulatório	301	260	-13,6%
Otorrinolaringologia	1.146	1.174	2,4%
Urgente	91	80	-12,1%
Convencional	746	670	-10,2%
Ambulatório	309	424	37,2%
Urologia	1.040	988	-5,0%
Urgente	172	164	-4,7%
Convencional	685	665	-2,9%
Ambulatório	183	159	-13,1%

Observando o movimento nos diferentes Serviços/Especialidades ("doentes intervencionados"), a atividade cirúrgica, em 2018, registou, face ao período homólogo, um crescimento de 1,9%, passando de 19.348 doentes para 19.725.

Destacou-se o aumento de Cirurgias de Ambulatório. Para este comportamento destacam-se as contribuições das especialidades de Oftalmologia (9,8%), passando de 5.041 para 5.536 doentes intervencionados, de Otorrinolaringologia (37,2%) com 309 doentes intervencionados em 2017 e 424 em 2018 e de Ginecologia com um acréscimo de 69 doentes (24,2%).

Em relação à produção de Cirurgia Urgente, as especialidades de Obstetrícia (8,8%), Cirurgia Geral (7,2%) e Cirurgia Plástica (22,6%) foram as que registaram maior acréscimo da atividade.

A Cirurgia Convencional registou um decréscimo de 4,6% e as especialidades que mais influenciaram esta evolução desfavorável foram: Ortopedia (801 para 683), Cirurgia Geral (1.919 para 1.814), Otorrinolaringologia (746 para 670) e Cirurgia Plástica (473 para 438).

6.2.2.1. LISTA DE INSCRITOS PARA CIRURGIA E TEMPO DE ESPERA PARA CIRURGIA

O número de doentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC), registou um aumento de 377 doentes, passando de 5.178 em 2017 para 5.555 doentes inscritos em 2018, no entanto, a mediana de tempo de espera de 4,0 meses manteve-se igual à observada em 2017.

Evolução da Lista de Inscritos para Cirurgia e Mediana do Tempo de Espera



PERCENTAGEM DE DOENTES CIRÚRGICOS EM LIC FORA DO TMRG

Grupo de Patologia	TMRG Dias Seguidos	N. Inscritos LIC 2017	N. Inscritos LIC 2018	N. Inscritos LIC >TMRG 2017	N. Inscritos LIC >TMRG 2018	% Doentes operados fora do TMRG - 2017	% Doentes operados fora do TMRG - 2018
Normal	180	4.713	5.070	834	1.783	17,7%	35,2%
Normal Oncologia	60	33	48	0	7	0,0%	14,6%
Prioritário	60	190	140	84	64	44,2%	45,7%
Prioritário Oncologia	45	22	23	3	3	13,6%	13,0%
Muito Prioritário	15	8	5	6	4	75,0%	80,0%
Muito Prioritário Oncologia	15	0	1	0	0	-	-
Urgência Diferida	3	4	9	4	9	100,0%	100,0%
Urgência Diferida Oncologia	3	0	0	0	0	-	-
Doença Cardíaca - Normal	90	152	160	82	102	-	-
Doença Cardíaca - Prioritário	45	54	98	26	69	-	-
Doença Cardíaca - Mto. Prioritário	15	2	1	2	1	-	-
Total		5.178	5.555	1.041	2.042	20,1%	36,8%

O CHLO, em 2018, no que se refere ao indicador % de doentes cirúrgicos inscritos em LIC com tempo de espera > TMRG, atingiu 36,8%, ficando aquém do objetivo estabelecido (15%). De referir que esta situação desfavorável foi influenciada pelas sucessivas greves de enfermeiros ocorridas e o consequente encerramento dos blocos, bem como de saídas de profissionais ainda não substituídos.

LISTA DE INSCRITOS E TEMPO DE ESPERA POR ESPECIALIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidades	Total Episódios em LIC	Tempo médio de espera (em meses)	Tempo médio de espera (em dias)	Mediana Tempo espera (em meses)
Hospital Egas Moniz	CHLO -HEM Dermatologia	36	1,5	45	1,3
	CHLO -HEM Cirurgia geral II	428	6,3	189	4,6
	CHLO -HEM Cirurgia Plástica	336	5,1	153	4,1
	CHLO -HEM Cirurgia vascular	207	8,9	267	5,6
	CHLO -HEM Estomatologia	35	3,0	90	3,5
	CHLO -HEM Neurocirurgia	651	8,9	267	7,7
	CHLO -HEM Oftalmologia	812	2,9	87	1,9
	CHLO -HEM Otorrinolaringologia	759	5,9	177	4,4
	CHLO -HEM Urologia	231	4,7	141	3,5
	CHLO -HEM Utcó	142	10,2	306	8,0
Hospital São Francisco Xavier	CHLO -HSFX Cirurgia geral I	325	3,2	96	2,6
	CHLO -HSFX Ginecologia	349	4,1	123	3,2
	CHLO -HSFX Ortopedia	877	8,9	267	6,7
Hospital Santa Cruz	CHLO -HSC Cirurgia Cardioracica	259	5,6	168	3,7
	CHLO -HSC Cirurgia geral III	108	3,7	111	2,6
Total		5.555	6,1	183	4,0

A mediana do tempo de espera em LIC situou-se, em 2018, em 4 meses, ficando acima do objetivo estabelecido de 3,8 meses.

LISTA DE ESPERA POR ESPECIALIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidades	> 12 meses	≤12 meses	Total
Hospital Egas Moniz	CHLO -HEM Dermatologia		36	36
	CHLO -HEM Cirurgia geral II	62	366	428
	CHLO -HEM Cirurgia Plástica	24	312	336
	CHLO -HEM Cirurgia Torácica		1	
	CHLO -HEM Cirurgia vascular	51	156	207
	CHLO -HEM Estomatologia		35	35
	CHLO -HEM Neurocirurgia	183	468	651
	CHLO -HEM Oftalmologia	33	779	812
	CHLO -HEM Otorrinolaringologia	85	674	759
	CHLO -HEM Urologia	14	217	231
	CHLO -HEM Utco	50	92	142
Hospital São Francisco Xavier	CHLO -HSFX Cirurgia geral I	5	320	325
	CHLO -HSFX Ginecologia	18	331	349
	CHLO -HSFX Ortopedia	256	621	877
Hospital Santa Cruz	CHLO -HSC Cirurgia Cardioracica	30	228	258
	CHLO -HSC Cirurgia geral III	4	104	108
Total		815	4.740	5.555

Dos 5.555 doentes em LIC, 14,7% encontram-se com tempo de espera superior a 12 meses.

6.2.3. BLOCO DE PARTOS

O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSFX/CHLO tem três salas de bloco dedicadas e sete salas de parto.

Com um número médio diário de cerca de 7,3 partos, o total de partos, que ascendeu a 2.659, registou um acréscimo de 8,5% em relação ao período homólogo.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2017	2018	Δ%
Partos ocorridos	2.450	2.659	8,5%
Eutócicos	1.268	1.399	10,3%
Distócicos	511	523	2,3%
Cesarianas	671	737	9,8%
% Cesarianas	27,4%	27,7%	0,3 pp
Frequência Média/Dia	6,7	7,3	8,5%

Os partos Eutócicos apresentaram um aumento na ordem de 10,3% em relação a 2017 e os partos Distócicos também verificaram um acréscimo de 2,3%. As Cesarianas aumentaram 9,8%, face ao período homólogo.

A taxa de Cesarianas no total de partos foi de 27,7% (27,4% em 2017).

Indicadores de Actividade - Bloco de Partos



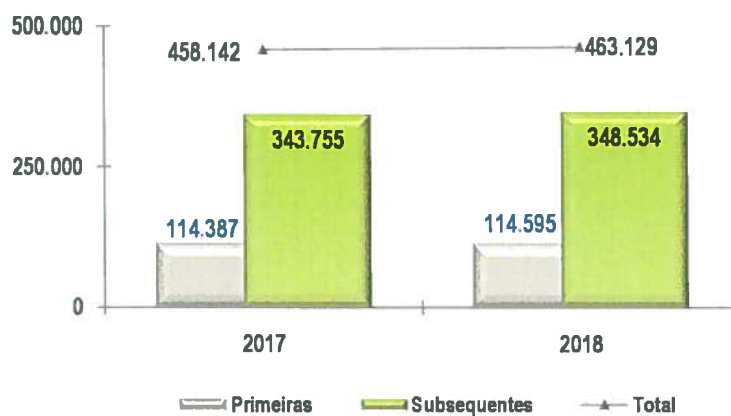
6.2.4. CONSULTA EXTERNA

O número total de Consultas Externas realizadas em 2018 atingiu 463.129, representando um acréscimo de 1,1% em relação ao período homólogo. Embora ainda se encontrem abaixo da meta estabelecida (27,4%), verificou-se um acréscimo de 0,2% nas Primeiras Consultas.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2017	2018	Δ%
Consultas Externas	458.142	463.129	1,1%
Primeiras	114.387	114.595	0,2%
Subsequentes	343.755	348.534	1,4%
<i>% Primeiras/Total</i>	25,0%	24,7%	-0,3pp

Movimento das Consultas Externas



PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE

Especialidades	2017	2018	Δ%	Especialidades	2017	2018	Δ%
Anestesiologia	11.334	11.714	3,4%	Medicina Paliativa	0	133	
C. Plást e Reconstructiva	9.562	9.735	1,8%	MFR	8.786	8.184	-6,9%
Cardiologia	32.105	34.299	6,8%	Nefrologia	18.516	19.161	3,5%
Cardiologia Pediátrica	6.818	7.260	6,5%	Neurocirurgia	10.936	12.429	13,7%
Cirurgia Cardiotorácica	4.696	5.049	7,5%	Neurologia	12.114	14.133	16,7%
Cirurgia Geral	26.550	24.971	-5,9%	Neurorradiologia	0	30	
Cirurgia Vascular	7.590	7.013	-7,6%	Obstetrícia	8.841	9.567	8,2%
Dermatologia	15.130	13.976	-7,6%	Oftalmologia	30.303	33.537	10,7%
Endocrinologia	17.216	16.816	-2,3%	Oncologia Médica	26.633	27.291	2,5%
Estomatologia	11.976	10.529	-12,1%	Ortopedia	16.665	16.857	1,2%
Gastroenterologia	8.267	7.442	-10,0%	Otorrinolaringologia	25.548	25.279	-1,1%
Genética Médica	310	526	69,7%	Patologia Clínica	21.326	18.624	-12,7%
Ginecologia	6.627	6.880	3,8%	Pediatria	8.462	9.430	11,4%
Hematologia	8.037	9.119	13,5%	Pedopsiquiatria	9.095	9.483	4,3%
Imunoalergologia	3.658	3.088	-15,6%	Pneumologia	10.887	11.340	4,2%
Imuno-hemoterapia	4.511	4.614	2,3%	Psiquiatria	16.983	16.247	-4,3%
Infecciologia	11.767	11.624	-1,2%	Reumatologia	13.965	14.976	7,2%
Medicina	21.922	20.800	-5,1%	Saúde Ocupacional	1.442	1.432	-0,7%
Medicina Nuclear	0	6		Urologia	9.564	9.535	-0,3%
Total Geral				458.142	463.129	1,1%	

Na evolução do número de consultas por especialidade, face ao período homólogo, salienta-se o aumento das consultas de Neurologia (16,7%), Neurocirurgia (13,7%), Hematologia (13,5%), Pediatria (11,4%) e Oftalmologia (10,7%).

Em relação ao ano transato as principais variações negativas verificaram-se nas especialidades de Imunoalergologia (15,6%), Patologia Clínica (12,7%), Estomatologia (12,1%), Gastroenterologia (10,0%), Cirurgia Vascular e Dermatologia (7,6%).

6.2.4.1. CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH)

Em 2018, das 114.595 primeiras consultas realizadas no CHLO, 34.216 (29,9%) entraram pela plataforma da Consulta a Tempo e Horas (CTH) – referência eletrónica pelos cuidados de saúde primários através do sistema de acesso à primeira consulta de especialidade hospitalar.

As restantes primeiras consultas têm referência interna (outras especialidades, urgências, ou outros hospitais), criando uma referência no SIH (Sistema de Informação Hospitalar).

O número de pedidos de primeiras consultas via CTH foi de 54.235 pedidos em 2018. O aumento de 3,3% do número de pedidos face a 2017 (52.494) traduz um maior recurso dos médicos dos centros de saúde a este sistema de referênciação.

Foram realizadas 34.216 consultas via pedido CTH, registando um decréscimo de 0,9% em relação a 2017 (34.528).

N.º DE PEDIDOS EFECTUADOS PELO CTH VS CONSULTAS REALIZADAS

Especialidades	N.º de pedidos CTH		Δ%	Consultas Realizadas		Δ%
	2017	2018		2017	2018	
Anestesiologia	117	114	-2,6%	87	76	-12,6%
Cardiologia	1.380	1.608	16,5%	833	907	8,9%
Cardiologia Pediátrica	165	194	17,6%	131	122	-6,9%
Cirurgia Geral	2.583	2.816	9,0%	1.845	2.042	10,7%
Cirurgia Obesidade	278	246	-11,5%	161	172	6,8%
Cirurgia Plástica Rec.	1.163	1.126	-3,2%	880	827	-6,0%
Cirurgia Vascular	1.687	1.415	-16,1%	892	821	-8,0%
Dermatologia	7.895	4.577	-42,0%	4.160	3.301	-20,6%
Dermatologia-Rastreio Dermatológico	75	1.416		32	369	
Endocrinologia	2.038	2.104	3,2%	1.146	1.260	9,9%
Estomatologia	3.656	3.125	-14,5%	2.711	2.116	-21,9%
Gastroenterologia	1.060	1.095	3,3%	554	605	9,2%
Genética Médica	93	0	-100,0%	52	18	-65,4%
Ginecologia	1.484	1.742	17,4%	974	1.280	31,4%
Hematologia Clínica	738	965	30,8%	351	606	72,6%
Imunoalergologia	489	711	45,4%	465	447	-3,9%
Infectologia	159	139	-12,6%	107	87	-18,7%
Medicina Interna	433	545	25,9%	255	360	41,2%
MFR	220	152	-30,9%	193	109	-43,5%
Nefrologia	455	600	31,9%	315	365	15,9%
Neurocirurgia	3.095	3.494	12,9%	2.000	2.333	16,7%
Neurologia	1.206	1.370	13,6%	903	994	10,1%
Obstetrícia	3.495	3.773	8,0%	2.548	2.773	8,8%
Oftalmologia	6.277	7.523	19,9%	4.635	3.949	-14,8%
Oncologia Médica	59	66	11,9%	50	50	0,0%
ORL	4.029	3.996	-0,8%	3.250	2.991	-8,0%
Ortopedia	2.125	2.685	26,4%	1.125	1.131	0,5%
Pediatria	916	1.003	9,5%	621	748	20,5%
Pedopsiquiatria	418	422	1,0%	249	257	3,2%
Pneumologia	842	971	15,3%	402	523	30,1%
Psiquiatria	762	900	18,1%	330	341	3,3%
Reumatologia	1.399	1.768	26,4%	1.128	1.095	-2,9%
Urologia	1.701	1.574	-7,5%	1.143	1.141	-0,2%
Total Geral	52.492	54.235	3,3%	34.528	34.216	-0,9%

As especialidades de Dermatologia, Oftalmologia e ORL são as que apresentam o maior número de pedidos em 2018, representando cerca de 32% dos pedidos.

A percentagem de utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para a consulta externa em tempo adequado foi de 62,5%.

Destacam-se as especialidades de Medicina Física e Reabilitação, Cirurgia Plástica, Nefrologia, Estomatologia, Obstetrícia e ORL sendo as que mais realizam consultas dentro do TMRG.

6.2.5. URGÊNCIA

O total de doentes entrados nos Serviços de Urgência em 2018 registou um acréscimo de 5,7% em relação ao período homólogo, passando de 150.105 para 158.621 doentes entrados, com média de 458 doentes atendimentos diariamente.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2017	2018	Δ%		2017	2018	Δ%
Doentes Entrados				% Doentes Internados			
Urgência Geral	86.722	90.338	4,2%	Urgência Geral	11,0%	10,3%	-0,7pp
Pediátrica	31.558	32.717	3,7%	Pediátrica	1,9%	2,0%	0,1pp
Obstétrica/Ginecológica	15.871	16.441	3,6%	Obstétrica/Ginecológica	15,3%	16,1%	0,8pp
Oftalmologia	6.026	8.327	38,2%	Oftalmologia	0,2%	0,3%	0,1pp
Otorrinolaringologia	9.928	10.798	8,8%	Otorrinolaringologia	1,2%	1,3%	0,1pp
Doentes Internados				Frequência Média / Dia			
Urgência Geral	9.514	9.274	-2,5%	Urgência Geral	238	248	4,2%
Pediátrica	604	648	7,3%	Pediátrica	86	90	3,7%
Obstétrica/Ginecológica	2.429	2.640	8,7%	Obstétrica/Ginecológica	43	45	3,6%
Oftalmologia	12	24	100,0%	Oftalmologia	35	33	-5,9%
Otorrinolaringologia	121	142	17,4%	Otorrinolaringologia	40	43	7,0%
TOTAL GERAL D. ENTRADOS	150.105	158.621	5,7%				
<i>Freq. Média / Dia</i>	443,0	458,4	3,5%				
<i>Doentes Internados</i>	12.680	12.728	0,4%				
<i>% Doentes Internados</i>	8,4%	8,0%	0,4pp				

Urgência Geral

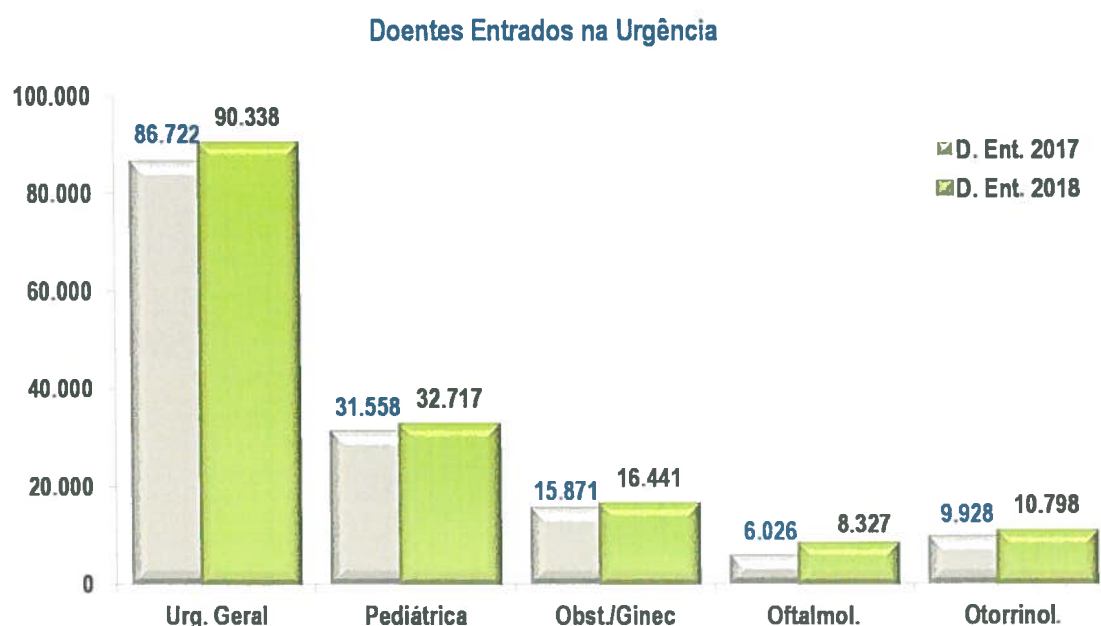
No âmbito da Urgência Geral, o número total de doentes entrados foi de 90.338 o que representou um acréscimo de 4,2% em relação ao ano anterior. O número de doentes internados foi de 9.274, registando uma percentagem de internamento de 10,3%.

Urgência Oftalmológica

Na Urgência Oftalmológica foram atendidos 8.327 doentes, verificando-se um decréscimo de 38,2% relativamente ao ano anterior. Foram atendidos nesta Urgência em média 33 doentes por dia.

Urgência de Otorrinolaringologia

Na Urgência de ORL foram atendidos 10.798 doentes, o que representa um ligeiro acréscimo de 8,8% relativamente ao ano de 2017. O número de doentes socorridos por dia foi de 43 doentes.



Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Após este período, colabora com a urgência do Hospital Dona Estefânia.

Durante o ano de 2018, foram observadas 32.717 crianças representando um acréscimo de 3,7%, face ao período homólogo. A taxa de internamento manteve-se na ordem de 2%, com um afluxo médio diário de 90 crianças.

Urgência Obstétrica/Ginecológica

O número de doentes observadas foi de 16.441, tendo-se verificado um aumento de 3,6% em relação ao ano anterior. A frequência média diária foi de 45 urgências.

6.2.6. HOSPITAL DE DIA

O total de sessões em Hospital de Dia apresentou, em 2018, um aumento de 3,3% em relação ao período homólogo. De entre as especialidades que contribuíram para este comportamento, destacam-se o aumento nas sessões de hospital de dia de Hematologia (28,1%), Pediatria (24,1%) e Reumatologia (14,6%).

No que refere à Hemodiálise o número de sessões apresenta um ligeiro decréscimo de 0,5% passando de 8.765 para 8.719.

HOSPITAL DE DIA

	2017	2018	Δ%
Sessões (não inclui diálise e quimio)	21.331	22.045	3,3%
Psiquiatria	4.247	3.980	-6,3%
Pedopsiquiatria	2.102	2.190	4,2%
Imunohemoterapia	4.426	4.512	1,9%
Pediatria	191	237	24,1%
Pneumologia	238	230	-3,4%
Outras	9.904	10.684	7,9%
<i>Cardiologia e Espec Médicas</i>	<i>1.821</i>	<i>1.861</i>	<i>2,2%</i>
<i>Gastroenterologia</i>	<i>1.050</i>	<i>1.057</i>	<i>0,7%</i>
<i>Reumatologia</i>	<i>582</i>	<i>667</i>	<i>14,6%</i>
<i>Neurologia</i>	<i>942</i>	<i>970</i>	<i>3,0%</i>
<i>Terapêuticas Suporte</i>	<i>4.576</i>	<i>4.885</i>	<i>6,8%</i>
<i>Cirurgia Geral</i>	<i>25</i>	<i>22</i>	<i>-12,0%</i>
<i>Anestesia/Dor</i>	<i>0</i>	<i>3</i>	
<i>Estudos Clínicos</i>	<i>136</i>	<i>230</i>	<i>69,1%</i>
<i>Hematologia</i>	<i>772</i>	<i>989</i>	<i>28,1%</i>
Infecciologia	223	212	-4,9%
Hemodiálise	8.765	8.719	-0,5%



6.2.7. GDH'S MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

Os GDH's Médicos de Ambulatório, no global, apresentaram, face ao período homólogo, um aumento de produção de 5,7%.

Em termos homólogos, os GDH's de Oncologia/Quimioterapia registaram um acréscimo de 6,8%.

Destaque, ainda, para o aumento 10,3% nos GDH's de Urologia (Litotricia).

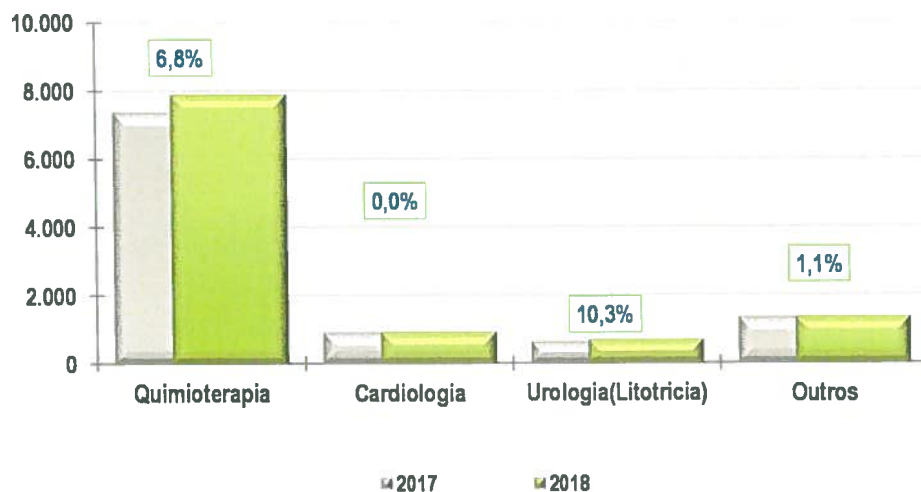
GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

	2017*	2018**	Δ%
TOTAL	10.304	10.891	5,7%
Quimioterapia	7.391	7.897	6,8%
Outros	2.913	2.994	2,8%
Cardiologia	927	927	0,0%
Urologia(Litotricia)	638	704	10,3%
Outros	1.348	1.363	1,1%

* N.º GDHs de 2017 atualizados

** Valor estimado

GDH Médicos Ambulatório



6.2.8. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

EXAMES PRINCIPAIS

MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Especialidades	2017	2018	Δ%
Imagiologia			
Radiologia Convencional	148.646	138.131	-7,1%
TAC Corpo	35.993	26.015	-27,7%
RM Corpo	3.688	5.760	56,2%
Ecografia	27.489	29.047	5,7%
Mamografia	2.157	2.386	10,6%
Neurorradiologia			
TAC	6.498	7.219	11,1%
Angiografia	556	1.199	115,6%
RM	2.346	4.596	95,9%
Patologia Clínica	3.338.886	3.235.815	-3,1%
Colheitas	164.814	147.857	-10,3%
Análises	3.174.072	3.087.958	-2,7%
Anatomia Patológica	32.339	35.624	10,2%
Imuno Hemoterapia			
Testes Laboratoriais	321.584	301.313	-6,3%
Unidades transfundidas	12.393	11.388	-8,1%
Medicina Física e Reabilitação	244.774	263.189	7,5%
Técnicas Gastrenterológicas	13.192	12.145	-7,9%
Técnicas Peumológicas	8.658	9.882	14,1%
Técnicas Cardiológicas	65.091	68.087	4,6%
Obstetrícia/Ginecologia	10.953	10.794	-1,5%
Medicina Nuclear	3.993	3.610	-9,6%
Técnicas Neurológicas	2.121	2.504	18,1%
Técnicas Oftalmológicas	40.647	42.196	3,8%
Técnicas de ORL	10.944	10.538	-3,7%
Técnicas Urológicas	4.302	4.541	5,6%
Técnicas Reumatologia	3.190	5.436	70,4%
Técnicas de Dermatologia	4.147	3.702	-10,7%

Nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica destacam-se os acréscimos verificados em:

- Exames de Imagiologia, nomeadamente RM Corpo (56,2%), Ecografia (5,7%) e Mamografia (10,6%);
- Exames de Neurorradiologia, com um aumento de Angiografias (115,6%) e RM (95,9%);
- Técnicas Reumatologia (70,4%);
- Técnicas Pneumológicas (14,1%);
- Medicina Física e Reabilitação (7,5%);
- Técnicas Urológicas (5,6%).

6.3. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

6.3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

(Nota: Na análise económica- financeira que se segue o ano de 2017 é apresentado baseado na correspondência de contas POCMS e SNC-AP de acordo com a tabela divulgada pela UNILEO)

No exercício de 2018, os Rendimentos Totais registaram um decréscimo de 2,4%, passando de 211,6 em 2017 para 206,6 milhões de euros.

Os Gastos Totais, em 2018, ascenderam os 242,8 milhões de euros, representando um acréscimo de 2,3% em relação a 2017.

SÍNTESE DE INDICADORES

SITUAÇÃO ECONÓMICA	(euros)		
	2017	2018	Δ %
Rendimentos Totais	211.601.459	206.562.549	-2,4%
Gastos Totais	237.356.858	242.756.598	2,3%
Gastos Operacionais	237.340.949	242.701.399	2,3%
EBITDA	-19.157.375	-28.897.615	-50,8%
Resultados Operacionais	-25.735.485	-36.138.849	-40,4%
Resultado Líquido	-25.786.569	-36.224.566	-40,5%

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos rendimentos sintetiza-se no quadro seguinte:

RENDIMENTOS

(euros)			
Rubrica	2017	2018	Δ%
Impostos Taxas e Contribuições	2.930.626	3.411.328	16,4%
Prestação de Serviços	183.484.345	182.268.611	-0,7%
Transferências e subsídios correntes obtidos	16.058.794	16.429.781	2,3%
Reversões	154.786	24.945	-83,9%
Outros rendimentos e ganhos	8.972.908	4.427.884	-50,7%
RENDIMENTOS TOTAIS	211.601.459	206.562.549	-2,4%

Tendo em consideração a Adenda AM 2018, o grau de cumprimento do Contrato Programa situou-se na ordem de 99%, as principais linhas de produção e indicadores de desempenho assistencial apresentam uma grande consistência face a anos anteriores, ao nível do nº de Doentes Saídos, Consultas e Cirurgias efetuadas, respondendo de uma forma adequada às solicitações da área de influência. Foi ao nível das linhas verticais que se verificaram os maiores desvios, nomeadamente, na Linha VH/SIDA, resultado da diminuição do preço por doente tratado, com impacto negativo na ordem dos 8,2 milhões de euros.

No que se refere à evolução dos Gastos, o quadro seguinte evidencia a evolução síntese dos diversos agregados:

GASTOS

(euros)			
Rubrica	2017	2018	Δ%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	87.536.721	84.335.386	-3,7%
Fornecimentos e serviços externos	28.067.438	31.439.187	12,0%
Gastos com o pessoal	111.198.783	117.225.061	5,4%
Gastos de depreciação e de amortização	6.578.110	7.241.234	10,1%
Perdas por imparidade	251.679	1.232.199	389,6%
Provisões do período	0	934.732	-
Outros gastos e perdas	3.617.852	292.602	-91,9%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	106.274	56.197	-47,1%
GASTOS OPERACIONAIS	237.340.949	242.701.399	2,3%
GASTOS TOTAIS	237.356.858	242.756.598	2,3%

Os Gastos Operacionais totalizaram 242,7 milhões de euros e registaram um aumento de 2,3% face ao exercício anterior. O esforço na contenção dos custos não se encontra espelhado nesta evolução devido, No acréscimo dos Gastos, destaque para um aumento significativo resultado da contratação de prestação

de serviços externos associados a internamento e cirurgias e pela pressão nos Gastos de Pessoal que registaram acréscimo de despesa de 5,4% face ao ano anterior, decorrente da reversão salarial e reposição de número de profissionais.

A evolução dos Gastos de Depreciação e Amortização registaram um aumento de 10,1 % e passaram de 6,6 milhões de euros para 7,2 milhões de euros.

A conjugação dos Rendimentos e Gastos conduz aos seguintes agregados de resultados:

RESULTADOS

	2017	2018	(euros) Δ%
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento (EBITDA)	-19.157.375	-28.897.615	-50,8%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento)	-25.735.485	-36.138.849	-40,4%
Imposto sobre o Rendimento	31.170	30.518	-2,1%
Resultado Líquido do Período	-25.786.569	-36.224.566	-40,5%

O EBITDA apresenta uma evolução desfavorável, passando para cerca de 29 milhões de euros negativos em 2018. O Resultado Operacional de 36,1 milhões de euros negativos e o Resultado Líquido, na ordem de 36,2 milhões de euros negativos, apresentam, também, uma evolução desfavorável face ao exercício anterior.

Análise dos principais agregados de custos:

CONSUMOS

	2017	2018	(euros) Δ%
Produtos Farmacêuticos	56.269.094	52.414.725	-6,8%
Material Consumo Clínico	29.981.956	30.690.962	2,4%
Material Consumo Hoteleiro	415.231	505.737	21,8%
Material Consumo Administrativo	399.576	378.964	-5,2%
Material Manutenção Conserv.	445.226	314.249	-29,4%
Outro Material de Consumo	0	-86	-
Alimentação - géneros para confeccionar	25.638	30.836	20,3%
TOTAL	87.536.721	84.335.386	-3,7%

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu a 84,3 milhões de euros, registando uma redução de 3,7% em relação a 2017.

Do total de materiais consumidos, a rubrica Produtos Farmacêuticos, que representa 62%, registou uma diminuição de 6,8% e o Material de Consumo Clínico, que representa 36%, apresentou um aumento de 2,4%.

CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)			
Rubrica	2017	2018	Δ%
Medicamentos	51.865.455	48.098.803	-7,3%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	4.369.706	4.287.406	-1,9%
Outros Produtos Farmacêuticos	33.932	28.516	-16,0%
TOTAL	56.269.094	52.414.725	-6,8%

O consumo nos Medicamentos apresentou um decréscimo de 6,8% ascendendo a 52,4 milhões de euros. Este decréscimo deve-se, principalmente, à redução da dispensa de medicamentos em ambulatório respeitante ao tratamento a doentes com Hepatite C (-73,4%) e HIV (-8,8%).

No entanto, de referir que os gastos ocorridos em consequência do alargamento da dispensa de medicamentos em ambulatório respeitante ao tratamento a doentes oncológicos (+32,2%) e a contínua introdução de medicamentos inovadores, registaram aumentos face ao período homologado.

CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)			
Rubrica	2017	2018	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	424.166	418.478	-1,3%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	1.910.295	2.050.631	7,3%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	12.446.991	12.449.163	0,0%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	247.794	236.961	-4,4%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	430.021	483.097	12,3%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	10.015.869	10.377.026	3,6%
Mat. Cons. Clínico - Osteosíntese	1.287.416	1.302.424	1,2%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	3.219.404	3.373.182	4,8%
TOTAL	29.981.956	30.690.962	2,4%

O Material de Consumo Clínico apresentou um aumento de 2,4% em relação ao período homólogo, como referido. Para este aumento contribuiu, principalmente, o incremento de 3,6% em Próteses e de 7,3% no material clínico artigos cirúrgicos.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euros)			
Rubrica	2017	2018	Δ%
Subcontratos e Concessões de serviços	6.495.847	8.047.726	23,9%
Serviços Especializados	12.824.588	15.217.144	18,7%
Materiais de Consumo	7.608	10.640	39,8%
Energia e Fluidos	3.913.672	3.331.846	-14,9%
Deslocações, Estadas e Transporte	1.047.332	1.102.477	5,3%
Serviços Diversos	3.778.392	3.729.355	-1,3%
TOTAL	28.067.438	31.439.187	12,0%

Representando cerca de 13% dos Gastos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um acréscimo de 12,0%, passando de 28,1 para 31,4 milhões de euros. Esta evolução desfavorável da despesa no recurso ao exterior é, fundamentalmente, reflexo dos aumentos de 23,9% nos Subcontratos e Concessões de serviços e 18,7% nos Serviços especializados.

SUBCONTRATOS E CONCESSÕES DE SERVIÇOS

(euros)

Rubrica	2017	2018	Δ%
Meios complementares de diagnóstico	1.909.938	1.899.777	-0,5%
Patologia clínica	553.663	558.234	0,8%
Anatomia patológica	11.590	20.460	76,5%
Imagiologia	569.987	529.880	-7,0%
Radiologia Convencional	3.121	14	-99,6%
Tomografia Axial Computorizada	293.344	81.711	-72,1%
Ecografia	79.063	58.728	-25,7%
Ressonância Magnética	189.536	226.925	19,7%
Mamografia	4.924	0	-100,0%
Outros	0	162.502	-
Cardiologia	1.429	124	-91,3%
Medicina nuclear	277.972	317.555	14,2%
Gastroenterologia	106.990	67.878	-36,6%
Pneumologia/Imunoalergologia	6.275	7.763	23,7%
Outros Meios de Diagnóstico	382.033	397.884	4,1%
Neurofisiologia	68.137	84.411	23,9%
Urologia	100	151	50,6%
Outros	313.796	313.322	-0,2%
Meios complementares de terapêutica	2.124.137	2.240.828	5,5%
Oxigenoterapia	641.478	890.555	38,8%
Unidades terapêuticas de sangue	1.479.754	1.349.734	-8,8%
Outros Meios Comp. de terapêutica	2.906	539	-81,5%
Internamentos	2.213.600	3.440.610	55,4%
Contratos e acordos	0	185.470	-
Outros subcontratos	248.172	281.041	13,2%
Assistência ambulatoria	248.172	281.041	13,2%
TOTAL	6.495.847	8.047.726	23,9%

Destaca-se nos aumentos verificados neste agregado, o Internamento (55,4%), que também inclui, para além do recurso do Internamento no exterior, o SIGIC, com aumentos de 79,1% e 26,1%, respectivamente.

Os Meios Complementares de Diagnóstico registaram um decréscimo de 0,5%, fundamentalmente, derivado a um menor recurso a exames de Imagiologia (7,0%), e de Gastroenterologia (-36,7%). Os Meios Complementares de Terapêutica apresentaram um acréscimo de 5,5%. Para o efeito contribuiu principalmente o aumento da despesa com oxigenoterapia (cuidados respiratórios domiciliários).

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

(euros)			
Rubrica	2017	2018	Δ%
Trabalhos Especializados	6.731.191	8.166.824	21,3%
Estudos Pareceres e Consultoria jurídica	0	58.929	-
Projectos e serviços de informática	104.644	255.967	144,6%
Outros trabalhos especializados	6.626.547	7.851.927	18,5%
Serviços técnicos de recursos humanos	2.337.260	2.522.192	7,9%
Serviços Médicos prestados por empresas serviços médicos	2.015.139	2.126.831	5,5%
Outros serviços técnicos de RH	322.121	395.361	22,7%
Serviços de Alimentação	1.963.277	2.063.366	5,1%
Serviços de Lavandaria	682.840	693.767	1,6%
Outros	1.643.170	2.572.602	56,6%
Publicidade, comunicação e imagem	14.888	8.906	-40,2%
Vigilância e Segurança	768.900	1.003.616	30,5%
Honorários	469.609	778.978	65,9%
Contratos individuais de tarefa	436.058	672.320	54,2%
Contratos individuais por avença	0	58.799	-
Apoio Judiciário	0	15.221	-
Outros honorários	33.550	32.637	-2,7%
Serviços Médicos	0	950	-
Outros	33.550	31.687	-5,6%
Conservação e Reparação	4.840.000	5.258.820	8,7%
TOTAL	12.824.588	15.217.144	18,7%

O acréscimo de 18,7% registado nos Serviços especializados deve-se, fundamentalmente, a um aumento de 21,3% nos trabalhos especializados, 65,9% nos Honorários, de 30,5% na vigilância e segurança e de 8,7% na conservação e reparação.

ENERGIA E FLUIDOS

(euros)			
Rubrica	2017	2018	Δ%
Eletricidade	1.805.508	1.875.980	3,9%
Combustíveis e lubrificantes	1.334.651	585.859	-56,1%
Água	773.512	846.107	9,4%
Outros	0	23.901	-
TOTAL	3.913.672	3.331.846	-14,9%

Energias e Fluidos registaram uma redução na ordem de 15%, passando de 3,9 para 3,3 milhões de euros. Para o efeito, destaca-se a diminuição de 56,1% na rubrica Combustíveis e lubrificantes em resultado da paragem da cogeração.

GASTOS COM PESSOAL

(euros)			
Rubrica	2017	2018	Δ%
Remunerações Órgãos Sociais e de gestão	363.759	461.171	26,8%
Remunerações Base do Pessoal	64.338.566	65.910.000	2,4%
Subsidios de Férias e Natal	11.205.507	11.550.149	3,1%
Despesas de representação	36.458	39.402	8,1%
Subsidio de refeição	3.699.324	3.886.905	5,1%
Abonos variáveis ou eventuais	10.151.928	12.776.228	25,9%
Benefícios pós emprego	136.491	66.848	-51,0%
Encargos sobre Remunerações	20.217.585	21.548.466	6,6%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	520.789	515.781	-1,0%
Gastos de ação social	128.384	0	-100,0%
Outros gastos com Pessoal	399.991	470.112	17,5%
TOTAL	111.198.783	117.225.061	5,4%

As Despesas com o Pessoal que representam 48% dos Gastos Totais registaram um aumento de 5,4% e ascenderam a 117,2 milhões de euros.

Destaca-se a evolução homóloga das rubricas de maior peso:

- Remunerações Base de Pessoal verificou um acréscimo de 2,4%. Esta evolução desfavorável é fundamentalmente consequência das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão (al. a), nº1, art.º 18º da LOE para 2018) e da contratação de profissionais em Julho de 2018 para fazer face à passagem para as 35 horas semanais dos trabalhadores em contrato individual de trabalho.
- Abonos variáveis ou eventuais registaram acréscimo de 25,9%, realçando-se neste agregado o aumento do Trabalho Extraordinário também em 25,9% (25,8% em Horas extraordinárias e 26,5% em Prevenções), bem como o aumento de 29% na rubrica Noites e Suplementos em consequência do pagamento do suplemento a enfermeiros especialistas.

ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

(euros)			
Rubrica	2017	2018	Δ%
1 - Ordenados e Salários	64.702.325	66.371.171	2,6%
2 - Horas Extraordinárias	4.463.857	5.613.467	25,8%
3 - Prevenções	1.262.589	1.596.664	26,5%
4 - Noites e Suplementos	3.050.404	3.936.011	29,0%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	8.776.850	11.146.141	27,0%
% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)	13,6%	16,8%	

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares (Decreto Lei 62/79) ascenderam a cerca de 11,1 milhões de euros e registaram um acréscimo de 27 %. A despesa na rubrica Horas Extraordinárias foi a que mais contribuiu para este acréscimo, registando um aumento de 25,6% em relação a 2017.

DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

(euros)

Rubrica	2017	2018	Δ%
1 - Ordenados e Salários	64.702.325	66.371.171	2,6%
Médicos	27.758.195	28.481.944	2,6%
Enfermeiros	20.115.828	20.464.374	1,7%
Outro Pessoal ^(a)	16.828.302	17.424.854	3,5%
2 - Horas Extraordinárias	4.463.857	5.613.467	25,8%
Médicos	3.933.043	4.768.631	21,2%
Enfermeiros	144.154	244.993	70,0%
Outro Pessoal	386.660	599.843	55,1%
3 - Prevenções	1.262.589	1.596.664	26,5%
Médicos	708.272	936.752	32,3%
Enfermeiros	349.839	398.480	13,9%
Outro Pessoal	204.477	261.432	27,9%
4 - Noites e Suplementos	3.050.404	3.936.011	29,0%
Médicos	564.629	703.364	24,6%
Enfermeiros	1.835.105	2.403.582	31,0%
Outro Pessoal	650.671	829.065	27,4%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	8.776.850	11.146.141	27,0%
Médicos	5.205.944	6.408.746	23,1%
Enfermeiros	2.329.098	3.047.054	30,8%
Outro Pessoal	1.241.808	1.690.340	36,1%
6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados			
Médicos	18,8%	22,5%	
Enfermeiros	11,6%	14,9%	
Outro Pessoal	7,4%	9,7%	

(a) Inclui Remunerações Órgãos Sociais e de gestão

Com maior peso nos custos com Horas Extraordinárias, o grupo profissional dos médicos auferiu cerca de 85% do seu valor total, tendo registado um aumento de 21,2% relativamente a 2017.

Já na rubrica Prevenções, em que o encargo gerado pelos médicos atinge cerca de 57% do total despendido com este tipo de remuneração, verificou-se um acréscimo de 26,5%.

A rubrica Noites e Suplementos registaram um aumento de 29,0% em relação a 2017 e é o pessoal de enfermagem que gera o maior encargo que atinge cerca de 61% do total deste tipo de remuneração.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

(euros)

Rubrica	2017	2018	Δ%
SNS - Serviço nacional de Saúde (contrato-programa)	175.046.269	174.770.035	-0,2%
Produção	163.762.515	163.363.008	-0,2%
Produção	159.413.440	158.439.457	-0,6%
Medicamentos	4.349.074	4.462.160	2,6%
Sistema de Apoio de Ajudas Técnicas (SAPA)		252.147	-
Programa de Incentivo à Integração de Cuidados		209.244	-
Outras Prestações de Serviços	11.283.754	11.407.027	1,1%
Internato Médico	3.260.744	3.241.336	-0,6%
Incentivos Institucionais	8.023.010	8.165.691	1,8%
Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	438.127	580.223	32,4%
Outras entidades responsáveis	7.999.950	6.918.353	-13,5%
TOTAL	183.484.345	182.268.611	-0,7%

O Total de Prestações de Serviços e Concessões registou um ligeiro decréscimo de 0,7% face ao ano anterior, ascendendo a 182,3 milhões de euros.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2018, incluindo o valor de Custos de contexto de 15,9 milhões de euros, ascendeu a 192,1 milhões de euros.

A valorização da produção associada ao Contrato Programa em 2018 ascendeu a 163,4 milhões de euros, representando uma diminuição de 0,6% face a 2017 e, em relação ao previsto, registou uma taxa de execução de 100%.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

(euros)

Rubrica	2017	2018	Δ%	2018 Peso %
Internamento	67.739.802	68.615.462	1,3%	37,6%
Consulta	31.065.603	31.247.115	0,6%	17,1%
Urgências	14.836.502	14.581.850	-1,7%	8,0%
GDH Ambulatório	19.077.509	20.129.476	5,5%	11,0%
Hospital de dia	1.426.179	1.309.370	-8,2%	0,7%
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	5.279.806	5.895.659	11,7%	3,2%
Outras prestações de serviços de saúde	43.620.819	39.909.457	-8,5%	21,9%
Serviço domiciliário	12.578	10.412	-17,2%	0,01%
Programas de Gestão de Doença Crónica	27.464.784	23.405.100	-14,8%	12,8%
Saúde Sexual e Reprodutiva	144.612	148.560	2,7%	0,1%
Rendimentos Incentivos	8.023.010	8.165.691	1,8%	4,5%
Medicamentos de Cedência em ambulatório	4.349.074	4.462.160	2,6%	2,4%
Internos	3.260.744	3.241.336	-0,6%	1,8%
Outras prestações de serviços	366.016	476.197	30,1%	0,3%
SAPA	0	252.147	-	0,1%
PIIC	0	209.244	-	0,1%
Outras prestações de serviços	366.016	14.806	-96,0%	0,01%
Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	438.127	580.223	32,4%	0,3%
TOTAL	183.484.345	182.268.611	-0,7%	100%

Nas Prestações de Serviços e Concessões, que representam cerca de 88% do total de Rendimentos, destacam-se o peso da actividade do Internamento com 37,6%, da Consulta com 17,1% e dos Programas de Gestão de Doença Crónica com 12,8% no total da Prestação de Serviços do CHLO.

6.3.2. ANÁLISE FINANCEIRA

RUBRICAS DO BALANÇO

	2017	2018	(euros) Δ%
Ativo Não Corrente	52.490.704	53.516.429	2,0%
Ativo Corrente	90.294.522	83.191.094	-7,9%
Total Activo	142.785.226	136.707.523	-4,3%
Patrimonio Liquido	-66.244.798	-70.058.676	5,8%
Passivo Não Corrente	6.438.884	7.373.616	14,5%
Passivo Corrente	202.591.140	199.392.583	-1,6%
Total do Passivo	209.030.024	206.766.199	-1,1%
Total Passivo + Patrimonio Liquido	142.785.226	136.707.523	-4,3%

O Ativo Não Corrente atingiu em 2018, o montante de 53,5 milhões de euros, registando um ligeiro aumento de 2,0% relativamente a 31 de dezembro de 2017. Esta evolução é, consequência de um aumento do investimento.

O Ativo Corrente atingiu em 2018 o montante de 83,2 milhões de euros, registando um decréscimo de - 7,9% relativamente ao ano anterior, como consequência da realização do capital estatutário subscrito em 2017 e do acréscimo de proveitos referentes aos Contratos Programa ainda em aberto.

O Passivo Não Corrente atingiu em 2018 o montante de 7,4 milhões de euros, registando a maior variação do passivo 14,5%, consequência do aumento das provisões (alteração implementada com o novo normativo contabilístico SNC-AP).

A rubrica das disponibilidades regista uma variação negativa resultante do facto de em 2018, terem sido efetuados mais pagamentos no final do ano, não transitando por esta razão o agendamento de pagamentos para 2019. Situação que tinha ocorrido no final do ano de 2017.

RÁCIOS

	2017	2018
Rátios de Liquidez		
. Liquidez Geral	0,53%	0,37%
. Liquidez Reduzida	0,48%	0,42%
. Liquidez Imediata	0,02%	0,01%
Rátios de Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento		
. Autonomia Financeira	-0,40%	-0,51%
. Solvabilidade	-0,31%	-0,34%
. Endividamento	1,46%	1,51%
Prazos Medio (dias)		
. Pagamento	378	360

Na análise aos rácios financeiros, é de realçar:

- ♦ O rácio de Liquidez Geral apresenta um decréscimo refletindo uma diminuição do ativo corrente sobre o passivo corrente;
- ♦ A situação de tesouraria apresenta um decréscimo, no indicador de liquidez reduzida. Persistem problemas ao nível da capacidade do CHLO em solver os compromissos de curto prazo;
- ♦ A Liquidez Imediata sofreu uma ligeira alteração face ao período homólogo e continua a revelar que os meios monetários disponíveis não são suficientes para liquidar o exigível de curto prazo;
- ♦ O rácio da Autonomia Financeira denuncia a debilidade do capital próprio, insuficiente de financiar o Ativo, apresentando um Capital Próprio negativo;
- ♦ A análise da solvabilidade revela que não existem ativos suficientes para liquidar o passivo corrente;
- ♦ O grau de endividamento evidencia que o passivo representa 146% e 151% do total do ativo em 2017 e 2018, respetivamente;

6.3.2.1. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES E ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

Os *arrears* de 59,4 milhões de euros registam um decréscimo face ao ano anterior no montante de aproximadamente 6 milhões de euros. Este decréscimo deve-se essencialmente à realização de capital estatutário em 2018.

O CHLO cumpre a obrigação trimestral de divulgação no sítio da internet da lista das dívidas superiores a 30 dias.

6.3.2.2. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009

PMP	2018	2017	Var. 18/17	
			Var. Absol.	Var. (%)
Prazo (dias)	360	378	-18	-4,8%

Verificou-se um decréscimo de 18 dias. O Prazo Médio de Pagamentos passou de 378 dias em 2017 para 360 dias em 2018. Esta redução deve-se principalmente à realização do capital estatutário que ocorreu no ano de 2018.

6.3.2.3. MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2018 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO

(euros)

Dividas Vencidas	0-90 dias	Valor das dividas vencidas de acordo com o Art.1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	22.419.592	10.006.262	19.286.555	6.034.953	535.236
Aquisições de Capital	569.554	68.454	474.552	11.279	303
Total	22.989.146	10.074.716	19.761.107	6.046.232	535.539

6.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(euros)			
Designação	Orçamento 2018	Real 2018	Taxa Execução (%)
GASTOS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	84.334.921	84.335.386	100,0%
Fornecimentos e serviços externos	31.439.187	31.439.187	100,0%
Gastos com o pessoal	117.225.066	117.225.061	100,0%
Gastos de depreciação e de amortização	7.241.234	7.241.234	100,0%
Perdas por imparidade	0	1.232.199	-
Em contas a receber	0	1.232.199	-
Em inventários	0	0	-
Em investimentos financeiros	0	0	-
Provisões do período	934.732	934.732	100,0%
Outros gastos e perdas	292.602	292.602	100,0%
Gastos e perdas em entidades controladas, associadas e empreend conjuntos	0	0	-
Gastos e perdas por juros e outros encargos	56.197	56.197	100,0%
Juros tributários	998	998	100,0%
Outros juros	0	0	-
Total de Gastos	241.523.939	242.756.598	100,5%
RENDIMENTOS			
Impostos, contribuições e taxas	3.411.328	3.411.328	100,0%
Vendas	0	0	-
Prestações de serviços e concessões	183.717.391	182.268.611	99,2%
Variações nos inventários da produção	0	0	-
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	15.915.031	16.429.781	103,2%
Reversões	1.250.008	24.945	2,0%
Em inventários	24.922	24.922	100,0%
De provisões	23	23	100,0%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	-
Outros rendimentos e ganhos	4.427.884	4.427.884	100,0%
Rendimentos e ganhos em entidades controladas, associadas e empreend conjuntos	0	0	-
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	63	0	0,0%
Outros rendimentos similares	63	0	0,0%
Total de Rendimentos	208.721.705	206.562.549	99,0%
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento (EBITDA)	-25.505.801	-28.897.615	88,3%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento)	-32.747.035	-36.138.849	90,6%
Imposto sobre o rendimento		30.518	
Resultado Líquido do Período	-32.802.234	-36.224.566	90,6%

Em 2018, o montante total de gastos, derivado do acentuado esforço no controlo e contenção de custos, apresentou uma taxa de execução de 100,5%.

Tendo em consideração a aprovação da Adenda ao AM 2018, em termos de grande agregados, os Consumos, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, apresentaram uma taxa de execução de 100%.

O Total do agregado Prestação de Serviços e Concessões correspondeu com uma execução de 99,2% tendo os Outros Ganhos contribuído com uma taxa de execução final de 97,2%.

6.3.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2018 ascendeu a cerca de 8,1 milhões de euros.

INVESTIMENTO

	2017		2018		(euros) Δ %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
Activo Fixo Tangível	2.903.626	77,6%	5.496.856	67,9%	89,3%
Edifícios e Outras construções	91.983	2,5%	51.424	0,6%	-44,1%
Equipamento Básico	2.237.371	59,8%	4.197.139	51,9%	87,6%
Investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	0	0,0%	1.693	0,0%	
Médico-Cirúrgico	863.487	23,1%	1.898.859	23,5%	119,9%
de Imagiologia	661.623	17,7%	1.577.301	19,5%	138,4%
de Laboratório	100.223	2,7%	56.128	0,7%	-44,0%
Mobiliário Hospitalar	143.501	3,8%	342.507	4,2%	138,7%
Desinfecção e esterilização	30.544	0,8%	20.625	0,3%	-32,5%
Outro	117.290	3,1%	225.165	2,8%	92,0%
Equip. e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	0	0,0%	29.860	0,4%	-
Equip. e material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria	320.703	8,6%	30.640	0,4%	-90,4%
Equipamento e material de apoio à produção		0,0%	14.361	0,2%	
Equipamento de transporte	0	0,0%	0	0,0%	-
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	1.911	0,1%	0	0,0%	-100,0%
Equipamento Administrativo	53.042	1,4%	53.606	0,7%	1,1%
Equipamento Informático	519.319	13,9%	864.734	10,7%	66,5%
Outras	0	0,0%	329.953	4,1%	-
Investimento em Curso	839.038	22,4%	2.569.629	31,8%	206,3%
Activo Intangível	0	0,0%	25.452	0,3%	-
Programas de computador	0	0,0%	25.452	0,3%	-
TOTAL INVESTIMENTO	3.742.664	100,0%	8.091.936	100,0%	116,2%

Realçam-se os investimentos realizados em equipamento Médico-Cirúrgico, equipamento de Imagiologia onde se investiram montantes na ordem de 1,9 milhões de euros e de 1,6 milhões de euros, respectivamente. O investimento em equipamento Informático ascendeu a 0,9 milhões de euros em 2018 (0,5 milhões euros em 2017), e as obras em curso registaram valores na ordem de 2,6 milhões de euros

e correspondem a obras de manutenção e melhoramento de alas hospitalares dos três hospitais que compõem o CHLO.

6.4. RECURSOS HUMANOS

No decorrer do ano de 2018, há a registar o descongelamento de carreiras na Administração Pública, pela aplicação da Lei n.º 114/2017, Art.º 18 no CHLO e a entrada em vigor da alteração do PNT para 35 horas semanais dos trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho, ao abrigo dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho entretanto publicados.

A Lei n.º 114/2017 de 29 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2018) veio determinar o descongelamento de todas as carreiras da Administração Pública, permitindo as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório dos trabalhadores que tenham acumulado 10 ou mais pontos em resultado da aplicação dos ns.º 2 e 3, do Art.º 18 da referida Lei, desde a última alteração de posicionamento ocorrido. De referir que foram reposicionados apenas os trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Assim, de salientar que o aumento dos encargos com pessoal em 2018, relativamente aos valores de 2017, se justificam, essencialmente:

- Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão. al. a), nº1, art.º 18º da LOE para 2018, sendo os acréscimos remuneratórios faseados, em 2018, 25% do aumento remuneratório, de 01 de Janeiro até final de agosto e 50% de 01 de Setembro até final do ano;
- Custo com o pagamento do Suplemento a 202 Enfermeiros Especialistas, desde Janeiro de 2018 até final do ano;
- Contratação em Julho de 2018 de cerca de 100 profissionais para fazer face à passagem às 35H/semanais dos profissionais em Contrato Individual de Trabalho, pela imprescindibilidade em assegurar a prestação de cuidados para não comprometer a qualidade e segurança dos mesmos.

6.4.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

No final do ano 2018, o CHLO tinha a exercer funções 4.052 trabalhadores, dos quais 1.039 são homens e 3.013 são mulheres, evidenciando-se uma predominância do sexo feminino (74,4%) em todos os grupos profissionais, com exceção do pessoal de Informática.

GRUPOS PROFISSIONAIS POR VÍNCULO*

Grupos de Pessoal	2017				2018				Δ%			
	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total
Dirigente	14	9		23	18	10		28	29%	11%		21,7%
Médico	256	292		548	243	311		554	-5%	7%		1,1%
Internato Médico	422			422	437			437	4%			3,6%
Téc. Sup. Saúde	17	11		28	17	25		42	0%	127%		50,0%
Téc. Superior	16	64		80	18	54		72	13%	-16%		-10,0%
Enfermagem	443	844	21	1.308	430	883	28	1.341	-3%	5%	33%	2,5%
Informática	3	9		12	3	9		12	0%	0%		0,0%
Docente	2	1	1	4	2	1	1	4	0%	0%	0%	0,0%
Téc. Diag. Terap.	173	117	25	315	171	148	3	322	-1%	26%	-88%	2,2%
Assistente Técnico	97	277		374	97	290		387	0%	5%		3,5%
Assistente Operacional	326	508		834	318	532		850	-2%	5%		1,9%
Outro Pessoal		1	2	3		1	2	3		0%	0%	0,0%
TOTAL	1.769	2.133	49	3.951	1.754	2.264	34	4.052	-1%	6%	-31%	2,6%

* Informação de acordo com o Balanço Social

Pela análise do quadro, verifica-se o aumento de profissionais ao serviço do CHLO, em efectividade de funções, apresentando o CHLO mais 101 elementos face ao período homólogo de 2017. Os grupos profissionais (sobretudo) responsáveis pelo aumento de efetivos são os Enfermeiros (+33) e os Assistentes Operacionais (+16). Este aumento do número de efetivos justifica-se pela necessidade de contratação de profissionais para colmatar o impacto da entrada em vigor do PNT de 35 horas e pela necessidade de uma resposta mais adequada, face ao acréscimo de atividade, designadamente em períodos de maior afluência, nomeadamente, o Serviço de Urgência e alguns Serviços de Internamento Médico, e às exigências, cada vez maiores, da qualidade assistencial. Tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efetivos situa-se nos grupos de pessoal de Enfermagem, Médico e Assistente Operacional, representando 78,5% do total de profissionais do CHLO.



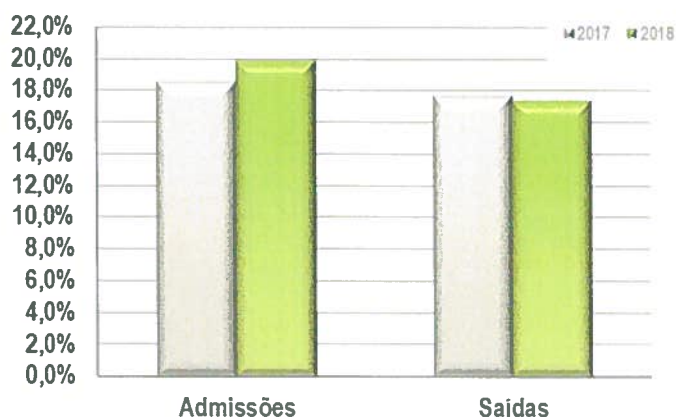
Quanto à natureza do vínculo, 1.754 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções públicas (43,3%) e 2.298 são abrangidos por outros tipos de vínculo,

nomeadamente, contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual, correspondentes, a 56,7% dos efetivos.

6.4.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

Grupos Profissionais	Saídas		Δ%	Admissões		Δ%
	2017	2018		2017	2018	
Dirigente	2			3	5	66,7%
Médico	268	309	15,3%	328	330	0,6%
Téc. Sup. Saúde	1	1	0,0%	0	14	
Téc. Superior	16	21	31,3%	13	14	7,7%
Enfermagem	218	225	3,2%	229	241	5,2%
Informática	3			2		
Docente	1			1		-100,0%
Téc. Diag. Terap.	40	25	-37,5%	24	54	125,0%
Assistente Técnico	28	26	-7,1%	20	39	95,0%
Assistente Operacional	122	99	-18,9%	116	110	-5,2%
Outro Pessoal	0			0		
TOTAL GERAL	699	706	1,0%	736	807	9,6%
% Admissões				18,6%	19,9%	6,9%
% Saídas				17,7%	17,4%	-1,5%



Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, constatamos que o número de saídas é menor (706) que o número de admissões (807), o que justifica o aumento de efetivos verificado ao longo do ano de 2018.

No que se refere a admissões, registou-se um aumento de 9,6%, relativamente a 2017, quanto às saídas verificou-se um decréscimo de 1,0% face ao período homólogo, com um total de 706 saídas.

6.4.3. ABSENTISMO

No ano de 2018, a taxa de absentismo apresenta uma diminuição face ao ano de 2017, apresentando um total de 94.496 dias de ausência, correspondente a um aumento de 10,6%.

A taxa de absentismo do CHLO em 2018 foi de 10,6%, face a 11,1% em 2017, correspondente a um decréscimo de 1.812 dias de ausência. Os grupos de técnicos superiores e de pessoal de enfermagem foram os que mais contribuíram para esta evolução percentual, com uma taxa de absentismo de -48,9% e -4,1%, respectivamente, equivalente a -989 e -1.332 dias de ausência, respetivamente.

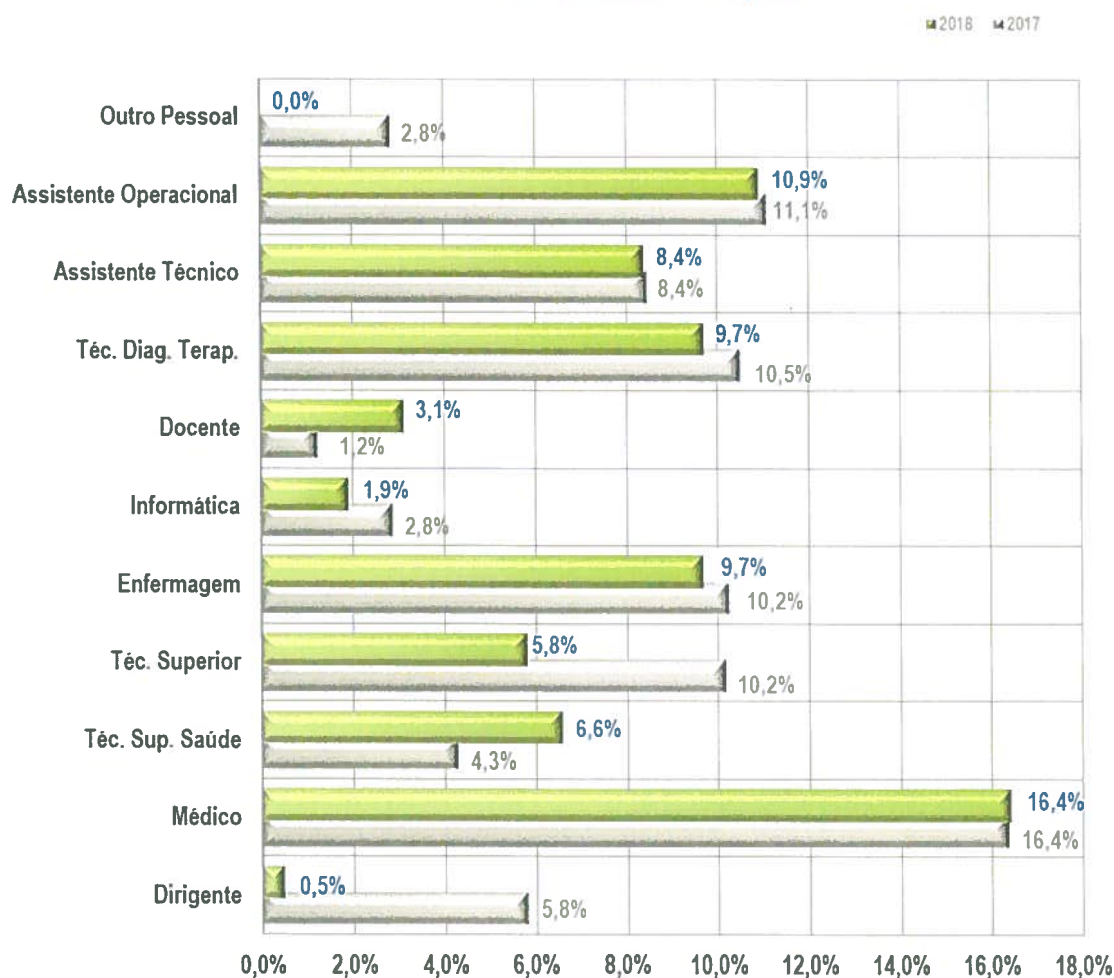
ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

Grupos de Pessoal	Dias de Ausência			Tx de Absentismo		
	2017	2018	Δ%	2017	2018	Δ%
Dirigente	332	32	-90,4%	5,8%	0,5%	-92,1%
Médico	22.319	22.516	0,9%	16,4%	16,4%	0,2%
Téc. Sup. Saúde	297	684	130,3%	4,3%	6,6%	54,2%
Téc. Superior	2.023	1.034	-48,9%	10,2%	5,8%	-43,0%
Enfermagem	32.809	31.477	-4,1%	10,2%	9,7%	-5,6%
Informática	85	56	-34,1%	2,8%	1,9%	-33,9%
Docente	9	23	155,6%	1,2%	3,1%	156,6%
Téc. Diag. Terap.	7.571	7.658	1,1%	10,5%	9,7%	-7,7%
Assistente Técnico	7.858	8.028	2,2%	8,4%	8,4%	-0,9%
Assistente Operacional	22.998	22.988	0,0%	11,1%	10,9%	-1,5%
Outro Pessoal	7	0	-100,0%	2,8%	0,0%	-100,0%
TOTAL	96.308	94.496	-1,9%	11,1%	10,6%	-4,3%

Taxa de Absentismo =

*Nº de Faltas / (Dias de Trabalho * Nº de Efetivos) * 100*

Taxa de Absentismo 2017/2018



Em 2018, os motivos de ausência que mais se destacam é a doença e proteção na parentalidade, que representam 38,4% do total de faltas ao serviço, equivalente a 36.299 e 31.234 dias de ausência, claramente, um indicador de uma população jovem, nomeadamente, no grupo profissional dos Enfermeiros. A soma das ausências por doença e proteção na parentalidade correspondem a cerca de 71,5% do total de faltas em 2018 no CHLO.

ABSENTISMO POR MOTIVO DE AUSÊNCIA

Motivo de ausência	2017	2018	Δ%
Casamento	933	1.020	9,3%
Protecção na parentalidade	36.089	31.234	-13,5%
Falecimento de familiar	940	867	-7,8%
Doença	36.010	36.299	0,8%
Por acidente de serviço ou doença prof	4.099	4.261	4,0%
Assistência a familiares	779	841	8,0%
Trabalhador estudante	1.154	1.103	-4,4%
Por conta do período de férias	209	245	17,2%
Com perda de vencimento	44	72	63,6%
Cumprimento de pena disciplinar	0	0	
Greve	3.972	7.140	79,8%
Injustificadas	119	58	-51,3%
Outros	11.960	11.356	-5,1%
TOTAL	96.308	94.496	-1,9%

6.4.4. ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos de Estrutura Etária do CHLO, em 2018, verifica-se que cerca 58,3% dos colaboradores têm menos de 45 anos. É na faixa etária entre os 30-34 anos que se situa o maior número de elementos, com 644 efetivos correspondentes a 15,9% dos efetivos.

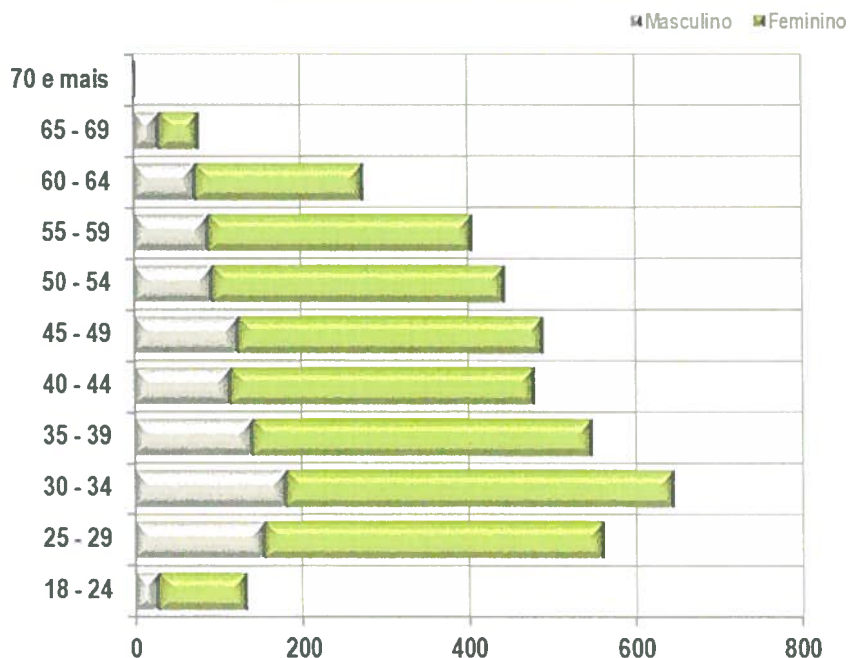
Em 2018, com idade superior a 59 anos, registam-se 356 colaboradores, cerca de 9,0% do total de profissionais, um valor ligeiramente superior ao registado em 2017 (8,0%).

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

Escalaão Etário	Masculino			Feminino			Total			%	
	2017	2018	Δ%	2017	2018	Δ%	2017	2018	Δ%	2017	2018
18 - 24	24	29	20,8%	90	103	14,4%	114	132	15,8%	2,9%	3,3%
25 - 29	138	156	13,0%	357	404	13,2%	495	560	13,1%	12,5%	13,8%
30 - 34	173	181	4,6%	520	463	-11,0%	693	644	-7,1%	17,5%	15,9%
35 - 39	148	142	-4,1%	387	405	4,7%	535	547	2,2%	13,5%	13,5%
40 - 44	109	115	5,5%	370	363	-1,9%	479	478	-0,2%	12,1%	11,8%
45 - 49	134	124	-7,5%	361	365	1,1%	495	489	-1,2%	12,5%	12,1%
50 - 54	98	94	-4,1%	360	348	-3,3%	458	442	-3,5%	11,6%	10,9%
55 - 59	77	89	15,6%	287	315	9,8%	364	404	11,0%	9,2%	10,0%
60 - 64	80	75	-6,3%	179	200	11,7%	259	275	6,2%	6,6%	6,8%
65 - 69	26	31	19,2%	27	47	74,1%	53	78	47,2%	1,3%	1,9%
70 e mais	4	3	-25,0%	2	0	-100,0%	6	3	-50,0%	0,2%	0,1%
TOTAL	1.011	1.039	2,8%	2.940	3.013	2,5%	3.951	4.052	2,6%	100,0%	100,0%

Resumindo, da análise da estrutura etária do CHLO, conclui-se que estamos perante um efetivo, maioritariamente jovem, dado que 46,5% dos efetivos tem menos de 40 anos.

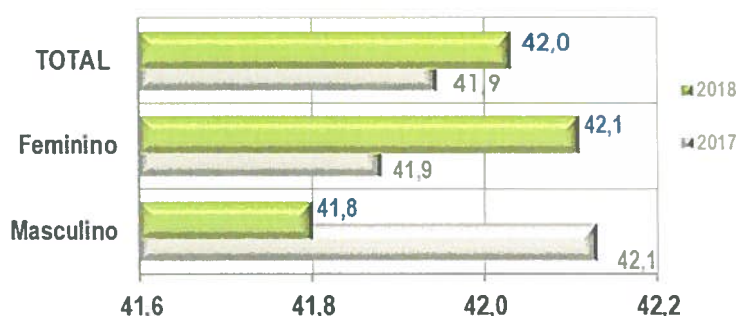
Distribuição Etária por Sexo - 2018



Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino, com 3.013 efetivos, correspondentes a 74,4% dos colaboradores do CHLO. O escalão etário com maior população feminina encontra-se entre os 30 – 34 anos, com 463 elementos.

IDADE MÉDIA POR SEXOS

	2017	2018	Δ%
Masculino	42,1	41,8	-0,8%
Feminino	41,9	42,1	0,5%
TOTAL	41,9	42,0	0,2%



No que se refere à idade média dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 42,0 anos, com um ligeiro aumento de 0,1 anos, relativamente a 2017.

6.4.5. FORMAÇÃO

Em 2018, o Núcleo de formação realizou 132 ações de formação com 2313 formandos, dos quais 159 são externos. Verificou-se, assim, um aumento em relação ao ano de 2017, na ordem dos 29,4%, conforme o quadro que a seguir se apresenta.

Este aumento deveu-se, principalmente, ao facto de alguns serviços já se encontrarem certificados (processo de certificação de qualidade associado ao reconhecimento de Centros de Referência do CHLO em diversas áreas de intervenção que se iniciou em 2016) e de outros terem iniciado o seu processo de certificação.

ACTIVIDADE DO CENTRO DE FORMAÇÃO

	2017	2018	Δ%
N.º Acções	102	132	29,4%
N.º Total Formandos (internos+externos)	2.071	2.313	11,7%
Volume Formação	16.100	18.186	13,0%

Manteve-se o reforço da formação na área de Reanimação (Suporte Básico de Vida, Suporte Imediato de Vida, Suporte Imediato de Vida Pediátrico, Suporte Avançado de Vida e Suporte Avançado de Vida Pediátrico), com um total de 455 participantes, distribuídos pelos seguintes grupos profissionais: enfermeiros, médicos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores, assistentes técnicos e operacionais.

O CHLO mantém o protocolo de colaboração com a Universidade Lusíada, tendo apoiado a formação de 21 profissionais na área da gestão de serviços de saúde (Pós-Graduação em Gestão de Serviços de Saúde).

Mencionamos, ainda, a formação contínua na área da Prevenção e Controlo de Infecção, Cuidados Paliativos, Riscos Profissionais, Leitura de Traçados Cardíacos e Ventilação não Invasiva, entre outras.

Continua a verificar-se que o número de enfermeiros que adere à formação é muito expressivo, 73% do total de formandos abrangidos pelo Plano de Formação, seguindo-se os médicos com 11% e os assistentes operacionais com 7%.

Ano	Adm. Hosp.	Médicos	Tec. Sup Saúde	Enferm.	Tec. Sup	TDT	Ass. Tec.	Ass. Op.	Outros	Total
Formandos internos 2018	4	226	16	1.565	52	77	75	139		2.154
Formandos internos 2017	3	247	9	1.261	21	177	34	186	1	1.939

6.4.5.1. FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA

Em 2018, o CHLO manteve a participação no ensino pré-graduado, com base em protocolo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas com as quais estabeleceu igualmente protocolo.

6.4.5.2. FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO

A formação de médicos é um importante contributo para a evolução técnica e sustentabilidade científica dos serviços de saúde.

Neste âmbito, o CHLO assegurou, em 2018, a continuação dos Internatos Médicos de Especialização e do Ano Comum, colaborou também na formação de internos de outras instituições do SNS, das Forças Armadas e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

6.5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O objectivo de o CHLO ser a curto prazo um Hospital Sem Papel levou a que durante 2018 se tenham desenvolvido uma série de iniciativas nesse sentido. A que maior impacto teve foi o projecto-piloto em alguns serviços de internamento e de apoio a acção médica, que envolveu o levantamento dos processos existentes (As-Is), tendo sido realizadas várias reuniões que finalizaram em workshops com a participação de grande parte dos envolvidos. Este conjunto de acções, em estreita colaboração com a CLIC do CHLO e SPMS, teve como resultado vários relatórios sobre propostas concretas de evolução dos processos (To-Be), tanto a nível de processos internos como para os fornecedores das aplicações informáticas que suportam a actividade dos serviços piloto envolvidos.

Em paralelo decorreram também projectos de desmaterialização de meios complementares de diagnóstico e Terapêutica (MCDT's) com ligação de novos exames ao processo clínico electrónico (exemplo exames de ECG's).

Foi reforçada a capacidade de transcrição de exames na área de Imagiologia, permitindo que grande parte dos relatórios finais dos MCDT'S desta área fossem totalmente realizados internamente no CHLO, sem necessidade de recorrer a serviços externos para disponibilizar esses exames e respectivos relatórios. Isso permitiu um melhor serviço ao utente, com uma mais rápida disponibilização dos exames, assim como poupança com serviços externos para a conclusão desses relatórios.

O Serviço de Urologia foi dotado de uma aplicação informática de maneira a suportar os MCDT's realizados e a sua desmaterialização.

Todo este esforço obrigou a um reforço dos equipamentos informáticos, seja a nível central seja a nível do posto de trabalho pessoal.

Em 2018 foram adquiridos mais de 300 novos computadores pessoais, assim como algumas dezenas de portáteis, o que permitiu cada vez mais profissionais de saúde do CHLO acederem facilmente ao processo clínico dos seus utentes em qualquer local do CHLO.

Foi também concluído o processo de aquisição de novos equipamentos para a implementação da nova versão do principal sistema informático do CHLO, o SONHO/SClinico. A sua implementação no CHLO estava prevista no mês de Dezembro de 2018 (sofreu um atraso para Janeiro de 2019), no entanto foram efectuados a instalação, testes e formação aos utilizadores, em colaboração com a SPMS, durante os últimos meses de 2018.

6.6. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

Em 2018 a estrutura do DIC passou a englobar a renovação de Contrato de prestação de serviços de gestão em investigação clínica com a Nova CRU – FCM, desta feita contemplando mais dois elementos para a coordenação. Alocação em definitivo de uma Enfermeira do CHLO a tempo inteiro para o DIC.

No Ano de 2018 deram entrada 49 Estudos, e 15 Adendas, foram autorizados 49 Estudos (2 do ano anterior). Dos estudos entrados, dois ficaram a aguardar autorização.

Destacaram-se durante o ano de 2018 as seguintes actividades:

- Apoio de Secretariado e Monitorização dos ensaios em curso e início de novos estudos autorizados pelo CA;
- Apoio à apresentação de trabalhos científicos em reuniões nacionais e internacionais;
- Apoio à Publicação de artigos científicos em revistas conceituadas das várias especialidades;
- Apoio a Cursos de pós graduação;
- Disponibilização de Consultoria científica na área da Estatística, com apoio de um consultor.
- Renovação de contrato com a Revista British Medical Journal Case Reports para publicação de trabalhos científicos.
- Realização de três Encontros Científicos do CHLO.
- Três Cursos de Formação em Investigação Clínica e Publicação Científica com um total de 47 participantes.

6.7. COMISSÃO DE QUALIDADE E SEGURANÇA

Durante o ano 2018 as actividades desenvolvidas por esta Comissão responderam aos requisitos para concretização das propostas da DGS, com carácter normativo, como é público.

Intervenções que tiveram lugar:

- ♦ Número de NOC DGS analisadas e discutidas – 872
- ♦ Número de NOC DGS objeto de auditoria interna - 426
- ♦ Aplicação da Triagem Manchester na urgência geral com auditoria regular e na urgência pediátrica;
- ♦ Manutenção de Programas de segurança, no uso seguro do medicamento:

- Procedimento para medicamentos LASA ("Look Alike, Sound Alike")
- Procedimento para medicamentos de alerta máximo
- Aplicação de alertas informáticos no sistema de prescrição (eg dias de prescrição de antibiótico, incompatibilidades)
- ♦ Programa de Avaliação para controlo ambiental - gases anestésicos e AVAC, criação e desenvolvimento do Plano de Prevenção e controlo da Legionella no CHLO;
- ♦ Investigação Clínica – continuação das actividades compreendendo ainda um curso anual;
- ♦ Atividades formativas transversais: S. básico de vida, S. avançado de vida, Curso de Gestão de Risco para chefias intermédias na área da comunicação, comunicação em linguagem gestual.
- ♦ Atividades outras no Âmbito da Segurança do Doente:
 - Continuação da aplicação do Programa da Cirurgia Segura;
 - Continuação dos Programas de ensino ao doente durante o internamento de forma informal;
 - Reformulação da plataforma de comunicação de incidentes no sistema de report Antares;
 - Formação básica em Gestão de risco e análise e avaliação de incidentes;
 - Continuação da divulgação de Informação sobre estratégias para prevenção de quedas e monitorização do risco de queda;
 - Estratégia de armazenamento de medicamentos LASA implementada;
 - Monitorização da infeção nosocomial - Programas HAI-SSI, HAI -UCI, UCIN, INCS;
 - Monitorização dos microrganismos problema;
- ♦ Divulgação ampla da Carta de Direitos e Deveres do doente e da Carta de acesso ao direito à informação do tempo de espera em lista, de acordo com os requisitos da ERS;
- ♦ Colaboração com os serviços na elaboração de modelos de Consentimento Informado à luz do Modelo de Consentimento Informado em vigor (NOC 015/2013).
- ♦ Início do programa de divulgação aos serviços do regulamento Regulamento Geral de Protecção de Dados na sua versão actual bem como da Carta de Direitos ARCO
- ♦ Revisão e divulgação no *site* do Departamento da Qualidade de numerosos documentos transversais com o objetivo de formalizar procedimentos e instruções de trabalho, procurando sistematizar atividades com impacto positivo direto da organização no doente. Para além dos já disponíveis foi divulgada informação sobre a operacionalização do Regulamento Geral da Protecção de dados e Metrologia em Saúde.

6.8. COMISSÃO DE ÉTICA

Durante o ano de 2018 realizaram-se 11 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária da Comissão de Ética salientando-se as seguintes atividades:

- ♦ Atividade assistencial (emissão de pareceres por solicitação de diferentes serviços do CHLO);
- ♦ Atividade de investigação:
 - Foram recebidos 128 pedidos de parecer para realização de estudos. Destes, 101 por se encontrarem completos e de acordo com as Normas da Comissão de Ética para a Saúde (CES) foram submetidos a apreciação: 62 registos observacionais/projetos de investigação clínica (60 com parecer favorável e 2 com parecer desfavorável); 25 Estudos conducentes a provas académicas (15 com parecer favorável); 14 Adendas/Emendas a estudos aprovados anteriormente 89 com parecer favorável e 3 com parecer desfavorável);

Dos 128 pedidos que deram entrada, 27 não tiveram ainda parecer final por se aguardarem esclarecimentos solicitados ao Investigador Principal.

- Deram entrada, para apreciação, 17 modelos de consentimento informado a utilizar na prática clínica (11 com parecer favorável); no âmbito da proposta de articulação entre a CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados) e a CES do CHLO, no que concerne ao tratamento de dados pessoais efectuado no âmbito da Investigação Clínica, foi dado conhecimento à Presidente da CNPD de 4 pareceres favoráveis à dispensa de consentimento informado;

- Apreciaram-se 358 justificações para autorização de utilização de medicamentos que não fazem parte do FHNM ou cuja aplicação não se encontra ainda aprovada pelo INFARMED;

6.9. GRUPO DE COORDENAÇÃO LOCAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE INFEÇÃO E RESISTÊNCIAS AOS ANTIMICROBIANOS (GCL-PPCIRA)

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, o GCL-PPCIRA realizou diversas atividades ao longo de 2018, das quais se destacam:

Vigilância Epidemiológica

- ♦ Vigilância epidemiológica de incidência da infecção associada aos cuidados de saúde: infecção nosocomial e microrganismos epidemiologicamente significativos;
- ♦ Vigilância epidemiológica das resistências aos antimicrobianos;
- ♦ Programa de vigilância epidemiológica da infecção do local cirúrgico e da infecção em Unidades de Cuidados Intensivos (UCI) do Healthcare Acquired Infection Network (HAI-Net) do ECDC, nomeadamente HAI-SSI e HAI-ICU;
- ♦ Programa de vigilância epidemiológica da infecção nosocomial em unidades de cuidados intensivos neonatais (VE-UCIN) que integra o Programa de Prevenção e Controlo das Infecções e das Resistências aos Antimicrobianos (PPCIRA);
- ♦ Vigilância epidemiológica da infecção nosocomial da corrente sanguínea que integra o PPCIRA;

- ♦ Vigilância epidemiológica das resistências aos antimicrobianos de microrganismos alerta e problema de acordo com a Norma 004/2013 da Direção Geral de Saúde;
- ♦ Apresentação de resultados da vigilância epidemiológica realizada e publicação online.

Formação / Acompanhamento Clínico

- ♦ Organização, coordenação e participação em acções de formação interna, em colaboração com Departamento de Formação do CHLO (Plano Anual de Formação);
- ♦ Integração de novos Enfermeiros, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Integração de novos Assistentes Operacionais, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Colaboração em estágios da especialidade médica e especialidades clínicas de enfermagem;
- ♦ Orientação das práticas clínicas;
- ♦ Continuação da elaboração ou actualização de recomendações, procedimentos e normas para o manual de prevenção e controlo de infecção e de resistência aos antimicrobianos do CHLO;
- ♦ Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infecção e utilização de antimicrobianos e anti-sépticos;
- ♦ Participação em reuniões externas, como oradora convidada:
 - "Isolamentos: como proceder com as visitas?". Congresso de Resistências Antimicrobianas e Infecções Associadas aos Cuidados de Saúde, Lisboa 2018: Think global. Act local, Filomena Martins;
 - "Vigilância Epidemiológica da Infecção Nosocomial. Do sonho à realidade!", Lisboa 2018, Filomena Martins;
 - "Enterobacteriaceae Resistentes aos Carbapenemos: estratégia de contenção". IV Jornadas do PPCIRA. Lisboa, Filomena Martins;
- ♦ Reunião de conclusão do estudo HAI-Net Mortality Review Validity And Reproducibility Study, European Centre for Disease Prevention and Control, Estocolmo, Maio 2018, Clara Carvalho

Auditoria de estrutura, processo e resultado

- ♦ Campanha das Precauções Básicas em Controlo de Infecção (PBCI) – Direção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da ILC;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da infecção urinária associada a cateter vesical;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da pneumonia associada à intubação;
- ♦ Auditorias internas a indicadores de estrutura, processo e resultado;
- ♦ Auditorias internas ao uso de antimicrobianos;

- Serviço de Cirurgia Geral I, Unidade de Oncologia, Unidade de AVC, Unidade de Cuidados Intermediários da Medicina IV, UNICARD;
- Serviço de Cirurgia Geral II, Gastroenterologia e Neurologia;
- Serviço de Cirurgia Geral III, Cardiologia, CCT, Nefrologia e UCI-CCT;
- Avaliação da DDD/100 camas/dia e DDD/1000 doentes saídos do CHLO.

Programa de apoio à prescrição antibiótica

- ◆ Início do Programa de apoio à prescrição antibiótica no HEM.

Colaboração em atividades de gestão

- ◆ Júri de concursos de escolha de material e consumo clínico;
- ◆ Acompanhamento à acreditação/ certificação de serviços de internamento
- ◆ Dados de indicadores de Qualidade na área de prevenção e controlo de infeção, identificação de *standards* e padrões de Qualidade para os indicadores de qualidade de PPCIRA.
- ◆ Participação nas reuniões de Qualidade e desempenho dos diversos Serviços.
- ◆ Assessoria ao Conselho de Administração e outros serviços do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, em assuntos do âmbito do PPCIRA.
- ◆ Acompanhamento de obras de renovação/demolição no serviço de Cardiologia, Cirurgia Geral, CCT, Cardiologia Pediátrica e Bloco Operatório do HSC, monitorização do cumprimento das medidas de contenção, de poeiras e resíduos, inerentes a qualquer processo de demolição/renovação das instalações hospitalares.

Projetos de investigação/Participação em projetos de investigação/Publicações

- ◆ Avaliação do cateter Folley Bactiguard na prevenção da infeção do tracto urinário associada à cateterização vesical (ainda em curso);
- ◆ Estudo "Caracterização de estirpes bacterianas associadas a infeções associadas aos cuidados de saúde (IACS): a importância dos biofilmes" (em curso);
- ◆ "Caracterização de estirpes de bacterianas associadas a Infeções associadas aos cuidados de saúde (IACS): a importância dos biofilmes" (em curso);
- ◆ "HAI-NET MORTALITY REVIEW VALIDITY AND REPRODUCIBILITY STUDY", European Centre for Disease Prevention and Control.
- ◆ Artigo na revista *Frontiers in Microbiology*, em 6 de dezembro 2018, "Genomic Study of a *Clostridium difficile* Multidrug Resistant Outbreak-Related Clone Reveals Novel Determinants of Resistance". Joana Isidro, Juliana Menezes, Mónica Serrano, Vítor Borges, Pedro Paixão, Margarida Mimoso, Filomena Martins, Cristina Toscano, Andrea Santos, Adriano O. Henriques e Mónica Oleastro.

Colaboração em atividades para a acreditação de serviços clínicos do CHLO

- ♦ Integração na equipa de acreditação dos serviços clínicos.

Equipa de crise no surto de Escabiose no HSFX

- ♦ Integrou a equipa de crise em colaboração com o CA
- ♦ Integrou a equipa de operacionalização com os serviços envolvidos e com o Serviço de Saúde Ocupacional
- ♦ Colaborou nas reuniões promovidas pelo CA

Equipa de crise no surto de *Clostridium difficile* no serviço de Cirurgia Cardiorácica - HSC

- ♦ Integrou a equipa de crise em colaboração com o CA e direcção do serviço:
 - ♦ Reforço de todas as medidas de prevenção e controlo de infecção no serviço. Realizado reforço de formação a todos os profissionais, Enfermeiros, Médicos, Assistentes Operacionais, funcionários e responsáveis da empresa de limpeza, outros técnicos de diagnóstico e terapêutica, Fisioterapeutas, Voluntários, doentes e respectivas visitas.
 - ♦ Cumprimento rigoroso das medidas de isolamento de contacto nos doentes infectados.
 - ♦ Realização de colheitas de superfícies ambientais para controlo microbiológico, pelo INSA, sob orientação da Profª Mónica Oleastro.
 - ♦ Planeamento e realização de biodescontaminação ambiental com peróxido de hidrogénio de todo o serviço, assim como do serviço de cardiologia Pediátrica (contíguo à CCT) e do quarto de 7 da UCICCT, para onde foi transferido o último doente).
 - ♦ Articulação com gestão hoteleira no reforço urgente do esquema/frequência de limpeza do serviço.

Equipa de crise na ocorrência de aumento de número de casos de infecção por *Giardia* no serviço de Nefrologia - HSC

- ♦ Vigilância epidemiológica dos três casos de infecção por *Giardia* no serviço de Nefrologia, em Janeiro e Fevereiro de 2018. Em todos os doentes foram implementadas medidas de precauções adicionais de contacto, após a alta foram reforçadas as medidas de limpeza e desinfecção das unidades. Todos foram declarados ao SINAVE.

6.10. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social em 2018 esteve, em relação à sua intervenção, marcado pela intensidade de exigência, na superação de fatores considerados, vulnerabilidades, indicadores de risco e perigo, dos casos

acompanhados. Tem, este serviço, como missão principal a proteção dos mais frágeis, recorrendo ao apoio psicossocial, para o reforço e empoderamento das competências dos indivíduos e obtenção de respostas que promovam a sua dignidade humana e bem-estar. Promove a sua ação de apoio, aos serviços de ação médica, centrado nas necessidades do doente e da sua família, agregando o planeamento de altas hospitalares, enquadrado no trabalho multidisciplinar, e na articulação interinstitucional com as redes de suporte, para a satisfação das carências detetadas.

Dentro dessa função, aferiu-se mais casos de doentes que tiveram que manter o seu internamento, apenas por razões protetoras a situação de perigo. A repercussão destes casos teve especial ênfase num acréscimo significativo do número de dias de hospitalização, o que penaliza a demora média de internamento hospitalar. A área de intervenção social, que mais atrasos implicaram, foi a que ficou pendente de resposta de integração em ERPI (Estrutura Residencial para Pessoa Idosa). Os motivos de encaminhamento para esta resposta, centram-se especialmente na severidade das dependências irreversíveis dos doentes, nas incapacidades das famílias para cuidar, cada vez mais frequentes, e na demora da resposta por parte da ação social - Segurança Social, para os casos apresentados. Nos agregados familiares, para além das dificuldades económicas, muitas vezes encontradas, a fragilidade de saúde mental, também tem sido um *handicap* diagnosticado na avaliação dos mesmos, que se tem constituído como obstáculo, frequente e intransponível, no regresso do doente ao seu ambiente de origem.

Sendo o nosso foco principal de ação os serviços de internamento, é considerável a intervenção na referenciação de doentes, na RNCCI (Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados), na intervenção e promoção de funções na RNCP (Rede Nacional de Cuidados Paliativos), nas EIHSOP (equipa intra-hospitalar de suporte em cuidados paliativos) de adultos e alargamento aos pediátricos, bem como da EGA (equipa de gestão de altas) da Saúde Mental na área da infância e juventude.

Manteve-se continuidade de atividade:

- Na monitorização semanal dos protelamentos de altas clínicas, atribuídos a contextos do sector social e da RNCCI, com informação à administração.
- Na disponibilização de dados para o “*Barómetro de Internamentos Sociais*”, promovido pela Associação de Administradores Hospitalares em parceria com o Ministério da Saúde.
- Na manutenção do Grupo de Reflexão de Serviço Social do CHLO, em articulação com Centro de Formação do CHLO; realizou 15 sessões internas formativas da área do Serviço Social.
- Na implementação de nova alteração no SAAS (plataforma informática de registo e colheita de dados estatísticos- Sistema de Apoio ao Assistente Social), que apresenta nova versão gráfica,

e estrutura do processo social. A nova versão conceptual implica para cada doente, um processo, que pode ter vários episódios de intervenção (onde é inserido o diagnóstico social; plano de intervenção e avaliação da alta); os episódios, por sua vez, incluem para cada um, uma triagem (ato) e vários atos de acompanhamento psicossocial; em cada ato, assinalam-se as intervenções e diligências efetuadas. Os *Atos Sociais Isolados* forma extintos em 2017, pelo que, em 2018, já não existe qualquer registo dos mesmos.

- Na articulação privilegiada com Misericórdia de Lisboa, Segurança social, Hospital José de Almeida (para doentes no âmbito de protocolo com o CHLO), Ametic (unidade de cuidados continuados integrados, protocolada para apoio ao plano de contingência do CHLO), CPCJ (comissões de proteção de crianças e jovens), Tribunais e Ministério Público, ACESLOO (Agrupamento de centros de saúde Lisboa Ocidental Oeiras), IPSSs/ ONG.
- No NHACJR (Núcleo hospitalar de apoio à criança e jovem em risco), na EPVA/CHLO (equipa de prevenção à violência em adultos), na Rede Social (combate ao isolamento- Lisboa e apoio aos sem abrigo- Oeiras), na UCF (Unidade coordenadora funcional-Oeiras para a área materno infantil).
- Na articulação com as Universidades, para a realização de vários estágios curriculares.

Verificou-se ainda, instabilidade na vinculação de recursos humanos afetos à equipa (estágios profissionais), que progressivamente, no ano em causa, foi sendo, em parte, ultrapassada para vínculos mais estáveis de contratação, tendo havido reforço na reposição de elementos da equipa para uma melhor capacidade de resposta, face à necessidade de substituições e ao alargamento de intervenção requerido para a mesma.

RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL - 2018

	Atos Sociais				Episódios Sociais	N.º Utentes atendidos	Doentes Saídos	Casos Sociais c/ Protocolamento Alta	% Casos Sociais c/ Protol. Alta
	Triagem	Acto Social Isolado	Acomp. Psicossocial	Outras Actividades					
CHLO	8.223	0	15.695	1.042	6.445	8.223	26.821	197	0,7%

7 FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2018

Janeiro

- ♦ **CHLO avançou com PIOPAL**, Programa de Intervenção Operacional de Prevenção Ambiental da Legionella, dando cumprimento à Norma nº 24/2017, de 15 de novembro, da Direção-Geral da Saúde.
- ♦ **Projeto “Marinheiros da Esperança”** o Serviço de Pediatria participou nesta iniciativa a propósito das Comemorações dos 700 anos da Marinha Portuguesa, da qual resultou um livro ilustrado com desenhos realizados por crianças e jovens internados em Serviços de Pediatria do Serviço Nacional de Saúde (SNS).



Fevereiro

- ♦ **“Juntos por uma alimentação saudável”** uma iniciativa do Ministério da Saúde, a partir de 01/02/2018 os bares do Hospital de São Francisco Xavier, explorados pelo SUCH, passaram a dispor de uma ampla gama de produtos saudáveis, incentivando um consumo alimentar adequado aos profissionais, utentes e seus acompanhantes.



Março

- ♦ **XI Encontro Científico do CHLO**, realizou-se no dia 16 de março, organizado pelo Departamento de Investigação Clínica do CHLO.
- ♦ **“A Música pergunta ao Cérebro”**, uma iniciativa do Serviço de Medicina Física e Reabilitação, que decorreu de 12 a 18 de março, no âmbito de um conjunto de atividades decorrentes da iniciativa global pela *DANA Foundation*.



Abril

- ♦ **Ação de Formação “Maus tratos na infância e adolescência – identificar, sinalizar, intervir”**, decorreu no dia 3 de abril, organizada pelo Núcleo Hospitalar de Apoio às Crianças e Jovens em Risco do CHLO.



♦ **Rastreio da Voz**, decorreu de 16 a 19 de abril, promovido pela Unidade da Voz do CHLO, no Hospital de Egas Moniz, direcionado a profissionais da voz e à população em geral, com o objetivo de alertar para a importância da voz e os cuidados necessários para a sua preservação.

- ♦ **Ordem dos Nutricionistas visitou o Hospital de São Francisco Xavier**, decorreu no dia 18/04/2018, a Bastonária da Ordem dos Nutricionistas e o Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo visitaram o Hospital de São Francisco Xavier, nomeadamente o Serviço de Cirurgia Geral I e o Bar, no âmbito de um Ciclo de visitas da Bastonária.



- ♦ **13ª Reunião Pediátrica - Hospital de São Francisco Xavier**, decorreu no dia 20 de abril, organizada pelo Serviço de Pediatria, subordinada ao tema "Doenças Antigas – Novos Desafios".

- ♦ **Serviço de Neurocirurgia realizou cirurgia inédita em Portugal**, no dia 27 de abril, trata-se do uso de um aparelho que reduz a dor nos doentes com dor cónica e que permite monitorizar através de um tablet ou telemóvel a intensidade da dor e dosear os impulsos elétricos para a diminuir.



Maio



- ♦ **XV Jornadas de Endocrinologia de Lisboa Ocidental**, decorreram de 3 a 4 de maio, organizadas pelo Serviço de Endocrinologia do CHLO.

- ♦ **Reunião 2VRT/2018 (*Vascular and Valvular Restorative Therapy*)**, decorreu nos dias 10 e 11 de maio, organizada pela Unidade de Intervenção Cardiovascular do HSC, juntamente com a Unidade de Hemodinâmica do Hospital Fernando da Fonseca e do Hospital Garcia de Orta.



- ♦ **Exposição "Cantar por Todos" – Hospital de São Francisco Xavier**, decorreu de 8 a 14 de maio, uma iniciativa do CHLO e do Centro Hospitalar de São João do Porto. Uma Exposição de Desenhos realizados por crianças internadas nos Serviços de Pediatria dos Hospitais Públicos Portugueses, sobre o tema "Amar pelo Salvador - Cantar por Todos", alusivo ao Festival da Eurovisão da Canção.
- ♦ **XII Jornadas da Dor**, promovidas pela Unidade de Terapia da Dor, do Hospital de Egas Moniz, decorreram no dia 23 de maio.
- ♦ **2^{as} Jornadas Multidisciplinares**, promovidas pelo ACES de Lisboa Ocidental e Oeiras e o CHLO, subordinadas ao tema "Integração de Cuidados de Saúde", realizaram-se nos dias 23 e 24 de maio.

2^{as} JORNADAS MULTIDISCIPLINARES
ACES LISBOA OCIDENTAL E OEIRAS
CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL

INTEGRAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE



- ♦ **II Encontro de Enfermagem do HSC**, decorreu no dia 25 de maio com o lema "Passado, presente e futuro", reuniu 165 enfermeiros.

Junho

- ♦ **Assistência ventricular de longa duração em ambulatório**, procedimento efetuado pelo Serviço de Cirurgia Cardiorádica. O



início desta tecnologia em Portugal vem permitir melhor qualidade de vida, para utentes que sofreram enfarte do miocárdio.

- ♦ **XII Curso de Iniciação à Investigação do CHLO, Introdução à Revisão Sistemática e Meta-Análise**, organizado pelo Departamento de Investigação Clínica, decorreu no dia 22 de junho.



- ♦ **Atribuição de Medalha de Mérito à Coordenadora do Voluntariado da Liga dos Amigos do HSFx**, no dia 07/06/2018, A Câmara Municipal de Oeiras atribuiu medalha de Mérito Ouro à Sra. D. Vitalina Basso pelo trabalho desempenhado por este grupo em prol dos doentes e dos mais carenciados.

Julho



- ♦ **Cerimónia de Entrega da Certificação de Qualidade aos serviços acreditados pela Direção- Geral da Saúde**, decorreu no dia 04/07/2018, no auditório do Hospital de Egas Moniz.

- ♦ **Lançamento do livro “Reconstrução Mamária – Manual de Instruções”**, decorreu no dia 5 de julho, um livro da autoria de Rui Bastos e João Tavares, cirurgiões plásticos do CHLO.



Setembro



- ♦ **Cursos de Suporte Avançado de Vida para Médicos e Enfermeiros**, organizado pela Escola CPR do CHLO, decorreu no dia 22 de setembro.

Outubro

- ♦ **Fotograficamente**, Exposição de Fotografia organizada pela Equipa Comunitária de Saúde Mental de Oeiras do CHLO em parceria com ARIA – Associação de Reabilitação e Integração Ajuda, uma exposição de Ana Mestre, que decorreu de 3 a 31 de outubro na Consulta de Psiquiatria do HEM.



- ♦ **Dia Mundial dos Cuidados Paliativos Pediátricos**, o Serviço de Pediatria assinalou a data dinamizando várias iniciativas no HSFx e HSC, no dia 12 de outubro.

- ♦ **Comemorações do Dia Mundial da Alimentação**, decorreram no dia 16 de outubro, organizadas pelo Serviço de Nutrição e Dietética sobre o mote "As nossas Ações são o nosso Futuro. É possível um mundo #FomeZero até 2030".



- ♦ **II Congresso de Psicologia do CHLO**, decorreu de 18 a 19 de outubro, subordinado ao tema "Novos desafios ... a psicologia ao serviço da vida, do nascer ao morrer".

- ♦ **Outubro, mês Rosa**, a Associação Unidas para Vencer assinalou o Dia Nacional da Luta Contra o Cancro da Mama, com a organização de uma exposição coletiva subordinada ao tema "O cancro da mama e a mulher idosa" e um debate sobre "Cancro da Mama na Mulher Idosa - Arte, Debate e Afetos", que decorreu no dia 30 de outubro.



- ♦ **Artigo sobre Citometria no Top Cited Papers da International Clinical Citometry Society**, um artigo da Dra. Maria Jorge Arroz do Serviço de Patologia Clínica, intitulado "Consensus Guidelines on Plasma Cell Multiple Myeloma Minimal Residual Disease Analysis and Reporting".

Novembro



- ♦ **Placebo honesto ou explícito, estudo clínico em doentes com lombalgia crónica**, da responsabilidade da Unidade de Terapia da Dor do HEM, em colaboração com outras entidades. Um projeto pioneiro neste tipo de investigação com grande destaque em revistas nacionais e internacionais.
- ♦ **IV Encontro da UCF São Francisco Xavier**, realizou-se no dia 6 de novembro. Um encontro destinado a todos os profissionais de saúde do ACES Lisboa Ocidental e Oeiras e CHLO. Neste encontro foram abordados temas como Cuidados Paliativos, Protocolos de Articulação, Saúde Sexual, Reprodutiva e Neonatal e Saúde da Criança e do Adolescente.
- ♦ **Comemorações do Dia Mundial da Diabetes** decorreram nos dias 13 e 14 de novembro, com o objetivo de incentivar a prática regular de exercício físico, organizadas pelo Serviço de Endocrinologia e Nutrição.



- ♦ **II Jornadas dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Reabilitação do CHLO** decorreram a 16 de novembro, com 285 enfermeiros inscritos.

- ♦ **XIII Curso de Investigação Translacional** decorreu a 16 de novembro, organizado pelo Departamento de Investigação Clínica.
- ♦ **Exposição Dia Mundial do Prematuro** decorreu de 16 a 23 de novembro, organizada pela equipa de enfermagem da Unidade de Neonatologia.



- ♦ **CHLO distinguido com “Prémio Academia”**, pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE por ter sido a entidade que mais participou em formações deste projeto e mais disponibilizou espaços para a realização destas formações. A cerimónia de entrega dos prémios decorreu no dia 21 de novembro.

Dezembro

- ♦ **Natal do HSFX**, decorreram várias atividades organizadas pela Liga dos Amigos do HSFX, como entrega de cabazes de Natal a famílias carenciadas, visita aos utentes internados e festa convívio.



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus Administradores, nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Não ocorreram, ou se prevêem vir a ocorrer, quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de dezembro de 2018.

Contudo, por despacho de 26/02/2019 dos Secretários de Estado do Orçamento, Tesouro e Adjunto da Saúde, foi determinada a entrada de capital nas entidades públicas empresárias para cobertura de prejuízos transitados com aplicação exclusiva ao pagamento da dívida vencida à data do referido despacho.

O valor da entrada de capital do CHLO ascende a 23.117.000,00 euros.

O total do Fundo Patrimonial do CHLO ascende, em 31 de dezembro de 2018, a 70.058.676,33 euros negativos. Sendo o valor do Património é de 156.100.000 euros, verifica-se que se encontra perdido em mais de 50%.

É convicção do Conselho de Administração do CHLO que a atual situação de desequilíbrio não põe em causa o princípio da continuidade das operações no CHLO que, enquanto entidade pública empresarial de enquadramento estratégico-prioritário, será sempre assegurada pelo Estado.

Nesse sentido, o Conselho de Administração e a Tutela nunca deixarão de equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

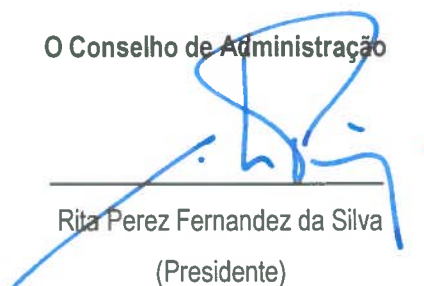
9

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS


De acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis previstas no artigo 7º, alínea h) dos Estatutos publicados no Anexo II ao Decreto-Lei nº18/2017, de 10 de fevereiro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., apresentadas as contas do exercício de 2018, propõe a sua aprovação e que o resultado apurado, no montante de 36.224.566,34 euros negativos, seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 29 de maio de 2019


O Conselho de Administração



Rita Perez Fernandez da Silva
(Presidente)




Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva
(Vogal)



Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira
(Vogal)



José Manuel Fernandes Correia
(Diretor Clínico)




Fernanda Maria da Rosa
(Enfermeira Diretora)

10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

RUBRICAS	Notas	2018	2017
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5;2	53.110.901,83	51.996.405,84
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	249.683,03	393.082,28
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferendos			
Outros ativos financeiros	18	155.843,70	101.215,86
Ativos por impostos diferidos			
TOTAL ATIVO NÃO CORRENTE		53.516.428,56	52.490.703,98
ATIVO CORRENTE			
Inventários	2;10	9.698.171,19	11.044.053,28
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18	6.940.410,55	10.239.677,13
Estado e outros entes públicos	23	35.000,00	464.722,56
Acionistas/sócios/associados			22.806.666,67
Outras contas a receber	2;18	64.120.521,65	42.076.271,36
Diferimentos			46.017,00
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros		2.000,00	2.000,00
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1.2.4;18	2.394.990,61	3.615.113,80
TOTAL ATIVO CORRENTE		83.191.094,00	90.294.521,80
TOTAL ATIVO		136.707.522,56	142.785.225,78



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, 'Hami', 'Cm', 'ds', and 'Lily'.

10.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

RUBRICAS	Notas	2018	2017
PATRIMONIO LIQUIDO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18,23	156.100.000,00	156.100.000,00
Ações (quotas) próprias			
outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		14.103.931,97	14.103.931,97
Resultados transitados		-238.605.796,94	-222.304.943,73
Ajustamentos em ativos financeiros			-21.681.342,03
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		34.567.754,98	33.324.124,05
Resultado líquido do período		-36.224.566,34	-25.786.568,58
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO		-70.058.676,33	-66.244.798,32
PASSIVO			
Provisões	15	7.373.615,85	6.438.884,18
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós - emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
TOTAL PASSIVO NÃO CORRENTE		7.373.615,85	6.438.884,18
PASSIVO CORRENTE			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	18	95.443.979,13	113.286.851,95
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	18	73.674.382,52	58.438.189,58
Estado e outros entes públicos	23	4.055.209,02	3.986.241,20
Accionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos	18	2.104.389,34	2.551.228,26
Outras contas a pagar	18	24.032.249,86	23.482.672,29
Diferimentos		48.445,00	836.318,23
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros		33.928,17	9.638,41
TOTAL PASSIVO CORRENTE		199.392.583,04	202.591.139,92
TOTAL PASSIVO		206.766.198,89	209.030.024,10
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		136.707.522,56	142.785.225,78

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

10.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (31 DE DEZEMBRO)

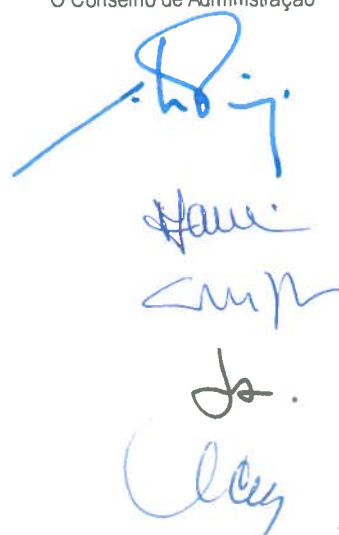
(euros)

	Notas	2018	2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Impostos, contribuições e taxas	13	3.411.327,95	2.930.625,51
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões	13	182.268.611,41	183.484.345,17
Transferências e subsídios correntes obtidos	13;14	16.429.781,27	16.058.793,84
Rend./Gastos imputados de entidades controladas, assoc. e empreend. Conj.		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo da mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-84.335.385,81	-87.536.720,89
Fornecimentos e serviços externos	23	-31.439.186,65	-28.067.438,14
Gastos com pessoal		-117.225.060,85	-111.198.783,13
Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		24.922,17	-32.106,29
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-1.232.199,33	154.786,30
Provisões (aumentos/reduções)		-934.708,67	-219.572,75
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13	4.427.883,63	8.972.908,20
Outros gastos e perdas		-293.600,23	-3.704.212,90
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES E GASTOS FINANCIAMENTO		-28.897.615,11	-19.157.375,08
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	5	-7.241.234,37	-6.578.109,96
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS FINANCIAMENTO)		-36.138.849,48	-25.735.485,04
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-55.198,81	-19.913,44
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		-36.194.048,29	-25.755.398,48
Imposto sobre o rendimento		-30.518,05	-31.170,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-36.224.566,34	-25.786.568,58

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



10.3 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

RUBRICAS	Notas	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADE OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		182.240.444,79	193.292.053,53
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de utentes		2.672.501,83	2.673.020,28
Pagamentos a fornecedores		-141.518.639,48	-98.568.934,73
Pagamentos ao pessoal		-104.420.715,23	-112.917.467,74
Caixa gerada pelas operações		-61.026.408,09	-15.521.328,66
Outros recebimentos/pagamentos		10.594.321,64	21.855.107,73
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-50.432.086,45	6.333.779,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-5.674.916,17	-3.811.056,00
Ativos intangíveis		-34.170,34	
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		-54.627,84	-46.730,60
Outros ativos		-1.791.083,09	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			56.803,64
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-7.554.797,44	-3.800.982,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		55.255.702,67	
Cobertura de prejuízos			
Doações			54.545,33
Outras operações de financiamento		1.671.258,69	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-160.200,66	-16.917,75
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		56.766.760,70	37.627,58
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-1.220.123,19	2.570.423,69
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.615.113,80	1.044.690,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.394.990,61	3.615.113,80
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.615.113,80	1.044.690,11
Equivalentes a caixa no início do período		-47.603,89	-47.603,89
variações cambiais de caixa no início período		0,00	0,00
Saldo da gerência anterior (SGA)		3.567.509,91	997.086,22
De execução orçamental		3.540.880,10	997.086,22
De operações de tesouraria		26.629,81	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.394.990,61	3.615.113,80
Equivalentes a caixa no fim do período		-47.603,89	-47.603,89
variações cambiais de caixa no fim período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		2.347.386,72	3.567.509,91
De execução orçamental		2.347.386,72	3.540.880,10
De operações de tesouraria			26.629,81

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

10.4 - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe					
		Capital/Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		156 100 000,00		1 270 981,66		12 832 950,31	-222 307 242,06
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0						-21 681 342,03
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização							
Excedentes de revalorização e respetivas variações							
Transferências e subsídios de capital							
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							-27 066 248,85
(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 747 590,88
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)							
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2)+(3)		0,00					
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital/património							
Entradas para coberturas de perdas							32 449 036,00
Outras operações							
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 449 036,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(5)		156 100 000,00	0,00	1 270 981,66	0,00	12 832 950,31	-238 605 796,94

10.4-DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMONIO LIQUIDO

DESCRIÇÃO	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe					Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)				33.324.124,05	-25.786.568,58	-44.565.754,62		-44.565.754,6
Alterações no período						-21.681.342,03		-21.681.342,0
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0							
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização								
Excedentes de revalorização e respetivas variações								
Transferências e subsídios de capital				-514.750,02		-514.750,02		-514.750,0
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				1.758.380,95		-25.307.867,90		-25.307.867,9
(2)		0,00	0,00	1.243.630,93	0,00	-47.503.959,95	0,00	-47.503.959,9
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)					-36.224.566,34	-36.224.566,34		-36.224.566,3
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2)+(3)		0,00	0,00	1.243.630,93	-36.224.566,34	-83.728.526,29	0,00	-83.728.526,2
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital/património								
Entradas para coberturas de perdas						32.449.036,00		32.449.036,0
Outras operações					25.786.568,58	25.786.568,58		25.786.568,5
(5)		0,00	0,00	0,00	25.786.568,58	58.235.604,58	0,00	58.235.604,5
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(5)		0,00	0,00	34.567.754,98	-36.224.566,34	-70.058.676,33	0,00	-70.058.676,3

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



11 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo DL n.º 85/2016 de 21 de dezembro, determinou que todas as entidades que integram as Administrações Públicas, fiquem sujeitas à sua aplicabilidade.

Assim, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental (CHLO) apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas neste normativo.

A adoção deste novo normativo implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço elaborado de acordo com o anterior normativo (POCMS), nomeadamente:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas NCP;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas NCP;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo como POCMS numa categoria, mas de acordo com as NCP pertencem a outra categoria;
- Aplicar as NCP na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Estes ajustamentos, são reconhecidos numa conta especificamente criada para o efeito, designada – “564 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP”.

Tratando-se das primeiras demonstrações financeiras, elaboradas neste contexto (SNC-AP), não é necessário efetuar a reexpressão da informação relativa ao ano anterior (comparativos).

O quadro seguinte “Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP” apresenta entre outros a reconciliação do património líquido, a reconciliação do resultado, relatos segundo os normativos anteriores, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentando nas mais recentes Demonstrações Financeiras anuais.

O quadro refere ainda a evidência do reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidades ao preparar o Balanço de abertura de acordo com as NCP e a distinção entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alteração às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores.

Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com SNC-AP

Rubricas do Balanço	Valores conforme Normativa anterior 31/12/2017 (1)	Reconhecimento (2)	Desreconhecimento (3)	Critério de Mensuração (4)	Imparidades / Reversões (5)	Outros (6)	Erros (7)	Reclassificações (8)	SNC-AP 01/01/2018 (9)
ATIVO									
ATIVOS NÃO CORRENTES									
Ativos fixos tangíveis	52 389 488,12							39 3 082,28	51 996 405,84
Propriedades de investimento									0,00
Ativos intangíveis								39 3 082,28	39 3 082,28
Ativos biológicos									0,00
Participações financeiras									0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									0,00
Acionistas/hóspedes/associados									0,00
Outros ativos financeiros	101 235,86								101 235,86
Ativos por impostos diferidos									0,00
ATIVOS CORRENTES									
Investimentos	11 044 053,38								11 044 053,38
Ativos biológicos									0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis									0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									0,00
Clientes, contribuintes e utentes	31 921 039,36							21 681 342,03	10 239 697,33
Estado e outros entes públicos									0,00
Acionistas/hóspedes/associados	464 722,56								464 722,56
Outras contas a receber	64 884 938,03								64 884 938,03
Diferimentos	450 17,00								45 017,00
Ativos financeiros detidos para negociação									0,00
Outros ativos financeiros									0,00
Caixa e depósitos	3 615 113,80								3 615 113,80
TOTAL ATIVO	164 466 567,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21 681 342,03	142 785 225,78
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património/Capital	156 100 000,00								156 100 000,00
Ações (quotas) próprias									0,00
Outros instrumentos de capital próprios									0,00
Prémios de emissão									0,00
Reservas	46 068 372,58								46 068 372,58
Resultados transferidos	222 304 941,73							21 681 342,03	243 986 283,76
Ajustamentos e ativos financeiros									0,00
Excedentes de avaliação									0,00
Outras variações no património líquido								1 359 683,44	1 359 683,44
Resultado líquido do período	25 786 568,58								25 786 568,58
Dividendos antecipados									0,00
Interesses por não controlam									0,00
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	-45 923 139,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-20 321 658,59	-66 244 798,32
PASSIVO									
PASSIVO NÃO CORRENTE									
Provisões	6 438 884,18								6 438 884,18
Financiamentos obtidos									0,00
Fornecedores de investimentos									0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego									0,00
Passivos por impostos diferidos									0,00
Outras contas a pagar									0,00
PASSIVO CORRENTE									
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos									0,00
Fornecedores	113 286 851,95								113 286 851,95
Ajustamentos de clientes, contribuintes e utentes	58 438 189,58								58 438 189,58
Estado e outros entes públicos	3 986 241,20								3 986 241,20
Acionistas/hóspedes/associados									0,00
Financiamentos obtidos									0,00
Fornecedores de investimentos	2 551 228,26								2 551 228,26
Outras contas a pagar	23 492 310,70								23 492 310,70
Diferimentos	2 196 001,67							1 359 683,44	836 318,23
Passivos financeiros detidos para negociação									0,00
Outros passivos financeiros									0,00
TOTAL PASSIVO	210 389 707,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 359 683,44	209 030 024,50
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	164 466 567,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21 681 342,03	142 785 225,78

No processo de transição para SNC-AP, as maiores variações ocorreram na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis e de Património Líquido por via dos Ajustamentos de transição.

Em consonância com a FAQ 25 da Comissão de Normalização Contabilística que define:

“.....as entidades públicas podem reverter depreciações acumuladas de bens que se encontrem totalmente depreciados, e que estejam em funcionamento, por contrapartida da conta 564 Ajustamentos de transição”.

Este procedimento contabilístico está sujeito às seguintes condições:

- A reversão da vida útil deve ser baseada nos critérios previstos no paragrafo 51 da NCP 5:

“.... Os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporados num bem do ativo fixo tangível são consumidos pela entidade principalmente através do seu uso. Porém, outros fatores tais como a obsolescência técnica ou comercial e o desgaste enquanto um ativo permanece ocioso, originam a diminuição dos benefícios económicos ou potencial de serviço que poderiam ter sido obtidos desse

ativo. Consequentemente, para determinação da vida útil de um ativo devem ser considerados os fatores seguintes:

- (A) Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperados para esse ativo.
 - (B) Desgaste físico esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso.
 - (C) Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo.
 - (D) Limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados."
- A vida útil adicional em circunstância alguma pode exceder quer a vida útil inicial do bem prevista no CIBE, quer a prevista no Classificador Complementar 2.
 - A reversão das depreciações acumuladas não pode exceder 50% da quantia escriturada bruta inicial do bem.
 - A obrigatoriedade das fichas de cadastro serem ajustadas com base na nova vida útil."

No Ativo Fixo Intangível, foi feita a reclassificação na rubrica de Ativo Intangível de diversos softwares (sistemas operacionais que sejam parte integrante do hardware), num total de **393.082,28€**. Até 31/12/2017 estes ativos eram classificados em imobilizado corpóreo.

Com a implementação do SNC-AP, os subsídios de investimento, passam a ser apresentados no Património na rubrica "Outras Variações do Património Líquido" deixando de estar evidenciados no passivo. Em 31/12/2017 o valor ascendia a **1.359.683,44€**.

Reconhecimento, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP. No normativo anterior para efeitos de constituição da provisão para cobrança duvidosa, não eram consideradas dívidas sobre entidades públicas (administração central, regional e local), pelo que o CHLO efetuou o cálculo do valor das imparidades para todas as entidades públicas excecionando apenas as entidades do perímetro do SNS.

Neste sentido foi efetuado o posicionamento a 01/01/2018 com a introdução do SNC-AP das imparidades de entidades do Estado, que ascendeu ao montante de **21.681.342,03€** registados na rubrica "564 Ajustamentos de transição".

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 Identidade da entidade e período de relato

Designação da entidade: Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE (CHLO)

NIF: 507 618 319

Sede: Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa

Código da classificação orgânica: Funcionamento 121900700 e Investimento 121800700

Tutela: Ministério da Saúde

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: O Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado, constituída de acordo com o Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,

O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,

O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.

Nos termos do n.º 4, artigo 1.º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e do artigo 18.º do anexo da Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11

de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Derrogações de disposições do SNC – AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

O CHLO passou a aplicar o SNC-AP no ano de 2018, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico foi a dia 1 de janeiro de 2018. Desta forma, e de acordo com as instruções constantes do Manual de Implementação relativamente à aplicação pela primeira vez do SNC-AP, emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa relativa ao ano anterior (2017), é baseada no anterior referencial contabilístico POCMS, tendo sido efetuada uma mera conversão de saldos das contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo referencial.

Face ao exposto, esta opção de não obrigar as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP, implica a perda de comparabilidade entre 2017 e 2018, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras de 2019. Contudo, foi entendimento da Comissão de Normalização Contabilística que, numa análise custo-benefício, a apresentação do primeiro ano de aplicação no novo normativo importaria custos superiores aos benefícios a obter.

A falta de comparabilidade acima referida é especialmente visível nas seguintes rubricas:

- Outras variações no património líquido/Diferimentos – os subsídios obtidos para financiar a aquisição de ativos passam a ser contabilizados diretamente no Património Líquido;
- Ativo Fixo Tangível/Ativo fixo Intangível – passaram a ser contabilizados os sistemas informáticos no Ativo Fixo Intangível;

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Penhoras – **38.866,57€**

Aplicação a prazo, de suporte à Garantia Tribunal de Trabalho – **47.603,89€**

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31/12/2018 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários é:

Contas	Euros	
Caixa		13 315,93
Depósitos à ordem		2 334 070,79
Depósitos à ordem no Tesouro	2 276 685,66	
Depósitos bancários à ordem	57 385,13	
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo		47 603,89
Depósitos de garantias e cauções		0,00
Total de caixa e depósitos	2 334 070,79	2 394 990,61

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- A natureza de reclassificação;

- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, CHLO, EPE continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Mensuração:

Ativos intangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo intangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT);

No reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo intangível adquirido deve ser o seu justo valor.

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a amortização acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Vida útil:

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil.

As taxas de amortização utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar.

Método de amortização:

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

Desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Ativos fixos tangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;

- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT)
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes:

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

Vida útil:

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);
- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar.

Método de depreciação:

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Valor residual:

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens.
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando o CHLO se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os instrumentos de capital próprio são inicialmente reconhecidos pela quantia de dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber em troca. Se o pagamento for diferido e o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração deverá ser ao valor presente da quantia a receber.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados, com as seguintes exceções:

- Instrumentos de capital próprio de outras empresas não cotadas ou cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, bem como os derivados associados, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que se espera que reúnam as condições para serem reconhecidos ao custo ou ao custo amortizados menos perdas por imparidade e que a entidade designe, no momento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo, menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros não derivados para serem detidos até à maturidade, os quais devem ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser mensurado ao custo amortizado se satisfazer todas as condições:

- Tem uma maturidade definida;
- Os retornos para o detentor são em montante fixo, de taxa de juro fixa durante o investimento ou taxa variável que seja um indexante típico de mercado ou que inclua spread sobre esse indexante;
- Não têm nenhuma cláusula que possa implicar perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo o risco de crédito);
- Todos os passivos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo ("custo amortizado"), com a seguinte exceção:

Passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados ao justo valor através de resultado.

- Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:
 - For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo;
 - Fizer parte, aquando do reconhecimento inicial, de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais; ou
 - For um derivado (exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz).

Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou
- A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro.

Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro; e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subsequentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor que o respetivo ativo tinha antes de ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

Transferências e subsídios

Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associada
- O mesmo será recebido

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma a que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Subsídios reembolsáveis

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Trata-se de um passivo financeiro tal como previsto nos instrumentos financeiros.

Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospetivos.

Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o CHLO racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, o CHLO determina o "valor esperado", que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Ativos Contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, o CHLO reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se o CHLO determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

Rendimento – Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os fluxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será

menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

a. Prestações de serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

b. Vendas de bens

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador;
- A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;

c. Juros, royalties e dividendos

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:

- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade;
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

Rendimento - Transações sem contraprestação

Reconhecimento do ativo

O CHLO reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em vez de um ativo, poderá ser reconhecida uma diminuição do passivo (quando, por exemplo, o credor perdoa um passivo). Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Quando a obrigação que deu origem ao reconhecimento do passivo for satisfeita, deve ser reduzida a quantia do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

Mensuração inicial do ativo

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

Benefícios dos empregados

O CHLO reconhece um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- Entidades que controlem ou sejam controladas diretamente, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, pela entidade que relata;
- Associadas (NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos);
- Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas;
- Entidades em que um interesse substancial é detido, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa descrita nas alíneas (c) ou (d), ou na qual tal pessoa é capaz de exercer influência significativa.

Especialização de exercícios

O CHLO regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

As situações que carecem de especialização são as seguintes, nos rendimentos e ganhos:

- Contrato Programa, Incentivos institucionais e Custos de contexto
- Programas Verticais
- Convenções Internacionais
- Outros subsistemas
- Outras faturações fora do âmbito de prestação de cuidados de saúde (e.g. rendas)
- Taxas Moderadoras
- Descontos Obtidos (e.g. Apifarma)

Em relação aos gastos, as situações mais relevantes são:

- Fornecimentos e serviços externos, subcontratos, SIGIC;
- Especialização das Férias e Subsidio de Férias
- Horas extraordinárias e Noites e Suplementos

2.3 JULGAMENTOS COM IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros;

- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívida a receber de clientes;
- d) Estimativa de férias e subsídio de férias
- e) Reconhecimento do rendimento associado ao contrato programa
- f) Programas Verticais
- h) Convenções Internacionais
- i) Reconhecimento do rendimento associado a Outros Subsistemas de Saúde e rendimentos fora do âmbito de prestação de cuidados de saúde (e.g. rendas)
- j) Reconhecimentos de gastos de fornecimentos e serviços externos, subcontratos, SIGIC
- n) Horas extraordinárias e Noites e Suplementos
- m) Descontos obtidos (e.g. Apifarma)

2.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do CHLO, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.6 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas de valores futuros que se justificarem e se reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face aos acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamento materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou linha reta).

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumulada, foi a seguinte:

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS- Quantia escriturada no início e no final do período

Descrição	Quantia bruta início do Período	Amortizações acumuladas no início do Período	Perdas por imparidade início do Período	Quantia escriturada início do Período	Quantia bruta final período	Amortizações acumuladas final do período	Perdas por imparidade final do Período	Quantia escriturada final do período
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	4 768 387,64	4 375 305,36		393 082,28	4 799 807,57	4 550 124,54		249 683,03
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	4 768 387,64	4 375 305,36	-	393 082,28	4 799 807,57	4 550 124,54	-	249 683,03

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	393 082,28	25 451,80	8 302,50				177 153,55		0	249 683,03
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total	393 082,28	25 451,80	8 302,50				177 153,55			249 683,03

i) Ativos intangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições

RUBRICAS	Adições								
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança legada ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação		25 451,80							
Propriedade Industrial e Intelectual									
Outros									
Ativos Intangíveis em curso									
Total	-	25 451,80	-	-	-	-	-	-	-
									25 451,80

ii) Ativos intangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram diminuições.

3.2 OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

O CHLO não detém ativos intangíveis, que individualmente se apresentam como materialmente relevante para as demonstrações financeiras.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2018, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de Janeiro de 2018 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividade necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Método de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastros e vidas uteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedade de investimento do SNC-AP (CC2).

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

d) Ativos fixos tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante o exercício de 2018, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Variações no período								
	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Reavaliações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Outros									
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terenos e recursos naturais	42 930 399,84	51 423,84	1 813 091,74				4 415 301,17		40 379 614,25
Edifícios e outras construções	6 059 824,35	4 270 477,64					1 950 738,18		8 359 284,64
Equipamento básico									
Equipamento de transporte	426 202,35	920 634,48					531 873,49		814 534,61
Equipamento administrativo									
Equipamentos biológicos									
Outros	805 065,65	330 642,14					166 167,98		969 539,81
Ativos fixos tangíveis em curso	1 774 913,65	7 634 409,11							2 587 928,57
	51 996 403,84	8 207 587,21	1 813 091,74				7 064 080,82		53 110 901,83
Total	51 996 403,84	8 207 587,21	1 813 091,74				7 064 080,82		53 110 901,83

e) Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

AI - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS- Quantia escriturada no início e no final do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia bruta início do Período	Amortizações acumuladas no início do Período	Perdas por imparidade início do Período	Quantia escriturada início do Período	Quantia bruta final período	Amortizações acumuladas final do período	Perdas por imparidade final do Período	Quantia escriturada final do período
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	100 298 720,69	57 368 320,85		42 930 399,84	102 163 235,27	61 783 622,02		40 379 614,25
Equipamento básico	59 623 597,66	53 563 773,31		6 059 874,35	61 583 316,30	53 224 031,66		8 359 284,64
Equipamento de transporte	614 769,63	614 769,63		0,00	614 769,63	614 769,63		0,00
Equipamento administrativo	10 809 272,69	10 383 070,34		426 202,35	11 623 972,08	10 809 437,47		814 534,61
Equipamentos biológicos								0,00
Outros	4 044 010,05	3 238 944,40		805 065,65	4 355 550,68	3 386 010,87		969 539,81
Ativos fixos tangíveis em curso	1 774 913,65			1 774 913,65	2 587 928,52			2 587 928,52
Total	177 165 284,37	125 168 878,53		51 996 405,84	182 928 773,48	129 817 871,65	0,00	53 110 901,83

I. Ativos fixos tangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

AFT-A - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Espropriação	Doação, herança, legado ou pedido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		51 423,84									51 423,84
Edifícios e outras construções		4 197 138,98				14 520,67				38 817,99	4 270 477,64
Equipamento básico											
Equipamento de transporte		918 339,88				2 294,60					920 634,48
Equipamento administrativo											
Equipamentos biológicos		329 953,15				688,99					330 642,14
Outros		2 569 628,61								64 780,50	2 634 409,11
Ativos fixos tangíveis em curso		8 066 484,46				17 504,26				123 598,49	8 207 587,21
Total		8 066 484,46				17 504,26				123 598,49	8 207 587,21

II. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes diminuições:

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico					20 279,17	20 279,17
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					428,73	428,73
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso					1 821 394,24	1 821 394,24
Total					1 842 102,14	1 842 102,14

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

a) Imparidades clientes de cobrança duvidosa

Foram reconhecidas imparidades de clientes, de acordo com o seguinte critério:

- Dividas a receber das entidades privadas: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da dívida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da dívida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da dívida vencida e 100% dívida vencida a mais de 24 meses;
- Dividas a receber das entidades públicas: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da dívida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da dívida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da dívida vencida e 100% dívida vencida a mais de 24 meses;
- Dividas a receber em cobrança duvidosa: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da dívida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da dívida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da dívida vencida e 100% dívida vencida a mais de 24 meses;

Em 31 de dezembro de 2018, foram reconhecidas as seguintes imparidades:

Ativo	Natureza	31.12.2018			31.12.2017			Imparidade do Período
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(4)-(3)	(6)	(7)	(8)=(6)-(7)	(9)=(4)-(7)
Contas a Receber Clientes	Ativo Gerador de Caixa	35 692 160,35	28 751 749,80	6 940 410,55	37 760 432,68	27 519 550,47	10 240 882,21	1 232 199,33
Total		35 692 160,35	28 751 749,80	6 940 410,55	37 760 432,68	27 519 550,47	10 240 882,21	1 232 199,33

Por aplicação do novo normativo e tendo sido eliminada a exceção preconizada no POCMS “*Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se dividas de terceiros que estejam em mora há mais de um ano e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, excetuando as dividas sobre entidades públicas (administração central, regional e local)*”, o CHLO efetuou o recalcule do valor das imparidades para todas as entidades excecionando apenas as entidades do perímetro do SNS.

Neste sentido foi efetuado o posicionamento a 01/01/2018 com a introdução do SNC-AP das imparidades de entidades do Estado, com exceção das entidades do perímetro do SNS, que ascendeu ao montante de **21.681.342,02€** registados na rubrica “564 Ajustamentos de transição do SNC-AP”

Em 31/12/2018 foi efetuada a análise do posicionamento das dividas a receber tendo sido efetuado um reforço da imparidade no montante de **1.232.199,33€**.

10. INVENTÁRIOS

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os Inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição, que integram o respetivo imposto sobre o valor acrescentado. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

O CHLO adota o sistema do custo médio ponderado como método de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2018, os inventários detalhavam-se da seguinte forma:

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 723 183,21	25 012,02	9 698 171,19
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00	0,00
Sub produtos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	9 723 183,21	25 012,02	9 698 171,19

O valor da imparidade calculada foi constituído tendo por base o valor dos artigos não movimentados no ano de 2018.

➤ Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período					Quantia escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos	Variações inventários da produção	Perdas / Reversão de imparidades	Reclassif. e Regulariz.	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 723 183,21	85 262 876,96	84 335 385,81	0	-25 012,02	-927 491,15	9 698 171,19
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Total	9 723 183,21	85 262 876,96	84 335 385,81	0,00	-25 012,02	-927 491,15	9 698 171,19

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como gasto do período

Imparidades	Saldo inicial 31-12-2018	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31-12-2017
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25 012,02	25 012,02	49 934,19	0,00	49 934,19
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	25 012,02	25 012,02	49 934,19	0,00	49 934,19

O valor da imparidade calculada foi constituído tendo por base o valor dos artigos não movimentados e fora de validade no ano de 2018.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O Despacho n.º 721/2006, de 11 de janeiro, veio definir as cláusulas contratuais gerais dos Contratos Programa a celebrar entre as unidades de saúde integradas no setor empresarial do Estado e o Ministério da Saúde, para pagamento de atos e atividades. Naquele diploma legal é estabelecido como objeto dos contratos programa a realização de prestação de saúde aos utentes do SNS mediante pagamento de contrapartidas financeiras em função das condições previstas e resultados obtidos.

Os rendimentos resultantes da prestação de saúde pelas entidades públicas empresariais e decorrentes da celebração do contrato programa, assumem a natureza de rendimentos com contraprestação, uma vez que a entidade recebe valor de uma outra entidade (ACSS) para, em troca, realizar a produção contratada, sendo aplicável, quanto à contabilização destes rendimentos, a NCP 13 – Rendimentos de Transações com Contraprestação.

No ano de 2018, para efeitos de reporte das demonstrações financeiras, o CHLO considerou o rendimento mensal respeitante à produção a realizar, tendo por base a produção real obtida à data de 31/12/2018 nos registos informáticos.

b) Quantia da cada categoria de Rendimentos

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuadas nos exercícios de 2018 e 2017, têm a seguinte decomposição:

Rendimentos	31-12-2018	31-12-2017
Taxas Moderadoras	3.411.325,68	2.930.625,51
Prestação de Serviços	182.268.611,41	183.484.345,17
Serviços específicos setor da saúde abrangidos pelo Contrato Programa	174.770.035,22	175.046.268,60
Serviços específicos setor da saúde excluídos do contrato Programa	7.498.576,19	8.438.076,57
Transferências e subsídios correntes obtidos	16.429.781,27	16.058.793,84
Custos de Contexto	514.750,02	212.710,96
Reconhecimento de subsídios de investimento	15.915.031,25	15.846.082,88
Reversões	24.945,17	154.786,30
Outros Rendimentos Suplementares	4.427.883,63	8.972.908,20
Rendimentos Suplementares	4.176.636,29	6.462.066,72
Descontos pronto pagamento obtidos	87.244,76	55.324,32
Ganhos em inventários	10.176,27	1.637,71
Correções relativas a períodos anteriores	5.957,71	1.440.183,59
Outros	147.868,60	1.013.695,86
Juros e Dividendos	0,00	0,00
Total	206.562.547,16	211.601.459,02

Detalhes do Contrato Programa 2018

Ano CP	Total Contratado (Incluído Custos de	Faturado	Fatura Convergência Fornecedores	Incentivos / Produção	Custos Contexto	Penalizações e Deduções	Total faturado Líquido	Acrescimos
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(4)+(5)-(6)	(8)=(7)-(2)-(3)
2018	192.133.909,24	159.550.215,44	15.915.031,25	174.770.035,22	15.915.031,25	0	190.685.066,47	15.219.819,78

Detalhes da Rubrica, Outros Rendimentos Suplementares

Rendimentos	31/12/2018	31/12/2017
Outros Rendimentos Suplementares		
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	700 177,45	869 944,98
Estudos, projetos e assistência tecnológica	285 157,64	0,00
Outros rendimentos suplementares	3 191 301,20	5 592 121,74
Total	4 176 636,29	6 462 066,72

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1 DIVULGAÇÃO DAS CLASSES DE RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidas nos anos de 2018 e de 2017, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

Rendimentos	31-12-2018	31-12-2017
Impostos, Contribuições e Taxas	0,00	0,00
Impostos diretos	0,00	0,00
Impostos indiretos	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00
Transferências obtidos	16.429.781,27	16.058.793,84
Subsídios obtidos	0,00	0,00
Total	16.429.781,27	16.058.793,84

As verbas extraordinárias atribuídas ao CHLO como verba de convergência ou custos de contexto destinadas a compensar situações extraordinárias não cobertas pelo contrato programa em termos de produção, configura a atribuição de um rendimento para o qual não existe contraprestação. O CHLO recebe verbas da ACSS sem haver contrapartida (valores não faturáveis).

De acordo com as diretrizes da Circular Normativa n.º 6/2019 emitida pela ACSS e onde constam as instruções para a contabilização dos Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais, as verbas extraordinárias atribuídas à entidade como verba de convergência e/ou custo contexto, é registado na rubrica 75 – Transferências e subsídios correntes obtidos

Detalhes da rubrica Transferências Obtidas a 31 de dezembro de 2018 e 2017

Rendimentos	31-12-2018	31-12-2017
Transferências e subsídios correntes obtidos	16.429.781,27	16.058.793,84
Custos de Contexto	15.915.031,25	15.846.082,88
Reconhecimento de subsídios de investimento	514.750,02	212.710,96
Total	16.429.781,27	16.058.793,84

O valor desta rubrica é constituído pelos custos de contexto e reconhecido e subsídios de investimento e ascendem aos montantes de **15.915.031,25€** e **514.750,02€** respetivamente.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios 2018 e de 2017, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 31-12-2017	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31-12-2018
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	2 258 487,70	360 736,11	0,00	0,00	2 619 223,81
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Provisões	4 180 396,48	4 754 392,04	4 180 396,48	0,00	4 754 392,04
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6 438 884,18	5 115 128,15	4 180 396,48	0,00	7 373 615,85

A quantia reconhecida como provisão para processos judiciais, ascende a **2.619.223,81€**. Nas outras provisões, como prudência o CHLO considerou o montante de **4.754.392,04€** de forma a acautelar possíveis incobranças nas taxas moderadoras do período 2006 a 2018, sendo o montante da dívida

de 6.315.530,55€. Tendo em consideração que as mesmas prescrevem num período de 3 anos, devendo para isso serem efetuados os pedidos de prescrição pelos utentes ao Conselho de Administração do CHLO.

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O CHLO reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações.

17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 29/05/2019, pelo Conselho de Administração do CHLO.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. Contudo, por despacho de 26/02/2019 dos Secretários de Estado do Orçamento, Tesouro e Adjunto da Saúde, foi determinada a entrada de capital nas entidades públicas empresárias para cobertura de prejuízos transitados com aplicação exclusiva ao pagamento da dívida vencida à data do referido despacho.

O valor da entrada de capital do CHLO ascende a 23.117.000,00€. No entanto, ainda só foi utilizado 28,5% do valor global de acordo com o estipulado do despacho, aguardando autorização para utilização dos restantes 71,5%.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Cientes e outras contas a receber:** as dívidas de clientes e outros terceiros são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, sendo subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidades.

Rendimentos	31-12-018		
	Valor nominal	Imparidades	Valor Líquido
Cientes	35 692 160,35	28 751 749,80	6 940 410,55
Outras contas a receber	64 120 521,65	0,00	64 120 521,65
Outras contas a receber	5 236 563,41	0,00	5 236 563,41
Outras contas a receber (acréscimos)	58 450 108,48	0,00	58 450 108,48
Outras contas a receber (adiantamentos a fornecedores)	302 443,18	0,00	302 443,18
Outras contas a receber (adiantamentos a pessoal)	131 406,58	0,00	131 406,58
Total	99 812 682,00	28 751 749,80	71 060 932,20

Acréscimo de Proveitos:

Descrição	Valor
Faturação - ACSS - Contrato Programa	38 306 795,18
Faturação ARS LVT	9 498 818,13
Faturação Outras Entidades	7 355 400,77
Acréscimos, Descontos - aquisição de medicamentos	3 289 094,40

Adiantamento de Clientes, contribuintes e Utentes:

Decomposição do saldo de adiantamentos referente aos Contratos Programa:

Contrato Programa (Ano)	Saldo
2010	7 634 282,18
2011	4 092 958,62
2012	- 73 400,94
2013	13 596 110,52
2014	3 902 220,09
2015	3 307 372,98
2016	2 703 912,40
2017	21 130 967,91
2018	16 668 662,55
Total	72 963 086,31

A rubrica Adiantamentos a Clientes, contribuintes e Utentes, apresenta o saldo de **73.674.382,52€**. Deste montante destacam-se os adiantamentos recebidos da ACSS cujo montante a 31 de dezembro de 2018 ascende a **72.963.086,31€**.

➤ **Fornecedores e outras dívidas a pagar:** as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Detalhes da rubrica Fornecedores a 31 de dezembro de 2018 e 2017

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	95 443 979,13	113 286 851,95
Fornecedores de Investimento	2 104 389,34	2 551 228,26
Outras contas a pagar	24 032 249,86	23 482 672,29
Outras contas a pagar	4 784 867,70	4 918 366,28
Outras contas a pagar (acréscimos)	19 247 056,57	18 564 306,01
Pessoal	325,59	0,00
Total	121 580 618,33	139 320 752,50

Acréscimos de Custos:

Descrição	Valor
Despesas com pessoal:	
- Renumerações a liquidar	15 479 737,76
Outros Acréscimos Custos:	
- Outros Acréscimos Custos	3 767 318,81
TOTAL	19 247 056,57

Os valores a pagar referente a férias e subsídio de férias, encargos e horas extraordinárias, são valores a pagar em 2019 referentes a custos ocorridos em 2018.

➤ **Património:**

Decomposição Saldo Património		
Ano	Dec. Lei / Despacho	Valor
2005	Dec. Lei nº 233/2005	126 860 000,00
2015	Despacho nº 3016-B/2015	6 433 333,33
2017	Despacho nº 1265/2017	22 806 666,67
Total		156 100 000,00

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29/12/2005 em 126.860.000,00€. Pelo aumento de capital registado e realizado em

conformidade com o despacho n.º 3016-B/2015, de 24/03/2015, em 6.433.333,33€ e pelo, o despacho n.º 1265/17 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 29/12/2017 que determinou o aumento do capital estatutário no montante de 22.806.666,67€, perfaz atualmente 156.100.000,00€.

O capital foi subscrito no exercício de 2017 tendo a sua realização ocorrido no exercício de 2018.

O CHLO beneficiou no exercício de 2018 de 17.504,26€ correspondendo a doações de equipamentos, contabilizados na rubrica de Doações.

Demonstração das Alterações no Património Líquido

Descrição	NOTAS	Património líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade					Outras variações	Res. Adm. Líquido	TOTAL	Itens excluídos do balanço	Total do património líquido
		Outros	Reservas	Reservas	Reservas	Reservas					
Posição no início do período (1)		356.100.000,00	1.270.983,86	12.832.950,31	222.307.240,00	-	33.314.124,05	25.786.568,58	66.585.754,82	-	66.585.754,82
Prémio de aplicação do regime de transição	0	-	-	-	21.681.342,03	-	-	-	21.681.342,03	-	21.681.342,03
Atribuições de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subalterações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações não contabilizadas no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício (2)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral líquido (3)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de capital patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entrada para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período (4) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)		356.100.000,00	1.270.983,86	12.832.950,31	222.307.240,00	-	33.314.124,05	25.786.568,58	66.585.754,82	-	66.585.754,82

A variação da rubrica Resultados Transitados refere-se essencialmente a:

- Aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2017, no montante de **-25.786.568,58€**;
- Pagamento de suplementos remuneratórios de período 2008-2012, no montante de 636.708,43€, de acordo com o estipulado no Dec. Lei 62/79;
- Pagamento à Segurança Social do montante de **701.687,44€**, correspondente ao acerto da taxa de 29,6% para 34,75% dos médicos internos no período de 2013/01 a 2016/07;
- Acerto favorável no montante de **58.715.60€**, resultado da conferência entre os saldos da contabilidade e do programa de imobilizado;
- Ajustamento de transição para o SNC-AP, no montante de **21.681.342,03€**;
- Entrada de capital de acordo com o Despacho de 26 de outubro de S. Exa. o Secretário de Estado do Orçamento, o Secretário de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, para cobertura de prejuízos transitados com aplicação exclusiva ao pagamento de dívida vencida, no montante de **32.449.036,00€**.
- Por indicação da Tutela aumento do património líquido foi contabilizado em Resultados Transitados na conta 561 – Resultados Transitados de Períodos anteriores;

A variação da rubrica Outras variações líquida, regista um aumento de **1.243.630,93€**, correspondente a subsídios de investimento

Decomposição das rubricas de meios financeiros líquidos a 31 de dezembro de 2018

Rendimentos	31/12/2018	31/12/2017
Caixa		
Depósitos à ordem	2 347 386,72	3 567 509,91
Depósitos a prazo	47 603,89	47 603,89
Total de caixa e depósitos	2 394 990,61	3 615 113,80

Decomposição das aplicações financeiras incluídas nas contas de outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2018

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perda por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Participações financeiras - justo valor	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	101 215,86	0,00		54 627,84	0,00	0,00		0,00	0,00	155 843,70
Total	101 215,86	0,00	0,00	54 627,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155 843,70

O valor correspondente a outros investimentos financeiros reporta aos valores entregues no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), cuja entidade gestora é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. (IGFCSS, I. P.) de acordo com a lei n.º 70/2013 de 30 de agosto.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais, autorizadas pelo Conselho de Administração, tais como trabalho extraordinário, subsídio de prevenção, trabalho noturno e abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço do CHLO, foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no exercício seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O valor das dívidas ativas dos funcionários do CHLO é de **131.406,58€** e diz respeito a reposições devidas.

20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

20.2 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O CHLO não detém participação em nenhuma entidade, contudo, e tendo por base as diretrizes da NCP 20, consideramos "entidades relacionadas" as entidades supervisoras / reguladoras e com poder de decisão sobre a entidade, nomeadamente a ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP e a ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo.

Entidade Terceira	NIF	Faturação Emitida	Saldo Devedor em	Conta	Saldo Credor em	Conta
Administração Central do Sistema da Saúde, IP	508188423	161 324 008,24	848 562,47	211	462 235,13	221
Administração Central do Sistema da Saúde, IP	508188423		97 129,04	2789191	5 711,36	2789291
Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	503148776	233 885,43	3 585 981,07	211	3 575,16	221
Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	503148776		2 625 320,74	2789191	1 330 247,90	2789291
Total			7 156 993,32		1 333 823,06	

20.6 PESSOAS - CHAVE DA GESTÃO

Membro do Órgão de Administração	Renumeração Anual 2018 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta	Redução renumeratória	Reversão Numeratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(3)-(4)+(5)
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	85 998,14	0,00	85 998,14	3 972,12	0,00	82 026,02
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	69 346,06	0,00	69 346,06	3 268,80	0,00	66 077,26
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	69 346,06	0,00	69 346,06	3 268,80	0,00	66 077,26
Dr. José manuel Fernandes Correia	71 574,20	0,00	71 574,20	3 268,80	0,00	68 305,40
Enfª Fernanda Maria da Rosa	69 346,06	0,00	69 346,06	3 268,80	0,00	66 077,26
Total	365 610,52	0,00	365 610,52	17 047,32	0,00	348 563,20

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais 2018 (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde		Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	[identificar]	Encargo anual da entidade	[identificar]	Encargo anual da entidade	[identificar]	Encargo anual da entidade
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	4,77	1 049,40	ADSE/CGA	11 700,47				
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	4,77	1 101,87	ADSE/CGA	8 775,34				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,77	1 125,72	Seg. Social	7 628,04				
Dr. José Manuel Fernandes Correia	4,77	1 068,48	ADSE/CGA	9 834,68				
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	4,77	1 163,88	ADSE/CGA	8 809,92				
Total		5 509,35		46 748,45				

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 PROJETOS DE INVESTIMENTO

Projeto	Designação do projeto	Total Aprovado	Elegível Aprovado	Recebido
POSEUR-01-1203-FC-000077	Eficiência Energética no CHLO - Hospital de São Francisco Xavier	5 360 539,46	5 267 894,63	0,00
POSEUR-01-1203-FC-000079	Eficiência Energética no CHLO - Hospital de Egas Moniz	3 848 939,59	3 776 337,23	0,00
POSEUR-01-1203-FC-000081	Eficiência Energética no CHLO - Hospital de Santa Cruz	2 936 786,69	2 869 290,44	0,00
LISBOA-06-4842-FEDER-000024	Aumento Inclusão Social - Melhoria da Qualidade do Diag. Terap. Utentes	5 711 865,09	611 310,00	238 301,58
LISBOA-06-4842-FEDER-000031	Equipamento de tecnologia avançada para Centros de Referência clínica do CHLO	3 045 148,29	3 045 148,29	1 432 957,11

No que respeita aos projetos POSEUR o CHLO já incorreu em gastos no montante de **175.673,84€**, correspondentes aos projetos de construção das obras.

23.2 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos Ativo

Descrição	Valor
Pagamento Especial por Conta	35 000,00

Saldos Passivo

Descrição	Valor
Imposto a pagar	30 493,85
Imposto sobre o Valor Acrescentado	214 304,12
Retenções de Impostos Sobre Rendimentos	1 458 521,14
Contribuição para Sistemas de Proteção Social	2 351 889,91
Total	4 055 209,02

23.3 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de Rendimentos a Reconhecer apresenta um montante de **48.445,00€** correspondentes às rendas da exploração das cafetarias, cujo processo está a ser conduzido pelo Serviço Jurídico e Contencioso, uma vez que houve interrupção do contrato por parte do CHLO, alegando incumprimento do mesmo, por falta de pagamento.

23.4 GASTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição do saldo dos Fornecimentos e Serviços Externos:

Rubricas	Descrição	31-12-2018	31-12-2017
621	Subcontratos e concessões de serviços	8.047.725,70	6.495.846,79
6221	Trabalhos especializados	8.166.823,64	6.731.190,59
6222	Publicidade, comunicação e imagem	8.906,49	14.888,07
6223	Vigilância e segurança	1.003.616,01	768.900,36
6224	Honorários	778.977,56	469.608,83
6226	Conservação e reparação	5.258.819,95	4.839.999,76
623	Materiais de consumo	10.639,71	0,00
6241	Eletricidade	1.875.979,77	1.805.508,43
6242	Combustíveis e lubrificantes	585.858,93	1.334.651,38
6243	Água	846.106,84	773.511,81
6248	Outros	23.900,63	0,00
6251	Deslocações e estadas	8.210,44	9.600,16
6253	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	121,01	473,55
6255	Transporte de doentes	1.094.145,41	1.037.200,63
6261	Rendas e alugueres	372.599,92	772.278,67
6262	Comunicação	172.052,20	220.920,45
6263	Seguros	22.521,46	15.238,34
6265	Contencioso e notariado	10.865,76	18.318,35
6267	Limpeza, higiene e conforto	3.018.136,53	2.635.529,39
6268	Outros serviços	133.178,69	123.772,58
Total		31.439.186,65	28.067.438,14

O acréscimo registado nos na rubrica dos Trabalhos Especializados, deve-se essencialmente, a um aumento nos trabalhos especializados 21,3%, Honorários 65,9%, na vigilância e segurança 30,5% e na conservação e reparação 8,7%.

Os Combustíveis e lubrificantes registam uma diminuição bastante acentuada cerca de 56,1%, como consequência da paragem da cogeração.

12 DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

12.1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

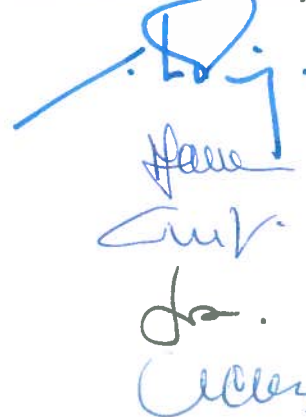
DDORC – PAGAMENTOS

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental							
Rubricas Pagamentos	Fontes de Financiamento						N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
Despesa corrente	253.790.873,99€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	253.790.873,99€	0,00€
D1 Despesas com o pessoal	118.741.136,92€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	118.741.136,92€	0,00€
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	82.167.242,68€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	82.167.242,68€	0,00€
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	13.771.242,41€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	13.771.242,41€	0,00€
D1.3 Segurança Social	22.802.651,83€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	22.802.651,83€	0,00€
D2 Aquisição de bens e serviços	134.871.472,98€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	134.871.472,98€	0,00€
D3 Juros e outros encargos	136.011,61€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	136.011,61€	0,00€
D4 Transferências correntes	11.847,09€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	11.847,09€	0,00€
D4.1 Administrações Públicas	96.79€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	96.79€	0,00€
D4.1.1 Administração Central - Estado	96.79€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	96.79€	0,00€
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.3 Famílias	11.750,30€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	11.750,30€	0,00€
D4.4 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D5 Subsídios	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D6 Outras despesas correntes	30.405,39€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	30.405,39€	0,00€
Despesa de capital	7.395.333,66€	0,00€	104.971,90€	0,00€	0,00€	7.500.305,56€	0,00€
D7 Investimento	7.395.333,66€	0,00€	104.971,90€	0,00€	0,00€	7.500.305,56€	0,00€
D8 Transferência de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1.1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.3 Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.4 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D9 Outras despesas de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Despesa efetiva [5]	261.186.207,65€	0,00€	104.971,90€	0,00€	0,00€	261.291.179,55€	0,00€
Despesa não efetiva [6]	54.627,84€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	54.627,84€	0,00€
D10 Despesa com ativos financeiros	54.627,84€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	54.627,84€	0,00€
D11 Despesa com passivos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Soma [7] = [5] + [6]	261.240.835,49€	0,00€	104.971,90€	0,00€	0,00€	261.345.807,39€	0,00€
Operações de tesouraria [C]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	262.600,45€	262.600,45€	0,00€
Saldo para a gerência seguinte	-20.592.609,63€	22.806.666,67€	133.329,68€	0,00€	0,00€	2.347.386,72€	0,00€
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	-20.592.609,63€	22.806.666,67€	133.329,68€	0,00€	0,00€	2.347.386,72€	0,00€
Operações de tesouraria [C] = [A] - [B] - [C]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Saldo Global [2] - [5]	-56.527.897,69€	0,00€	133.329,68€	0,00€	0,00€	-56.394.568,01€	0,00€
Despesa primária	261.050.196,24€	0,00€	104.971,90€	0,00€	0,00€	261.155.168,14€	0,00€
Saldo corrente	-50.565.521,14€	0,00€	238.301,58€	0,00€	0,00€	-50.327.219,56€	0,00€
Saldo de capital	-5.962.376,75€	0,00€	-104.971,90€	0,00€	0,00€	-6.067.348,65€	0,00€
Saldo Primário	-56.527.897,89€	0,00€	133.329,68€	0,00€	0,00€	-56.394.568,21€	0,00€
Receita total [1] + [2] + [3]	240.649.226,06€	22.806.666,67€	238.301,58€	0,00€	0,00€	263.693.194,31€	0,00€
Despesa Total [5] + [6]	261.240.835,49€	0,00€	104.971,90€	0,00€	0,00€	261.345.807,39€	0,00€

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



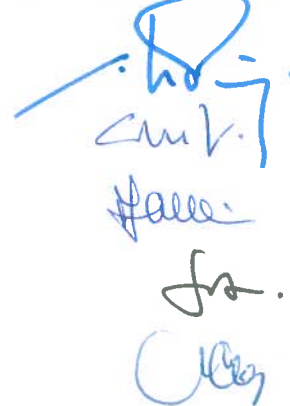
DDORC – RECEBIMENTOS

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental							
Rubricas Recebimentos	Fontes de Financiamento						N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
Saldo de gestão anterior	3 540 880,10€	0,00€	0,00€	0,00€	26 629,81€	3 567 509,91€	0,00€
Operações Orçamentais [1]	3 540 880,10€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	3 540 880,10€	0,00€
Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Recebimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades terceiras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Operações de tesouraria [A]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	26 629,81€	26 629,81€	0,00€
Receta Corrente	203 225 352,85€	0,00€	238 301,59€	0,00€	0,00€	203 463 654,43€	0,00€
R1 Receta Fiscal	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R1.1 Impostos directos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R1.2 Impostos indirectos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R2 Contribuições para a segurança social, CGA e ADGE	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3 Taxas, multas e outras penalidades	2 384 055,86€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	2 384 055,86€	0,00€
R4 Rendimentos de propriedade	96,79€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	96,79€	0,00€
R5 Transferências Correntes	15 945 524,32€	0,00€	238 301,59€	0,00€	0,00€	16 183 825,90€	0,00€
R5.1 Administrações Públicas	15 915 031,25€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	15 915 031,25€	0,00€
R5.1.1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.5 Administração Local	15 915 031,25€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	15 915 031,25€	0,00€
R5.2 Exterior - U.E.	0,00€	0,00€	238 301,59€	0,00€	0,00€	238 301,59€	0,00€
R5.3 Outras	30 493,07€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	30 493,07€	0,00€
R6 Venda de bens e serviços	184 675 821,61€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	184 675 821,61€	0,00€
R7 Outras receitas correntes	219 854,27€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	219 854,27€	0,00€
Receta de Capital	1 432 957,11€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1 432 957,11€	0,00€
R8 Venda de bens de investimento	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9 Transferências de Capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.2 Exterior - U.E.	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.3 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R10 Outras receitas de capital	1 432 957,11€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1 432 957,11€	0,00€
R11 Reposições não abarcadas aos pagamentos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receta Efetiva [2]	204 658 309,96€	0,00€	238 301,59€	0,00€	0,00€	204 896 611,54€	0,00€
Receta não efetiva [3]	32 449 036,00€	22 806 566,67€	0,00€	0,00€	0,00€	55 255 702,67€	0,00€
R12 Receta com activos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 Receta com passivos financeiros	32 449 036,00€	22 806 566,67€	0,00€	0,00€	0,00€	55 255 702,67€	0,00€
Soma [4] = [1]-[2]-[3]	240 648 226,06€	22 806 566,67€	238 301,59€	0,00€	0,00€	263 693 194,31€	0,00€
Operações de Tesouraria [5]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	235 970,64€	235 970,64€	0,00€

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



12.2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

DODES – DESPESA

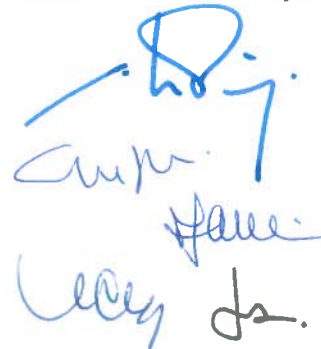
DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa														
Classificação orçamental detalhada:	Despesa por pagar de períodos anteriores	Despesa Corrida	Câmbios	Devolução	Despesa Disponível	Câmbios	Compromissos	Obrigações	Despesa paga bruta	Repetições abonda: nos pagamentos		Despesa paga líquida		
										Emendas	Receitas	Período anterior	Período corrente	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14) = (12) + (13)
Despesa Corrida	11.771.422,00	208.704.258,00	0,00	0,00	12.511.342,00	124.788.923,00	254.788.923,00	304.888.923,00	218.388.923,00	0,00	0,00	124.788.923,00	124.788.923,00	249.577.846,00
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	0,00	79.174.123,00	0,00	0,00	79.174.123,00	82.174.123,00	82.174.123,00	82.174.123,00	82.174.123,00	0,00	0,00	82.174.123,00	82.174.123,00	164.348.246,00
D1.2 - Alugueres, variáveis ou fixos	3.200.000,00	14.229.123,00	0,00	0,00	17.429.123,00	13.948.889,00	13.948.889,00	13.948.889,00	13.948.889,00	0,00	0,00	13.948.889,00	13.948.889,00	27.397.778,00
D1.3 - Segurança social	1.402.172,00	22.889.889,00	0,00	0,00	24.292.061,00	24.482.948,00	24.482.948,00	24.482.948,00	24.482.948,00	0,00	0,00	24.482.948,00	24.482.948,00	48.965.896,00
D2 - Aquisição de bens e serviços	111.873.123,00	1.791.489.209,00	0,00	0,00	1.903.362.332,00	223.867.382,00	223.867.382,00	223.867.382,00	1.903.362,332,00	0,00	0,00	1.903.362,332,00	1.903.362,332,00	3.806.724,664,00
D3 - Juros e outros encargos	0,00	127.811,00	0,00	0,00	127.811,00	136.811,00	136.811,00	136.811,00	136.811,00	0,00	0,00	136.811,00	136.811,00	273.622,00
D4.1.1 - Administração Central - Estado	0,00	97,00	0,00	0,00	97,00	96,700	96,700	96,700	96,700	0,00	0,00	96,700	96,700	193,400
D4.3 - Famílias	0,00	20.862,200	0,00	0,00	20.862,200	11.793,300	11.793,300	11.793,300	11.793,300	0,00	0,00	11.793,300	11.793,300	22.655,500
D6 - Outras Despesas Correntes	1.067,200	60.476,200	0,00	0,00	61.543,400	31.844.470	31.844.470	31.844.470	31.844.470	0,00	0,00	31.844.470	31.844.470	63.688,940
Despesa de Capital	2.391.583,00	11.894.822,00	0,00	0,00	14.286.405,00	10.788.588,00	10.788.588,00	10.788.588,00	10.788.588,00	0,00	0,00	10.788.588,00	10.788.588,00	21.576,976,00
D15 - Despesa com ativos financeiros	0,00	10.200,00	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	0,00	0,00	10.200,00	10.200,00	20.400,00
D7 - Investimento	2.391.583,00	11.884.622,00	0,00	0,00	14.276.205,00	10.778.388,00	10.778.388,00	10.778.388,00	10.778.388,00	0,00	0,00	10.778.388,00	10.778.388,00	21.556,576,00
Total	13.163.005,00	220.599.080,00	0,00	0,00	233.762.085,00	235.577.511,00	265.577.511,00	315.677.511,00	229.177.511,00	0,00	0,00	235.577.511,00	235.577.511,00	471.155.022,00

DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa												
Classificação orçamental detalhada:	Compromissos a transferir	Obrigações a pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros					Obrigações para períodos futuros				
			(n-1)	(n-2)	(n-3)	(n-4)	Período seguinte	(n-1)	(n-2)	(n-3)	(n-4)	Período seguinte
Despesa Corrida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2 - Alugueres, variáveis ou fixos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.3 - Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2 - Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D3 - Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1 - Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3 - Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6 - Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D15 - Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7 - Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



12.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

DOREC – RECEITA

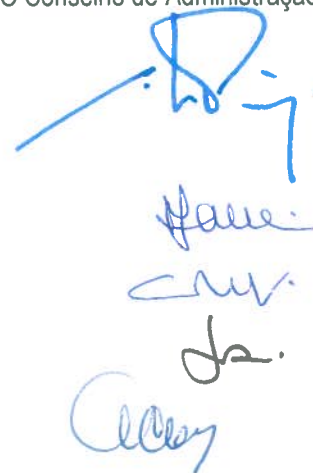
DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita								
Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições	
							Emitidos	Pagos
Receita Corrente	548.926.668,00€	4.902.189,13€	44.415.638,70€	229.869.585,84€	40.260.866,74€	263.474.694,00€	15.233,59€	10.440,43€
R3.1.5 - Administração Local	0,00€	-15.915.031,25€	0,00€	15.915.031,25€	0,00€	15.915.031,25€	0,00€	0,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	4.809.842,00€	1.625.556,79€	7.722,60€	2.423.527,49€	-41.471,76€	2.393.604,96€	14.196,10€	9.549,10€
R3.3 - Outras	0,00€	-30.493,07€	0,00€	30.493,07€	0,00€	30.493,07€	0,00€	0,00€
R3.1.2 - Administração Central - Outras entidades	141.600,00€	141.600,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3.2 - Exterior - U.E.	218.302,00€	0,42€	0,00€	218.301,58€	0,00€	218.301,58€	0,00€	0,00€
R4 - Rendimentos de propriedade	97,00€	0,21€	0,00€	96,79€	0,00€	96,79€	0,00€	0,00€
R7 - Outras Receitas Correntes	452.936,00€	-2.722.403,82€	2.970.721,53€	204.375,15€	0,00€	219.854,27€	0,00€	0,00€
R6 - Venda de bens e serviços	244.083.889,00€	21.802.679,90€	41.437.094,45€	211.027.760,51€	10.219.093,98€	184.676.712,93€	1.037,49€	591,32€
Receita de Capital	89.035.605,00€	2.349.945,23€	0,00€	64.688.689,70€	0,00€	64.688.689,70€	0,00€	0,00€
R13 - Receita com Fins de Investimento	19.035.805,00€	3.781.901,33€	0,00€	35.255.702,67€	0,00€	55.255.702,67€	0,00€	0,00€
R10 - Outras receitas de capital	0,00€	-1.432.957,11€	0,00€	1.432.957,11€	0,00€	1.432.957,11€	0,00€	0,00€
Outras Receitas	0,00€	-3.540.850,10€	0,00€	3.540.850,10€	0,00€	3.540.850,10€	0,00€	0,00€
R14 - Saldo da gestão anterior - operações de capitalização	0,00€	-3.540.850,10€	0,00€	3.540.850,10€	0,00€	3.540.850,10€	0,00€	0,00€
Total	107.968.273,66€	3.711.174,26€	44.415.638,70€	296.899.125,75€	30.260.866,74€	263.703.634,74€	15.233,59€	10.440,43€

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita										
Classificações Orçamentais Detalhadas	Receitas cobradas líquidas			Receitas diferidas	Receitas por cobrar no final do período	Liquidadores de períodos futuros				
	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
Receita Corrente	4.920.643,99€	198.643.110,44€	203.563.754,43€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3.1.5 - Administração Local	0,00€	15.915.031,25€	15.915.031,25€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	6.741,82€	2.377.314,01€	2.384.055,86€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3.3 - Outras	0,00€	30.493,07€	30.493,07€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3.1.2 - Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3.2 - Exterior - U.E.	0,00€	218.301,58€	218.301,58€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R4 - Rendimentos de propriedade	0,00€	96,79€	96,79€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R7 - Outras Receitas Correntes	16.238,49€	203.615,70€	219.854,27€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R6 - Venda de bens e serviços	4.697.563,69€	179.776.257,96€	184.473.821,65€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receita de Capital	0,00€	64.688.689,70€	64.688.689,70€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 - Receita com Fins de Investimento	0,00€	55.255.702,67€	55.255.702,67€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R10 - Outras receitas de capital	0,00€	1.432.957,11€	1.432.957,11€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outras Receitas	0,00€	3.540.850,10€	3.540.850,10€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R14 - Saldo da gestão anterior - operações de capitalização	0,00€	3.540.850,10€	3.540.850,10€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Total	4.920.643,99€	268.772.660,25€	273.693.304,24€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



13 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Rubricas	Despesa						Observações
	Tipo	Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações Corrigidas	
			Inscrições / reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	P/M	81.304.352,00	870.326,00	2.600.510,00	0,00	79.574.168,00	
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	P/M	10.248.829,00	3.980.303,00	0,00	0,00	14.229.132,00	
D1.3 - Segurança social	P/M	20.129.775,00	4.258.232,00	1.518.017,00	0,00	22.869.990,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	117.063.068,00	40.267.736,00	23.413.041,00	43.245.301,00	177.163.064,00	
D3 - Juros e outros encargos	P/M	825,00	136.806,00	0,00	0,00	137.631,00	
D4.1.1 - Administração Central - Estado	P/M	0,00	97,00	0,00	0,00	97,00	
D4.3 - Famílias	P/M	0,00	29.903,00	0,00	0,00	29.903,00	
D6 - Outras despesas correntes	P/M	66.456,00	0,00	0,00	0,00	66.456,00	
D7 - Investimento	P/M	11.000.000,00	2.294.832,00	1.500.000,00	0,00	11.794.832,00	
D10 - Despesa com ativos financeiros	P/M	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
Total		239.913.305,00	51.838.235,00	29.031.568,00	43.245.301,00	305.965.273,00	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Rubricas	Tipo	Previsões iniciais	Receita			Previsões Corrigidas	Observações
			Alterações orçamentais				
			Inscrições / reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	P/M	4.009.939,00	0,00	97,00	0,00	4.009.842,00	
R4 - Juros - Sociedades Financeiras	P/M	0,00	97,00	0,00	0,00	97,00	
R5.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	141.600,00	0,00	0,00	0,00	141.600,00	
R6 - Venda de bens e serviços	P/M	231.525.926,00	68.491,00	68.491,00	12.557.963,00	244.083.889,00	
R7 - Outras receitas correntes	P/M	452.938,00	0,00	0,00	0,00	452.938,00	
R1.3 - Receita com passivos financeiros	P/M	3.782.902,00	22.806.667,00	0,00	0,00	3.782.902,00	
Total		239.913.305,00	22.875.255,00	68.588,00	12.557.963,00	252.471.268,00	

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Códigos Contas	Descrição	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
0716	Retenções Transição SNC - AP	0,00	0,00	0,00	0,00
0791 / 0792	Recebimentos / pagamentos por operações de tesouraria	13.590,46	249.009,99	262.600,45	0,00
Total		13.590,46	249.009,99	262.600,45	0,00

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



14 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



DECLARAÇÃO

(justificação para ausência de Certificação Legal de Contas
relativa às Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018)

Para os efeitos tidos por convenientes, declara-se que o Conselho Fiscal do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO), nomeado por Despacho conjunto dos Ex.mos Senhores Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Saúde, em 28/11/2017, apresentou à tutela financeira, há cerca de um ano, uma proposta para nomeação de Revisor Oficial de Contas. À data, desconhece-se ter sido efetuada qualquer nomeação.

Na oportunidade, informamos que, até então à data referida, as funções de Fiscal Único do CHLO E. P.E. foram exercidas pela empresa BDO & Associados SROC, LDA.

O Conselho de Administração



DN: c=PT, o=Centro Hospitalar
de Lisboa Ocidental E.P.E.,
ou=Centro Administrativo
Colúmbio Lisboa da Ocidental
Distrito: 261002, st=155724
#0100

15 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal não apreciou o conjunto dos documentos de prestação de contas do exercício de 2018, devido ao facto de, apesar da proposta de nomeação do ROC ter sido apresentada à Direção Geral do Tesouro e das Finanças em 15 de março de 2018, não ter sido ainda, até ao momento, nomeada a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela auditoria às contas de 2018.

Sem dispor de contas de 2018 auditadas, nem do apoio do ROC para que o Conselho Fiscal possa desenvolver cabalmente a sua função neste âmbito, considerou este órgão que não estão reunidas as condições para se pronunciar sobre o conjunto dos documentos de prestação de contas